

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	11
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	12
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	21
Demonstração do Resultado Abrangente	23
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	24

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	26
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	27
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	28
Demonstração de Valor Adicionado	29

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	31
---	----

Notas Explicativas	47
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	116
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	120
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	121

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	22.515.076
Preferenciais	0
Total	22.515.076
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	523.362	513.662	616.465
1.01	Ativo Circulante	92.289	133.231	44.191
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	176	135	6
1.01.03	Contas a Receber	53.905	102.209	13.528
1.01.03.01	Clientes	5.427	6.704	6.051
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	48.478	95.505	7.477
1.01.04	Estoques	25.385	19.043	22.106
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.371	2.736	4.317
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.371	2.736	4.317
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.134	1.136	1.111
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.318	7.972	3.123
1.01.08.03	Outros	10.318	7.972	3.123
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários Restritos	0	847	807
1.01.08.03.02	Adiantamentos a Fornecedores	929	1.088	704
1.01.08.03.03	Outras Contas a Receber	6.153	6.037	1.612
1.01.08.03.04	Ativos classificados como mantidos para venda	3.236	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	431.073	380.431	572.274
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	75.316	54.459	53.319
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	21.930	27.858	26.282
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	21.930	27.858	26.282
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	53.386	26.601	27.037
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	1.694	2.149	2.081
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	39.713	12.944	13.418
1.02.01.10.05	Outras Contas a Receber	7.098	7.098	7.098
1.02.01.10.06	Títulos e Valores Mobiliários Restritos	1.788	961	927
1.02.01.10.07	Ativos Classificados e Mantidos para Venda	3.092	3.449	3.513
1.02.01.10.08	Outros Créditos	1	0	0
1.02.02	Investimentos	238.794	190.088	376.552

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.02.02.01	Participações Societárias	210.284	190.088	376.552
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	210.283	190.087	376.462
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	1	1	90
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	28.510	0	0
1.02.03	Imobilizado	57.014	67.717	73.249
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	56.683	67.443	72.294
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	331	274	955
1.02.04	Intangível	59.949	68.167	69.154
1.02.04.01	Intangíveis	59.949	68.167	69.154
1.02.04.01.02	Softwares e Outras Licenças	2.553	3.442	619
1.02.04.01.03	Desenvolvimento de Novos Produtos	1.982	9.311	13.121
1.02.04.01.04	Goodwill	55.414	55.414	55.414

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	523.362	513.662	616.465
2.01	Passivo Circulante	86.948	104.704	94.026
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.673	6.505	3.528
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.673	6.505	3.528
2.01.02	Fornecedores	7.580	11.698	14.162
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.366	10.708	13.192
2.01.02.01.01	Fornecedores Sujeitos à Recuperação Judicial - Classe I	737	730	6.848
2.01.02.01.02	Fornecedores Não Sujeitos à Recuperação Judicial	3.137	4.836	0
2.01.02.01.03	Fornecedores - Não Sujeitos à Recuperação Judicial	3.492	5.142	6.344
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	214	990	970
2.01.02.02.01	Fornecedores Sujeitos à Recuperação Judicial - Classe I	137	871	871
2.01.02.02.02	Fornecedores Não Sujeitos à Recuperação Judicial	77	119	99
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.757	5.164	4.084
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.595	4.906	3.877
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	8.595	4.906	3.877
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	97	72	22
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	65	186	185
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	17.205	31.998	14.998
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	12.018	22.662	14.998
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	10.803	19.970	13.101
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.215	2.692	1.897
2.01.04.02	Debêntures	5.187	9.336	0
2.01.05	Outras Obrigações	47.733	49.339	57.254
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	40.657	41.062	32.597
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	40.657	41.062	32.597
2.01.05.02	Outros	7.076	8.277	24.657
2.01.05.02.04	Comissões a Pagar	409	955	873
2.01.05.02.05	Adiantamentos de Clientes	2.027	2.770	2.199

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	3.787	1.832	1.986
2.01.05.02.07	Provisão de Multas Contratuais	759	1.082	1.003
2.01.05.02.08	Obrigações e Provisões para Riscos Trabalhistas - Sujeitos à Recuperação Judicial	94	1.638	18.596
2.02	Passivo Não Circulante	336.849	324.351	408.851
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	65.398	65.000	61.258
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	65.398	65.000	61.258
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	65.398	65.000	61.258
2.02.02	Outras Obrigações	218.150	211.119	291.939
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	146.797	140.583	225.416
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	146.797	140.583	225.416
2.02.02.02	Outros	71.353	70.536	66.523
2.02.02.02.03	Impostos a Recolher	13.092	9.629	4.671
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	1.572	1.080	1.096
2.02.02.02.05	Fornecedores Sujeitos à Recuperação Judicial	48.304	50.014	55.597
2.02.02.02.06	Fornecedores Não Sujeitos à Recuperação Judicial	8.385	9.813	5.159
2.02.03	Tributos Diferidos	36.374	29.035	30.464
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	36.374	29.035	30.464
2.02.04	Provisões	16.927	19.197	25.190
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.854	6.107	8.572
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.051	214	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.613	5.718	8.415
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	190	175	157
2.02.04.02	Outras Provisões	8.073	13.090	16.618
2.02.04.02.04	Provisões para Passivo a Descoberto em Controladas	1.033	4.906	8.434
2.02.04.02.05	Obrigações e Provisões d Riscos Trabalhistas - Sujeito à Recuperação Judicial	7.040	8.184	8.184
2.03	Patrimônio Líquido	99.565	84.607	113.588
2.03.01	Capital Social Realizado	1.885.266	1.873.761	1.853.684
2.03.02	Reservas de Capital	152.658	152.607	156.073

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.03.02.04	Opções Outorgadas	13.600	13.549	13.549
2.03.02.07	Reserva e Transação de Capital	136.183	136.183	136.183
2.03.02.08	Reserva de Capital a Realizar	2.875	2.875	6.341
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.089.620	-2.063.442	-1.962.131
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	151.261	121.681	65.962

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	31.458	29.137	25.510
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-26.047	-26.026	-26.707
3.03	Resultado Bruto	5.411	3.111	-1.197
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.472	-170.033	1.933
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.262	-5.051	-13.401
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.876	-10.530	-9.018
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	72.886	16.474	16.891
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-47.202	-27.921	-19.105
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-30.018	-143.005	26.566
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-17.061	-166.922	736
3.06	Resultado Financeiro	-9.483	63.892	-19.389
3.06.01	Receitas Financeiras	60.122	222.651	262.747
3.06.01.01	Receitas Financeiras	15.647	153.845	15.212
3.06.01.02	Variação Cambial Ativa	44.475	68.806	247.535
3.06.02	Despesas Financeiras	-69.605	-158.759	-282.136
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-17.453	-22.041	-30.097
3.06.02.02	Variação Cambial Passiva	-52.152	-136.718	-252.039
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-26.544	-103.030	-18.653
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	366	1.719	14.279
3.08.01	Corrente	0	-265	0
3.08.02	Diferido	366	1.984	14.279
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-26.178	-101.311	-4.374
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-26.178	-101.311	-4.374
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-10,64114	-6,63911	-0,4656
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-10,64114	-6,63911	-0,4656

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-26.178	-101.311	-4.374
4.02	Outros Resultados Abrangentes	29.580	55.719	2.872
4.02.01	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	5.326	52.253	2.872
4.02.02	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	24.254	3.466	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.402	-45.592	-1.502

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	38.060	96.699	8.353
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	78.121	132.984	6.378
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício das Operações Continuadas e Descontinuadas	-26.178	-101.311	-4.374
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	6.487	6.746	7.105
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	30.018	143.005	-26.566
6.01.01.05	Resultado na Venda de Ativo Imobilizado	132	-86	-715
6.01.01.06	Encargos Financeiros e Variação Cambial sobre Financiamentos e Debêntures	22.200	55.535	20.568
6.01.01.07	Perdas Extraordinárias e Ajuste a Valor de Mercado com Estoques	14.120	13.711	0
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-366	-1.719	-14.279
6.01.01.09	Provisão para Perda pela não Recuperabilidade de Ativos	7.027	0	0
6.01.01.11	Obsolescência de Estoque	-487	-763	1.971
6.01.01.12	Provisão de Multas Contratuais	0	302	132
6.01.01.13	Provisão para Devedores Duvidosos	-59	142	55
6.01.01.14	Perdas Efetivas com Devedores Duvidosos	0	0	8.994
6.01.01.16	Ajuste a Valor Presente	5.994	18.155	13.487
6.01.01.17	Ajuste a Valor Justo	13.385	-733	0
6.01.01.18	Reclassificação para propriedade para investimento	5.848	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-40.061	-36.285	1.975
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	1.322	-1.214	14.226
6.01.02.02	Estoques	-19.975	-9.885	6.518
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-17.699	2.345	6.875
6.01.02.04	Outros Ativos	505	-4.900	-741
6.01.02.05	Fornecedores	-10.528	-9.753	2.747
6.01.02.06	Impostos a Recolher	6.252	3.006	-19.043
6.01.02.07	Outras Obrigações e Contas a Pagar	62	-15.884	-8.607
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-69.724	92.841	6.635
6.02.01	Integralização de Capital em Controladas	-66.350	92.829	0
6.02.02	Aquisição de Imobilizado	-3.402	-76	-256

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.02.03	Aquisição de Intangível	-51	-87	-41
6.02.04	Recursos Provenientes de Venda de Imobilizado	0	86	929
6.02.05	Pagamento por Aquisição de Investimentos	0	89	0
6.02.06	Títulos e Valores Mobiliários - Conta Restrita	79	0	2.060
6.02.08	Venda de Participação em Controlada e Retorno	0	0	3.943
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	31.705	-189.411	-15.105
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	-3.328	1.849	13.017
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Partes Relacionadas	51.712	-206.317	-15.519
6.03.04	Aumento (Redução) de Capital	11.505	20.077	0
6.03.06	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-24.035	-14.356	-12.575
6.03.07	Pagamento de Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	-4.149	9.336	0
6.03.08	Conversão de Debêntures	0	0	-28
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	41	129	-117
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	135	6	123
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	176	135	6

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.873.761	152.607	0	-2.063.442	121.681	84.607
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.873.761	152.607	0	-2.063.442	121.681	84.607
5.04	Transações de Capital com os Sócios	11.505	0	0	0	0	11.505
5.04.01	Aumentos de Capital	11.505	0	0	0	0	11.505
5.05	Resultado Abrangente Total	0	51	0	-26.178	29.580	3.453
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-26.178	0	-26.178
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	51	0	0	29.580	29.631
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	5.326	5.326
5.05.02.06	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	24.254	24.254
5.05.02.07	Opções Outorgadas	0	51	0	0	0	51
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	1.885.266	152.658	0	-2.089.620	151.261	99.565

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.853.684	156.073	0	-1.962.131	65.962	113.588
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.853.684	156.073	0	-1.962.131	65.962	113.588
5.04	Transações de Capital com os Sócios	20.077	0	0	0	0	20.077
5.04.01	Aumentos de Capital	20.077	0	0	0	0	20.077
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-101.311	55.719	-45.592
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-101.311	0	-101.311
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	55.719	55.719
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	52.253	52.253
5.05.02.06	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	3.466	3.466
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-3.466	0	0	0	-3.466
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-3.466	0	0	0	-3.466
5.07	SalDOS Finais	1.873.761	152.607	0	-2.063.442	121.681	84.607

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.853.684	156.073	0	-1.960.277	65.601	115.081
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.853.684	156.073	0	-1.960.277	65.601	115.081
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.854	361	-1.493
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.374	0	-4.374
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.520	361	2.881
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	2.881	2.881
5.05.02.06	Realização do ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	2.520	-2.520	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	1.853.684	156.073	0	-1.962.131	65.962	113.588

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	110.808	51.904	38.110
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	37.863	35.589	30.269
7.01.02	Outras Receitas	72.886	16.474	16.891
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	59	-159	-9.050
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-61.275	-42.415	-35.467
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.543	-10.050	-6.420
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.530	-4.444	-9.942
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-132	0	0
7.02.04	Outros	-47.070	-27.921	-19.105
7.03	Valor Adicionado Bruto	49.533	9.489	2.643
7.04	Retenções	-6.487	-6.746	-7.105
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.487	-6.746	-7.105
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	43.046	2.743	-4.462
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	30.104	79.646	289.313
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-30.018	-143.005	26.566
7.06.02	Receitas Financeiras	60.122	222.651	262.747
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	73.150	82.389	284.851
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	73.150	82.389	284.851
7.08.01	Pessoal	20.835	18.315	14.769
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.515	13.458	14.414
7.08.01.02	Benefícios	4.020	3.500	-1.051
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.300	1.357	1.406
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.718	6.412	-7.890
7.08.02.01	Federais	5.337	2.960	-10.391
7.08.02.02	Estaduais	3.253	3.342	2.393
7.08.02.03	Municipais	128	110	108
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	69.775	158.973	282.346
7.08.03.01	Juros	69.605	158.759	282.136

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.08.03.02	Aluguéis	170	214	210
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-26.178	-101.311	-4.374
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-26.178	-101.311	-4.374

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	504.628	581.725	575.280
1.01	Ativo Circulante	184.200	227.832	224.321
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.834	1.245	2.135
1.01.03	Contas a Receber	10.795	31.357	26.906
1.01.03.01	Clientes	10.795	31.357	26.906
1.01.04	Estoques	30.436	38.950	59.164
1.01.06	Tributos a Recuperar	38.271	23.637	26.101
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	38.271	23.637	26.101
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.165	1.580	1.264
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	97.699	131.063	108.751
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	68.670	89.401	89.854
1.01.08.02.01	Ativos Classificados como Mantidos para Venda	68.670	89.401	89.854
1.01.08.03	Outros	29.029	41.662	18.897
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários - Restrito	0	847	807
1.01.08.03.02	Adiantamentos a fornecedores	7.826	13.877	13.534
1.01.08.03.03	Outras Contas a Receber	21.203	26.938	4.556
1.02	Ativo Não Circulante	320.428	353.893	350.959
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	98.224	101.399	91.345
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	3.932	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	3.932	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	98.224	97.467	91.345
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	24.986	25.410	31.222
1.02.01.10.04	Títulos e Valores Mobiliários Restrito	1.788	961	927
1.02.01.10.05	Tributos a Recuperar	55.136	53.736	41.759
1.02.01.10.06	Outras Contas a Receber	13.026	13.505	13.505
1.02.01.10.07	Ativos Classificados e Mantidos para a Venda	3.287	3.855	3.932
1.02.01.10.08	Outros Créditos	1	0	0
1.02.02	Investimentos	51.039	587	676

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.02.02.01	Participações Societárias	587	587	676
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	587	587	676
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	50.452	0	0
1.02.03	Imobilizado	84.155	135.937	143.178
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	74.558	120.533	126.431
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	9.597	15.404	16.747
1.02.04	Intangível	87.010	115.970	115.760
1.02.04.01	Intangíveis	4.844	13.168	14.427
1.02.04.01.02	Softwares e Outras Licenças	2.606	3.597	990
1.02.04.01.03	Desenvolvimento de Novos Produtos	2.238	9.571	13.437
1.02.04.02	Goodwill	82.166	102.802	101.333

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	504.628	581.725	575.280
2.01	Passivo Circulante	68.364	127.989	126.621
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.997	12.381	9.009
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.997	12.381	9.009
2.01.02	Fornecedores	11.638	31.104	32.983
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.423	28.839	30.736
2.01.02.01.01	Fornecedores Sujeitos à Recuperação Judicial - Classe I	737	730	6.848
2.01.02.01.02	Fornecedores Sujeitos à Recuperação Judicial	3.137	3.965	0
2.01.02.01.03	Fornecedores Não Sujeitos à Recuperação Judicial	7.549	24.144	23.888
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	215	2.265	2.247
2.01.02.02.01	Fornecedores Sujeitos à Recuperação Judicial - Classe I	137	871	871
2.01.02.02.02	Fornecedores Não Sujeitos à Recuperação Judicial	78	1.394	1.376
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.846	20.127	22.628
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.005	8.785	15.874
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	30	454	5.168
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	11.975	8.331	10.706
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.132	10.464	5.861
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	709	878	893
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	23.381	53.040	33.358
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	18.194	43.704	33.358
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	15.674	32.188	21.880
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.520	11.516	11.478
2.01.04.02	Debêntures	5.187	9.336	0
2.01.05	Outras Obrigações	11.502	11.337	28.643
2.01.05.02	Outros	11.502	11.337	28.643
2.01.05.02.04	Comissões a Pagar	410	958	928
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	5.171	3.528	2.565
2.01.05.02.06	Participação no Resultado	0	613	620

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	4.909	3.359	4.772
2.01.05.02.08	Provisão de Multas Contratuais	918	1.241	1.162
2.01.05.02.09	Obrigações e Provisões para Riscos Trabalhistas - Sujeitos à Recuperação Judicial	94	1.638	18.596
2.02	Passivo Não Circulante	336.699	320.541	308.746
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	125.395	122.691	116.608
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	125.395	122.691	116.608
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	125.395	121.570	110.816
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	1.121	5.792
2.02.02	Outras Obrigações	78.162	76.365	69.996
2.02.02.02	Outros	78.162	76.365	69.996
2.02.02.02.03	Impostos a Recolher	17.294	13.032	5.950
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	4.179	3.506	3.223
2.02.02.02.05	Fornecedores Nacionais - Sujeitos à Recuperação Judicial	48.304	50.014	55.597
2.02.02.02.06	Fornecedores Estrangeiros - Sujeitos à Recuperação	8.385	9.813	5.159
2.02.02.02.07	Fornecedores Nacionais - Não Sujeitos à Recuperação Judicial	0	0	67
2.02.03	Tributos Diferidos	67.056	54.482	51.114
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	67.056	54.482	51.114
2.02.04	Provisões	66.086	67.003	71.028
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	58.013	53.913	54.410
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.278	4.645	4.429
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	46.317	41.083	43.126
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	9.418	8.185	6.855
2.02.04.02	Outras Provisões	8.073	13.090	16.618
2.02.04.02.04	Provisões para Passivo a Descoberto em Controladas	1.033	4.906	8.434
2.02.04.02.05	Obrigações e Provisões de Riscos Trabalhistas - Sujeito à Recuperação Judicial	7.040	8.184	8.184
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	99.565	133.195	139.913
2.03.01	Capital Social Realizado	1.885.266	1.873.761	1.853.684
2.03.01.01	Capital Social	1.885.266	1.873.761	1.853.684

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.03.02	Reservas de Capital	152.658	152.607	156.073
2.03.02.04	Opções Outorgadas	13.600	13.549	13.549
2.03.02.07	Reserva e Transação de Capital	136.183	136.183	136.183
2.03.02.08	Reserva de Capital a Realizar	2.875	2.875	6.341
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.089.620	-2.063.442	-1.962.131
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	151.261	121.681	65.962
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	48.588	26.325

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	32.676	34.676	112.366
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-32.656	-32.863	-117.645
3.03	Resultado Bruto	20	1.813	-5.279
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-20.689	-67.049	-4.424
3.04.01	Despesas com Vendas	-6.162	-5.906	-15.114
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.921	-26.006	-31.880
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	104.127	36.994	150.255
3.04.04.02	Outas Receitas Operacionais	104.127	36.994	150.255
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-94.927	-63.862	-113.867
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.194	-8.269	6.182
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-20.669	-65.236	-9.703
3.06	Resultado Financeiro	-9.614	-51.783	-29.861
3.06.01	Receitas Financeiras	66.937	144.864	288.384
3.06.01.01	Receitas Financeiras	19.691	46.307	44.080
3.06.01.02	Variação Cambial Ativa	47.246	98.557	244.304
3.06.02	Despesas Financeiras	-76.551	-196.647	-318.245
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-19.061	-28.548	-65.600
3.06.02.02	Variação Cambial Passiva	-57.490	-168.099	-252.645
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-30.283	-117.019	-39.564
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-131	10.586	35.190
3.08.01	Corrente	-23	122	-10.719
3.08.02	Diferido	-108	10.464	45.909
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-30.414	-106.433	-4.374
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	4.236	5.122	0
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	4.236	5.122	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-26.178	-101.311	-4.374
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-26.178	-101.311	-5.759
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	0	1.385

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-10,64114	-6,63911	-0,61303
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-10,64114	-6,63911	-0,61303

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-26.178	-101.311	-4.374
4.02	Outros Resultados Abrangentes	29.580	55.719	2.872
4.02.01	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	5.326	52.253	2.872
4.02.02	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	24.254	3.466	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	3.402	-45.592	-1.502
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.402	-40.990	-2.488
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	-4.602	986

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	31.461	-22.966	-16.298
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	40.767	47.339	-33.307
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício das Operações Continuadas e Descontinuadas	-26.178	-101.311	-4.374
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	7.264	13.661	23.549
6.01.01.03	Deságio na Incorporação	0	0	-54.536
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-2.194	8.269	-6.182
6.01.01.05	Resultado na Venda de Ativo Imobilizado	22.667	33.504	-9.073
6.01.01.06	Encargos Financeiros e Variação Cambial sobre Financiamentos e Debêntures	25.721	86.000	16.605
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	16.506	-564	-45.909
6.01.01.09	Recuperação (Provisão) para Perda pela não Recuperabilidade de Ativos	9.009	-29.265	15.241
6.01.01.10	(Ganho) Perda na Alienação de Investimento - Operação Descontinuada	0	0	4.447
6.01.01.11	Obsolescência de Estoque	1.065	-861	5.731
6.01.01.12	Provisão de Multas Contratuais	0	0	178
6.01.01.13	(Reversão) Provisão para Devedores Duvidosos	-692	206	-48
6.01.01.14	Perdas Efetivas com Devedores Duvidosos	0	-123	8.984
6.01.01.15	Ajuste a valor Presente	-455	1.210	12.080
6.01.01.16	Ajuste a Valor Justo	-18.222	36.613	0
6.01.01.17	Reclassificação para propriedade para investimento	6.276	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.306	-70.305	17.009
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	21.262	-4.276	9.012
6.01.02.02	Estoques	7.449	21.645	-8.030
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-15.678	-6.015	38.220
6.01.02.04	Outros Ativos	13.133	11.981	25.004
6.01.02.05	Fornecedores	-23.648	-5.955	4.199
6.01.02.06	Tributos a Recolher	-3.498	-586	-2.402
6.01.02.07	Outras Obrigações e Contas a Pagar	-8.326	-87.099	-48.994
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.748	23.430	22.599
6.02.02	Integralização de Capital em Controladas	0	20.077	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.02.03	Aquisição de Imobilizado	-3.618	-3.316	-4.206
6.02.04	Aquisição de Intangível	-51	-87	-42
6.02.05	Títulos e Valores Mobiliários - Conta Restrita	245	44	2.086
6.02.06	Alienação de Operações Descontinuadas	0	0	-10.665
6.02.09	Recurso Proveniente de Vendas de Investimentos	-50.452	89	11.788
6.02.10	Caixa das Operações Descontinuadas	38.449	0	0
6.02.11	Recurso Proveniente de Venda de Imobilizado	12.679	6.623	23.638
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-24.124	-1.354	-5.399
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	-15.819	97.391	86.947
6.03.02	Redução de Capital	11.505	0	0
6.03.04	Pagamento de Juros sobre Financiamentos	0	-1.858	-2.250
6.03.05	Pagamento de Financiamentos	-15.661	-106.223	-90.096
6.03.06	Debêntures Conversíveis em Ações	-4.149	9.336	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	4.589	-890	902
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.245	2.135	1.233
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.834	1.245	2.135

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.873.761	152.607	0	-2.063.442	121.681	84.607	48.588	133.195
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.873.761	152.607	0	-2.063.442	121.681	84.607	48.588	133.195
5.04	Transações de Capital com os Sócios	11.505	0	0	0	0	11.505	0	11.505
5.04.01	Aumentos de Capital	11.505	0	0	0	0	11.505	0	11.505
5.05	Resultado Abrangente Total	0	51	0	-26.178	29.580	3.453	0	3.453
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-26.178	0	-26.178	0	-26.178
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	51	0	0	29.580	29.631	0	29.631
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	5.326	5.326	0	5.326
5.05.02.06	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	24.254	24.254	0	24.254
5.05.02.07	Opções Outorgadas	0	51	0	0	0	51	0	51
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	-48.588	-48.588
5.06.04	Participação dos Acionistas Não-Controladores	0	0	0	0	0	0	-48.588	-48.588
5.07	Saldos Finais	1.885.266	152.658	0	-2.089.620	151.261	99.565	0	99.565

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.853.684	156.073	0	-1.962.131	65.962	113.588	26.325	139.913
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.853.684	156.073	0	-1.962.131	65.962	113.588	26.325	139.913
5.04	Transações de Capital com os Sócios	20.077	0	0	0	0	20.077	0	20.077
5.04.01	Aumentos de Capital	20.077	0	0	0	0	20.077	0	20.077
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-101.311	55.719	-45.592	-2.625	-48.217
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-101.311	0	-101.311	-2.625	-103.936
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	55.719	55.719	0	55.719
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	52.253	52.253	0	52.253
5.05.02.06	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	3.466	3.466	0	3.466
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-3.466	0	0	0	-3.466	24.888	21.422
5.06.04	Participação dos Acionistas Não-Controladores	0	0	0	0	0	0	24.888	24.888
5.06.05	Reserva de Capital	0	-3.466	0	0	0	-3.466	0	-3.466
5.07	Saldos Finais	1.873.761	152.607	0	-2.063.442	121.681	84.607	48.588	133.195

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.853.684	156.073	0	-1.960.277	65.601	115.081	0	115.081
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.853.684	156.073	0	-1.960.277	65.601	115.081	0	115.081
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.854	361	-1.493	0	-1.493
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.374	0	-4.374	0	-4.374
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.520	361	2.881	0	2.881
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	2.881	2.881	0	2.881
5.05.02.06	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	2.520	-2.520	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	26.325	26.325
5.06.04	Participação dos Acionistas Não-Controladores	0	0	0	0	0	0	26.325	26.325
5.07	Saldos Finais	1.853.684	156.073	0	-1.962.131	65.962	113.588	26.325	139.913

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	217.102	167.390	263.422
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	113.701	134.830	122.103
7.01.02	Outras Receitas	104.127	32.836	150.255
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-726	-276	-8.936
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-152.551	-126.845	-182.303
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-16.299	-21.667	-17.504
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-37.241	-41.262	-50.932
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-27.872	0	-41.926
7.02.04	Outros	-71.139	-63.916	-71.941
7.03	Valor Adicionado Bruto	64.551	40.545	81.119
7.04	Retenções	-10.982	-13.661	-23.549
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.982	-13.661	-23.549
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	53.569	26.884	57.570
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	70.125	137.265	294.566
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.194	-8.269	6.182
7.06.02	Receitas Financeiras	67.931	145.534	288.384
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	123.694	164.149	352.136
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	123.694	164.149	352.136
7.08.01	Pessoal	53.791	62.871	57.053
7.08.01.01	Remuneração Direta	40.680	47.223	39.298
7.08.01.02	Benefícios	8.690	10.852	10.500
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.421	4.796	7.255
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	15.606	1.902	-20.579
7.08.02.01	Federais	11.300	-3.358	-25.154
7.08.02.02	Estaduais	4.171	4.690	4.181
7.08.02.03	Municipais	135	570	394
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	80.475	200.687	320.036
7.08.03.01	Juros	79.919	199.846	318.245

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

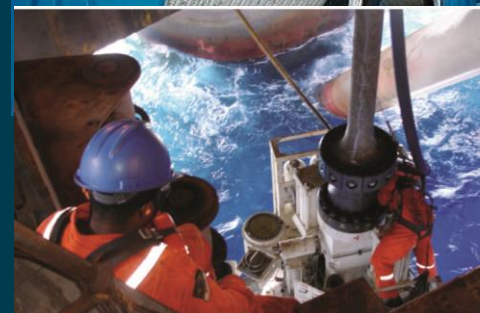
(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.08.03.02	Aluguéis	556	841	1.791
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-26.178	-101.311	-4.374
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-26.178	-105.913	-5.759
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	4.602	1.385

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Desempenho Econômico Financeiro 4T19



Mensagem da Administração

Contexto

Como no trimestre anterior, no 4T19 o desempenho das nossas atividades refletiu a palidez da retomada da economia e a falta de empuxo do setor petrolífero. A economia teve um crescimento muito baixo, de apenas 1,1% no ano, e a nossa performance espelha tal situação.

O crescimento das vendas frente ao trimestre anterior resulta do desempenho próprio da companhia, que teve no período maior suporte de recursos financeiros, após o desinvestimento da empresa de serviços colombiana no 3T19.

O destaque do período foi a expansão da rentabilidade das vendas dos nossos produtos. Tal expansão foi consequência de um longo trabalho de desenvolvimento de alternativas de suprimento de componentes e produtos na Ásia, que começou a frutificar com a chegada e consumo dos primeiros lotes. Contribuiu também mudanças na estratégia de *pricing*, resultante de esforços para desenvolvimento de inteligência de mercado.

A margem bruta de Produtos ficou em 16,4% ante 7,4% do período anterior. Como a depreciação onera muito o nosso custo, devido ao ainda baixo nível de atividade, costumamos medir a margem ex depreciação – nesta métrica a margem foi de 39% (29% no 3T19).

Esse desenvolvimento é muito importante, pois, *ceteris paribus*, com um maior volume de vendas, a diluição de custos fixos e o atingimento do ponto de equilíbrio tende a ser muito mais rápida.

Serviços x Desmobilização

No período persistimos em nossos esforços para desmobilização dos equipamentos da unidade de serviços. No fim de 2019 conseguimos implementar um acordo para locação com opção de compra de uma sonda de perfuração, pelo valor de US\$ 1,5 milhão, sendo que a companhia recebeu US\$ 500 mil em sinal e garantia do negócio. Remanesce um montante de equipamentos estimado em US\$ 5 a 7 milhões para venda.

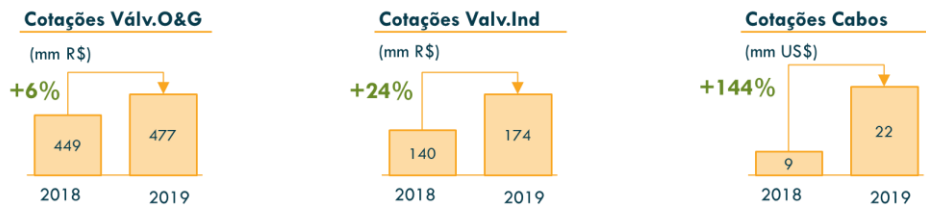
Recuperação Judicial

Persistimos nos esforços para concluir todas as medidas necessárias ao levantamento da Recuperação Judicial.

- Em Janeiro de 2020 a corte de falência de Nova Iorque reconheceu mais uma vez o procedimento de insolvência brasileiro – o Plano de Recuperação Judicial e seus aditivos - como válido no território americano. Contudo, o encerramento do processo foi diferido até o cumprimento das medidas previstas no Plano, em especial a emissão de novas Notes em substituição à emissão existente.
- Seguimos tomando medidas para regularização fiscal da cia., hoje obstada por alguns poucos débitos que estão sendo indevidamente exigidos da companhia. Há medidas judiciais em curso visando a suspensão da exigibilidade desses créditos, com o que a empresa teria a regularidade fiscal assegurada com a emissão das CNDs.
- No 4T19, a companhia obteve a redução de R\$ 19 milhões dos passivos concursais, devido em parte ao julgamento procedente de impugnações de crédito e parte devido a liberação de aval.

Recuperação de ativos e recapitalização

Ao longo de 2019 houve aumento do volume de consultas de clientes por cotações de nossos produtos. Entendemos que esse movimento antecede a compra efetiva e é um indicador útil. Se em 2019 houve crescimento importante em Válvulas Industriais e em Cabos, o marasmo do segmento de Válvulas de Óleo e Gás foi interrompido no início de 2020, quando houve substancial aumento nas licitações convocadas pela Petrobras.



Cotações Válv.O&G – PETROBRAS - evolução



A companhia tem potencial para sagrar-se vencedora em vários certames, onde apresentou preços mais baixos que os concorrentes, mas que a essa altura não foram concluídos.

Para fazer face a demanda crescente e a outras obrigações, a companhia conta com:

- o potencial da desmobilização de equipamentos – estima-se US\$ 5 a 7 milhões em bens à venda
- boas perspectivas relativas ao ressarcimento de créditos tributários (R\$ 27 milhões homologados mais 48 milhões em processo) – que dependem do curso de medidas administrativas e judiciais
- contingências ativas e cobranças litigiosas (R\$ 72 milhões), que se exitosas podem tornar-se líquidas pela execução das dívidas
- a possibilidade de desmobilização de imóveis não operacionais e operacionais (R\$ 154 milhões), sempre que equacionadas as hipotecas e outros gravames existentes, readequado o parque fabril para a ocupação de imóveis com melhor custo-benefício ou efetivado o sale-leaseback das instalações atuais.

Fontes Potenciais de Recursos para a Retomada

Desmobilização de Ativos	
- Equipamentos remanescentes (Serviços)	25
- Imóveis	154
Restituições Tributárias Impostos	75
Arbitragens/Litígios	72
TOTAL (R\$ MM)	326

Coronavírus

Ainda não é possível mensurar os efeitos financeiros e econômicos decorrentes da pandemia do Coronavírus, COVID-19, nem toda a extensão de seu impacto sobre a companhia. Contudo, é razoável tecer prognósticos sobre os principais riscos subjacentes, sem a pretensão de exaurir todas as possibilidades.

No que tange aos suprimentos, tivemos atrasos na fabricação e transporte de produtos oriundos da China, mas que vêm paulatinamente se regularizando e não terão impactos materiais nos negócios. Já os suprimentos domésticos permaneceram normais até a presente data, mas é razoável esperar que haja impacto tanto na fabricação como na circulação de insumos produtivos, o que pode ter impacto leve ou moderado nos prazos de entrega.

Em se tratando de vendas, não houve até a data alteração perceptível no influxo de pedidos, mas há reportes meramente qualitativos de arrefecimento no influxo de consultas de clientes do segmento industrial. Não houve qualquer cancelamento de pedidos decorrente do evento. Contudo, tendo em vista o desenrolar dos fatos, é razoável esperar nos próximos dias ocorra um arrefecimento da demanda. Impossível antecipar em que patamares e em que duração.

Atividades administrativas e de produção. A partir de 16 de março companhia tomou diversas medidas preventivas visando produzir o “afastamento social” recomendado pelas autoridades. Grande parte dos funcionários administrativos passou a trabalhar domesticamente, e as equipes de produção foram divididas em turnos de trabalho quando possível, visando mitigar a interrupção total das atividades. Todas as recomendações de conduta para afastamento de pessoas com sintomas estão sendo implementadas. Como a companhia vem trabalhando com ociosidade, é provável que parte dos atrasos decorrentes das ineficiências introduzidas seja mitigada, mas existem setores fabris que podem constituir gargalos relevantes se tiverem de ser paralisados.

Sob o ângulo financeiro, no que toca às entradas de recursos, a companhia está atenta ao potencial aumento da inadimplência de clientes, que passou a ser observado a partir da presente semana, com a eclosão da crise no Brasil. É possível que transações envolvendo ativos que vinham sendo negociados sejam postergadas ou mesmo canceladas. Quanto às saídas de recursos, dependendo da combinação e amplitude de todos efeitos ora descritos, a companhia pode ver, ou não, a sua capacidade de pagamento substancialmente reduzida, o que, no limite, poderia chegar a afetar o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

Rafael Gorenstein
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Líquida

Receita Líquida (R\$ mil)	1T19	2T19	3T19	4T19	2018	2019
Produtos	8.352	6.765	8.005	9.321	34.329	32.444
Válvulas Oil&Gas	3.237	2.099	2.186	3.043	9.184	10.566
Válvulas Industriais	5.115	4.666	5.819	6.278	23.140	21.878
Tubulares	-	-	-	-	2.005	-
Serviços	72	25	91	45	347	233
Oilfield Services Brasil	72	25	91	45	347	233
Total	8.424	6.790	8.096	9.365	34.676	32.676

Para efeitos de comparação, a partir do 2T18 alteramos a composição dos segmentos de negócio, passando a tratar a divisão de Tubulares como parte do negócio de Produtos.

Segmento de Produtos

Na comparação do 4T19 com o 3T19, tivemos um incremento nas vendas tanto de Válvulas Oil&Gas, como nas Válvulas Industriais, refletindo melhor desempenho da companhia num mercado que ainda se mostra relativamente estagnado, porém já demonstrando sinais de melhora.

Nos negócios de válvulas, comparando 2019 com o ano de 2018, ainda que tenha se observado uma aceleração no curso do ano, o cenário de estagnação, com receitas em mesmos patamares. Esse comportamento espelha a estagnação econômica com viés de retomada. No negócio de Tubulares após a conclusão de um pequeno contrato em 2018, as plantas voltaram a parar por falta de atividade.

Segmento de Serviços

As receitas na divisão de *Oilfield Services* Brasil espelham a descontinuação dos negócios no Segmento em curso desde 2017. O faturamento ocorrido não é decorrente da operação, refere-se à liquidação de saldos de estoques.

Carteira de Pedidos

Em 31 de dezembro de 2019, a carteira de pedidos e contratos com obrigação de compra (“Order Backlog”) da Companhia no Brasil somou R\$ 15,7 milhões (R\$ 6 milhões em 2018). A companhia possuía na mesma data um saldo em contratos de fornecimento sem obrigação de compra no montante de R\$ 4,4 milhões. Não estão incluídas nessa cifra licitações vencidas para as quais não foram emitidos os respectivos pedidos.

Lucro Bruto e Margem Bruta

Lucro Bruto (R\$ mil)	1T19	2T19	3T19	4T19	2018	2019
Produtos	1.060	294	596	1.532	2.529	3.482
<i>Margem Bruta - Produtos</i>	<i>12,7%</i>	<i>4,3%</i>	<i>7,4%</i>	<i>16,4%</i>	<i>7,4%</i>	<i>10,7%</i>
Serviços	(2.085)	(1.146)	(95)	(136)	(716)	(3.462)
<i>Margem Bruta - Serviços</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>
Total	(1.025)	(852)	501	1.396	1.813	20
<i>Margem Bruta Total</i>	<i>-12,2%</i>	<i>-12,5%</i>	<i>6,2%</i>	<i>14,9%</i>	<i>5,2%</i>	<i>0,1%</i>
Depreciação de Produtos	1.655	1.583	1.745	2.146	7.426	7.129
Lucro Bruto s/ depreciação Produtos	2.715	1.877	2.341	3.678	9.955	10.611
<i>Margem Bruta s/ depreciação Produtos</i>	<i>33%</i>	<i>28%</i>	<i>29%</i>	<i>39%</i>	<i>29%</i>	<i>33%</i>

*n/a - não aplicado

Segmento de Produtos

Na comparação do 4T19 com o 3T19, as vendas foram melhores e as margens também, resultado de esforços progressivos para aferir melhor rentabilidade das vendas. Esse aumento da rentabilidade medida pelas margens brutas com e sem depreciação são observadas também na comparação anual.

No exercício de 2019 o total da receita líquida foi menor ante 2018 em decorrência da descontinuidade do negócio de tubulares, mas as margens melhoraram pela maior diluição dos custos fixos no período.

A despesa de depreciação tem um peso elevado em nossas margens devido ao elevado capital imobilizado, em um cenário de baixo nível de atividade. Excluída a depreciação que não importa em desembolso de recursos, a margem no 4T19 ante o 3T19 aumentou 10,2% e na comparação interanual, a margem aumentou 3,7%.

Segmento de Serviços

As margens do segmento de serviços não são oriundas de atividades produtivas da empresa e sim da venda de estoques para a desmobilização da planta.

Despesas

Despesas (R\$ mil)	1T19	2T19	3T19	4T19	2018	2019
Total de Despesas com Vendas	1.393	1.202	1.270	2.299	5.906	6.165
Despesas com Vendas - Produtos	1.399	1.305	1.299	1.340	5.810	5.343
Despesas com Vendas - Serviços	(6)	(103)	(29)	959	96	822
Total de Despesas Administrativas	5.891	5.290	4.588	6.712	21.226	22.481
Despesas Administrativas - Produtos	2.117	2.109	2.043	2.848	7.951	9.117
Despesas Administrativas - Serviços	3.297	3.082	2.186	3.262	11.497	11.827
Despesas Administrativas - Corporativo	477	99	359	602	1.778	1.537
Honorários dos Administradores	720	710	705	1.305	4.780	3.440
Total de Despesas com Vendas, Administrativas e Honorários dos Administradores	8.004	7.202	6.563	10.316	31.912	32.086

Despesas com Vendas

No 4T19 versus o 3T19 no Segmento de Produtos as despesas tiveram pequeno aumento a reboque do aumento da receita. Ao comparar 2019 com 2018, a redução se explica por despesas com multas contratuais no exercício anterior.

No Segmento de Serviços comparando 2019 com 2018 as despesas com vendas ficaram maiores pela provisão de perdas com créditos de clientes.

Despesas Administrativas

No Segmento de Produtos, ao comparar 4T19 com o 3T19, apurou-se um incremento relevante nas despesas, atribuído a ajustes no rateio de despesas fixas corporativas. Comparando 2019 com 2018, o aumento se explica substancialmente pela mesma razão.

No Segmento de Serviços, comparando o 4T19 e o 3T19 o aumento fruto de ajustes no rateio de despesas fixas. Na comparação de 2019 ante 2018 estão em níveis similares.

Nas Despesas Corporativas, houve aumento no 4T19 ante o 3T19 referente a honorários advocatícios e gastos com a recuperação judicial. Mas ao comparar 2019 versus 2018 observamos uma pequena redução.

Honorários dos Administradores

O aumento do 4T19 deve à provisão de valores para remuneração variável, a ser ainda apurada e aprovada pelo Conselho de Administração. No comparativo anual, houve uma redução, por menor expectativa de gasto com remuneração variável.

Outras Receitas e (Despesas) Operacionais

Outras Receitas (Despesas) (R\$ mil)	1T19	2T19	3T19	4T19	2018	2019
Produtos	(260)	(719)	15.971	(8.009)	1.731	6.984
Despesas com Ociosidade - Produtos	(2.390)	(3.100)	(2.861)	(3.350)	(11.043)	(11.701)
Serviços	(2.146)	795	17.127	561	(14.888)	16.337
Despesas com Ociosidade - Serviços	(750)	(471)	(610)	(589)	(2.668)	(2.420)
Total	(5.546)	(3.495)	29.627	(11.387)	(26.868)	9.200

No 4T19 destacam-se os seguintes fatores:

- (i) R\$ 3,9 milhões de despesas com ociosidade de produção;
- (ii) R\$ 18,5 milhões correspondente ao efeito líquido negativo dos ajustes por *impairment* e resultado de alienação dos ativos;
- (iii) R\$ 19,1 milhões de redução de passivos da Recuperação Judicial;
- (iv) R\$ 2,1 milhões aumento por atualizações de processos contingentes (principalmente trabalhistas) de acordo com a análise dos assessores jurídicos;
- (v) R\$ 3,0 despesas por baixa de adiantamentos a fornecedores;

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	1T19	2T19	3T19	4T19	2018	2019
Rendas de Aplicações Financeiras	21	25	49	130	118	225
Variação Monetária	295	357	14.957	542	11.254	16.151
Ajuste a Valor Presente	-	-	-	1.995	-	1.995
Ajuste a Valor Justo	-	-	-	-	27.923	-
Juros sobre recebíveis	3	2	3	3	9	11
Receita (redução de multa, juros e encargos adesão ao PERT)	-	-	-	-	6.850	-
Outros	1.296	170	(302)	145	153	1.309
Receita Financeira*	1.615	554	14.707	2.815	46.307	19.691
(Despesa) Reversão de Despesa com Juros	(3.865)	(3.683)	(2.523)	(296)	(12.300)	(10.367)
Ajuste a Valor Presente	(2.120)	(1.696)	2.437	(162)	(1.137)	(1.541)
Descontos Concedidos	-	(24)	(1)	(1)	(118)	(26)
(Provisão) Reversão de Juros sobre Fornecedores	1.099	146	(3.790)	(1.658)	(298)	(4.203)
Multas e juros sobre impostos	(205)	(731)	(198)	(345)	(8.426)	(1.479)
Despesas Bancárias, Impostos e Outros	(2.033)	(1.814)	1.511	890	(6.269)	(1.446)
Despesa Financeira*	(7.124)	(7.802)	(2.564)	(1.572)	(28.548)	(19.062)
Resultado Financeiro Líquido*	(5.509)	(7.248)	12.143	1.243	17.759	629
Receita de Variação Cambial	10.162	5.617	14.174	17.293	98.557	47.246
Despesa de Variação Cambial	(12.324)	(3.398)	(31.129)	(10.639)	(168.099)	(57.490)
Variação Cambial Líquida	(2.162)	2.219	(16.955)	6.654	(69.542)	(10.244)
Resultado Financeiro Líquido Total	(7.671)	(5.029)	(4.812)	7.897	(51.783)	(9.615)

* Excluindo Variação Cambial

Receita Financeira

A variação ocorrida entre o 4T19 e o 3T19 se deve principalmente a parcela de atualização monetária de ativos contingentes de créditos tributários reconhecidos no 3T19, e a contabilização de receita de Ajuste a Valor Presente reconhecidos no 4T19.

No comparativo anual a variação é explicada pelo ajuste a valor justo referente a emissão de Bônus de Subscrição conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, pela variação monetária decorrente de atualização de Selic oriundos de pedido de restituição de IRPJ e CSLL, no ano de 2018.

Despesas Financeiras

Na comparação 2019 versus 2018, a redução das despesas financeiras se deve principalmente ao registro de multas, juros e despesas oriundas de parcelamento de débitos tributários pela adesão e consolidação do PERT, no exercício anterior.

Variação Cambial Líquida

No 4T19 versus o 3T19 a Variação Cambial Líquida resultou em receita, devido a desvalorização do dólar em 3,2%. No comparativo 2019 x 2018 o dólar sofreu uma valorização de 4,02%.

EBITDA Ajustado das Atividades

EBITDA Ajustado (R\$ mil)	1T19	2T19	3T19	4T19	2018	2019
Produtos	(2.838)	(4.730)	(3.020)	(373)	(15.733)	(10.961)
Margem	-34,0%	-69,9%	-37,7%	-4,0%	-45,8%	-33,8%
Serviços	(4.315)	(1.412)	(1.200)	(2.240)	(16.690)	(9.166)
Margem	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Total	(7.153)	(6.142)	(4.220)	(2.612)	(32.423)	(20.127)
Margem	-84,9%	-90,5%	-52,1%	-27,9%	-93,5%	-61,6%

obs: valores de Serviços líquidos de participações minoritárias

O EBITDA Ajustado de Produtos no 4T19 melhorou ante o 3T19 principalmente pela melhor performance nas vendas e na rentabilidade das mesmas. Vale o mesmo na comparação anual.

No Segmento de Serviços o 4T19 comparado ao 3T19 aumentou devido ao compartilhamento de despesas corporativas e também pela ausência de receitas da operação. No comparativo anual o resultado melhorou.

Reconciliação do Ebitda Ajustado (R\$ mil)	1T19	2T19	3T19	4T19	2019	2018
Lucro Bruto	(1.025)	(852)	501	1.396	20	1.813
Despesas c/ Vendas, Gerais e Administrativas	(7.284)	(6.492)	(5.858)	(9.010)	(28.643)	(27.132)
Honorários dos Administradores	(720)	(711)	(705)	(1.304)	(3.440)	(4.780)
Depreciação, Amortização e Realização de Ativos	1.900	1.830	1.778	1.756	7.264	15.337
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	(5.546)	(3.495)	29.627	(11.387)	9.199	(26.868)
Ebitda das Atividades	(12.675)	(9.719)	25.343	(18.548)	(15.599)	(41.630)
Resultado da alienação ou baixa de ativos	-	-	(8.093)	18.531	10.438	14.158
Provisões com Processos Judiciais	987	1.373	2.978	2.124	7.462	2.014
Despesas com ociosidade	3.140	3.570	3.470	3.939	14.120	13.711
Processo de Reestruturação e Outras Despesas Extraordinárias	1.395	(1.366)	(27.918)	(8.659)	(36.548)	(20.675)
Ebitda Ajustado	(7.153)	(6.142)	(4.220)	(2.612)	(20.127)	(32.423)

4T19

Reconciliação do Ebitda Ajustado (R\$ mil)	Produtos	Serviços	Total
Lucro Bruto	1.532	(136)	1.396
Despesas c/ Vendas, Gerais e Administrativas	(4.786)	(4.224)	(9.010)
Honorários dos Administradores	(1.297)	(7)	(1.304)
Depreciação e Amortização	1.730	26	1.756
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(11.359)	(28)	(11.387)
Ebitda das Atividades	(14.180)	(4.369)	(18.548)
Resultado da alienação ou baixa de ativos	9.615	8.916	18.531
Provisões com Processos Judiciais	321	1.804	2.124
Despesas com ociosidade	3.258	681	3.939
Processo de Reestruturação e Outras Despesas Extraordinárias	613	(9.272)	(8.659)
Ebitda Ajustado	(373)	(2.240)	(2.612)

As Despesas não recorrentes do 4T19 referem-se, principalmente a provisões de perdas pela não recuperabilidade de ativos e atualização de processos contingentes.

Resultado Líquido

Resultado Líquido (R\$ mil)	1T19	2T19	3T19	4T19	2018	2019	Var. R\$
Resultado Antes de IR e CSLL	(18.558)	(15.272)	18.832	(15.285)	(117.019)	(30.283)	86.736
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(1.543)	(2)	-	1.522	122	(23)	(145)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	505	403	(580)	(436)	10.464	(108)	(10.572)
Resultado de Operações Descontinuadas	-	1.756	973	1.507	5.122	4.236	- 886
Resultado Líquido do Período	(19.596)	(13.115)	19.225	(12.692)	(101.311)	(26.178)	75.133
Prejuízo por 1000 Ações	(2,00)	(2,42)	6,86	(10,64)	0,47	(10,64)	(11,11)

Concorreu para o resultado negativo do 4T19 de R\$ 12,7 milhões, além das despesas correntes, R\$ 3,5 milhões de ociosidade, R\$ 3,0 milhões de baixas financeiras.

Capital de Giro Operacional

Capital de Giro (R\$ mil)	2018	2019
Contas a Receber	31.357	10.795
Estoques	38.950	30.436
Adiantamentos de Fornecedores	13.877	7.826
Impostos a Recuperar	23.637	38.271
Fornecedores	31.104	11.638
Adiantamentos de Clientes	3.528	5.171
Impostos a Recolher	20.127	13.846
Salários e Encargos	12.381	7.997
Capital de Giro Aplicado	40.681	48.676
Variação do Capital de Giro Aplicado	(17.839)	7.995

Ao comparar 2019 com 2018, notamos um aumento do capital de giro empregado. Tal aumento decorre principalmente de créditos tributários passíveis de compensação ou ressarcimento a curto prazo.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Disponibilidades (em R\$ Mil)	2018	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.245	5.834
Títulos e Valores Mobiliários	847	-
Total	2.092	5.834

A variação ocorrida em 2019 x 2018 refere-se a entrada de recursos referente a venda da participação societária *Oilfield Services Colombia*.

Endividamento Financeiro

Endividamento (R\$ mil)	2018	2019
Curto Prazo	53.040	23.381
Créditos sujeitos à Recuperação Judicial	6.507	3.685
Créditos não sujeitos à Recuperação Judicial	37.197	14.509
Debêntures Conversíveis em Ações	9.336	5.187
Longo Prazo	122.691	125.395
Créditos sujeitos à Recuperação Judicial	121.570	125.395
Créditos não sujeitos à Recuperação Judicial	1.121	-
Dívida Bruta	175.731	148.776
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.245	5.834
Títulos e Valores Mobiliários	847	-
Dívida Líquida	173.639	142.942

A redução do endividamento de 2019 ante o 2018 refere-se principalmente a entrada de recursos que contribui de forma positiva para a redução da dívida.

Saldos de Investimentos

A redução apresentada em 2019 na comparação com 2018 é justificada pela desmobilização de equipamentos das unidades de serviços.

Investimentos (R\$ mil)	2018	2019
Outros Investimentos	587	51.039
Imobilizado	135.937	84.155
Intangível	115.970	87.010
Total	252.494	222.204

Operações descontinuadas:

Em 12 de Setembro de 2019, as entidades que compreendiam a divisão *Oilfield Services* Colômbia deixaram de fazer parte da sociedade. Para fins de análise, todo o resultado apurado por ela anteriormente deixou de constar neste relatório.

Anexos

Anexo I – Demonstrações de Resultados (R\$ Mil)

	2018	2019	% Change
Net Revenue From Sales	34,676	32,676	-6%
Cost of Goods and Services Sold	(32,863)	(32,656)	-1%
Gross Profit	1,813	20	-99%
Operating Income/Expenses	(67,049)	(20,689)	-69%
Selling	(5,906)	(6,162)	4%
General and Administrative	(21,226)	(22,481)	6%
Management Fees	(4,780)	(3,440)	-28%
Equity pick-up	(8,269)	2,194	-127%
Other Operation Income (Expenses)	(26,868)	9,200	-134%
Net Financial Result	(51,783)	(9,614)	-81%
Financial Income	46,307	19,691	-57%
Financial Expenses	(28,548)	(19,061)	-33%
Net Exchange Variance	(69,542)	(10,244)	-85%
Loss Before Income Tax and Social Contribution	(117,019)	(30,283)	-74%
Provision Income Tax and Social Contribution - Current	122	(23)	-119%
Provision Income Tax and Social Contribution - Deferred	10,464	(108)	-101%
Prejuízo das Operações Descontinuadas	5,122	4,236	n/a
Gain (Loss) for the Period	(101,311)	(26,178)	-74%

Anexo II – Reconciliação do EBITDA Ajustado (R\$ Mil)

	2018	2019	Variação %
EBITDA Ajustado das Operações Continuadas	(32,423)	(20,127)	-38%
Processo de Reestruturações	20,675	36,548	77%
Provisões para Perdas, Impairment e Resultado Líquido na Alienação de Ativos	(16,172)	(17,901)	11%
EBITDA das Operações Continuadas	(27,919)	(1,479)	-95%
Depreciação e Amortização	(15,337)	(7,264)	-53%
Equivalência Patrimonial	(8,269)	2,194	-127%
Resultado Financeiro Líquido	(51,783)	(9,614)	-81%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente e Diferido	10,586	(131)	-101%
Despesas com Ociosidade	(13,711)	(14,120)	3%
Resultado Operações Descontinuadas	5,122	4,236	-17%
Prejuízo Líquido das Operações Continuadas	(101,311)	(26,178)	-74%

Anexo III – Balanços Patrimoniais Consolidados (R\$ Mil)

	2018	2019	Variação %
Ativo Total	581,725	504,628	-13%
Ativo Circulante	227,832	184,200	-19%
Caixa e Equivalentes de Caixa	1,245	5,834	369%
Títulos e Valores Mobiliários	847	-	n/a
Contas a Receber de Clientes	31,357	10,795	-66%
Estoque	38,950	30,436	-22%
Impostos a Recuperar	23,637	38,271	62%
Outras Contas a Receber	26,938	21,203	-21%
Despesas Antecipadas	1,580	1,165	-26%
Adiantamento a Fornecedores	13,877	7,826	-44%
Ativos Classificados como Mantidos para Venda	89,401	68,670	-23%
Ativo Não Circulante	353,893	320,428	-9%
Títulos e Valores Mobiliários	961	1,788	86%
Depósitos Judiciais	25,410	24,987	-2%
Impostos a Recuperar	53,736	55,136	3%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3,932	-	n/a
Outras Contas a Receber	13,505	13,026	-4%
Ativos Classificados como Mantidos para Venda	3,855	3,287	-15%
Investimentos	587	51,039	8595%
Imobilizado	135,937	84,155	-38%
Intangível	115,970	87,010	-25%
Passivo Total	581,725	504,628	-13%
Passivo Circulante	127,989	68,364	-47%
Fornecedores - Não Sujeitos à Recuperação Judicial	25,538	7,627	-70%
Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial - Classe I	730	737	1%
Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial	4,836	3,274	-32%
Empréstimos e Financiamentos Não Sujeitos à Recuperação Judicial	37,197	14,509	-61%
Empréstimos e Financiamentos Sujeitos à Recuperação Judicial	6,507	3,685	-43%
Debêntures Conversíveis em Ações	9,336	5,187	-44%
Salários, Provisões e Contribuição Social	12,381	7,997	-35%
Comissões a Pagar	958	410	-57%
Impostos a Recolher	20,127	13,846	-31%
Obrigações e provisões riscos trabalhistas - sujeitos à recuperação judicial	1,638	94	-94%
Adiantamento de Clientes	3,528	5,171	47%
Participações no Resultado	613	-	n/a
Outras Contas a Pagar	3,359	4,909	46%
Provisão Multas Contratuais	1,241	918	-26%
Passivos Classificados como Mantidos para Venda	-	-	n/a
Passivo Não Circulante	320,541	336,699	5%
Fornecedores - sujeitos à recuperação judicial	59,827	56,689	-5%
Fornecedores - não sujeitos à recuperação judicial	-	-	n/a
Empréstimos e financiamentos - sujeitos à recuperação judicial	121,570	125,395	3%
Empréstimos e financiamentos - não sujeitos à recuperação judicial	1,121	-	n/a
Impostos a Recolher	13,032	17,294	33%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	54,482	67,056	23%
Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis	53,913	58,013	8%
Obrigações e provisões riscos trabalhistas - sujeitos à recuperação judicial	8,184	7,040	-14%
Outras Contas a Pagar	3,506	4,179	19%
Provisão para Passivo a Descoberto em Controladas em Conjunto	4,906	1,033	-79%
Patrimônio Líquido	133,195	99,565	-25%
Atribuído a Participação dos Acionistas Não-Controladores	48,588	-	n/a
Capital Social	1,873,761	1,885,266	1%
Reserva de Capital	2,875	2,875	0%
Reservas e Transações de Capital	136,183	136,183	0%
Opções Outorgadas	13,549	13,600	0%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	121,681	151,261	24%
Prejuízos Acumulados	(2,063,442)	(2,089,620)	1%

Anexo IV – Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados (R\$ Mil)

	2018	2019	Variação %
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do exercício das operações continuadas e descontinuadas	(101,311)	(26,178)	-74%
Ajustes:			
Depreciação e amortização	13,661	7,264	-47%
Equivalência patrimonial	8,269	(2,194)	-127%
Resultado na venda de ativo imobilizado	33,504	22,667	-32%
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos	86,000	25,721	-70%
Reversão (Provisão) para perda pela não recuperabilidade de ativos	(29,265)	9,009	-131%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(564)	16,506	-3027%
Reclassificação para propriedade para investimento	-	6,276	n/a
Obsolescência de estoques	(861)	1,065	-224%
(Reversão) Provisão para devedores duvidosos	206	(692)	-436%
Perdas efetivas com devedores duvidosos	(123)	-	n/a
Ajuste a valor presente	1,210	(455)	-138%
Ajuste a valor justo	36,613	(18,222)	-295%
Variações nos Ativos e Passivos:			
(Aumento) Redução em contas a receber	(4,276)	21,262	-597%
(Aumento) Redução em estoques	21,645	7,449	-66%
(Aumento) Redução em impostos a recuperar	(6,015)	(15,678)	161%
(Aumento) Redução em outros ativos	11,981	13,133	10%
Aumento (Redução) em fornecedores	(5,955)	(23,648)	297%
Aumento (Redução) em impostos a recolher	(586)	(3,498)	497%
Aumento (Redução) em outras contas a pagar	(87,099)	(8,326)	-90%
Caixa (Utilizado nas) e Gerado pelas Atividades Operacionais	(22,966)	31,461	-237%
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Integralização de capital em controladas	20,077	-	n/a
Caixa das operações descontinuadas	-	38,449	n/a
Títulos e valores mobiliários - conta restrita	44	245	457%
Recurso proveniente de venda de investimentos	89	(50,452)	-56788%
Recursos provenientes de venda de imobilizado	6,623	12,679	91%
Aquisição de Imobilizado	(3,316)	(3,618)	9%
Aquisição de Intangível	(87)	(51)	-41%
Fluxo de Caixa Proveniente das (Utilizado nas) Atividades de Investimento	23,430	- 2,748	-112%
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	97,391	(15,819)	-116%
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Partes Relacionadas	(106,223)	(15,661)	-85%
Aumento (Redução) de capital	-	11,505	n/a
Debêntures Conversíveis em Ações	9,336	(4,149)	-144%
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1,858)	-	n/a
Caixa Líquido (Utilizado nas) Proveniente das Atividades de Financiamento	(1,354)	(24,124)	1682%
Aumento (Redução) Líquido do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(890)	4,589	-616%
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	2,135	1,245	-42%
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	1,245	5,834	369%

Sobre a Lupatech – Em Recuperação Judicial

A Lupatech S.A. – Em Recuperação Judicial é uma companhia brasileira de produtos e serviços de alto valor agregado com foco no setor de petróleo e gás. Seus negócios estão organizados em dois segmentos: Produtos e Serviços. O Segmento de Produtos oferece, principalmente para o setor de petróleo e gás, válvulas, cabos para ancoragem de plataformas de produção, válvulas industriais e equipamentos para completação de poços e revestimento de tubulações, além de participação relevante em empresa do segmento de compressores para gás natural veicular. O Segmento de Serviços oferece serviços, workover, intervenção em poços, inspeção e reparação.

Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais, exceto Prejuízo líquido por ação, ou quando indicado)

1 Contexto operacional

A Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial (“Companhia”) e suas controladas e associadas (conjuntamente o “Grupo”) é uma sociedade anônima com sede em Nova Odessa, Estado São Paulo, com ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo (“B3” LUPA3) e no mercado de balcão nos EUA por meio dos seus ADR (LUPAQ). O grupo, que conta com 272 colaboradores, atua na manufatura (**segmento Produtos**) produzindo principalmente válvulas industriais; válvulas para óleo e gás; cabos para ancoragem de plataformas de petróleo; válvulas e equipamentos para completação de poços; artefatos de fibra de vidro, incluindo, entre outros, tubos para revestimento de tubulações petroleiras, geralmente comercializados juntamente com serviços associados de inspeção e reparo.

Até 11 de Setembro de 2019 a companhia operava no negócio de serviços petroleiros (**segmento Serviços**), negócio do qual remanescem ativos diversos em processo de desmobilização, bem como legado a ele associado.

1.1 Continuidade operacional

O Grupo Lupatech busca superar a crise econômico-financeira e reestruturar seus negócios através do processo de recuperação judicial, segundo o plano de recuperação judicial apresentado aos seus credores, com o objetivo de preservar a sua atividade empresarial, recuperar sua posição de destaque como um dos mais relevantes grupos econômicos do Brasil relacionados ao setor de óleo e gás, bem como, para manter-se como fonte de geração de riquezas, tributos e empregos.

A Companhia teve êxito em determinadas medidas implementadas desde o ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial as quais viabilizaram a injeção de recursos substanciais em suas operações. Entre tais medidas, tem destaque o recebimento de relevantes quantias do seu principal cliente, venda de participações societárias e venda de ativos imobilizados.

Eventos também significativos no processo recuperacional foram a constituição de Sociedade de Propósito Específico, a emissão de debêntures no primeiro trimestre de 2018 (R\$29.313) com o fim primário de efetivar o pagamento dos credores da Classe I, e a emissão de Bônus de Subscrição (R\$340.453) no último trimestre de 2018, para promover o pagamento dos credores das Classes II, III e IV da Recuperação Judicial.

Nos cenários desenvolvidos pela Administração, as estimativas indicam a necessidade de obtenção de recursos financeiros adicionais para elevar os níveis de capital de giro para suportar a retomada das operações. Tais recursos poderiam provir, por exemplo, e sem se limitar a, de novas linhas de crédito, aumento de capital com ou sem conversão de dívidas, venda de ativos ou participações societárias, restituição de créditos tributários e reperfilamento de passivos. A Administração persegue todas essas opções.



Nesse sentido, em agosto de 2019, a Companhia promoveu uma chamada de capital em oferta privada junto a seus acionistas levantando o valor de R\$6.994.

Em 2019, fora concluída a negociação da participação societária remanescente na Lupatech Holandesa, que controla a empresa de Serviços Colombiana no valor de US\$5.500 em dinheiro e US\$1.098 em equipamentos. Com a conclusão da Operação, a Companhia não possui mais qualquer relação societária com referidas sociedades.

A companhia possui litígios e iniciativas para buscar a redução dos seus passivos. No 3º trimestre de 2019, a Companhia obteve movimentos favoráveis em relação ao litígio com o BNDES sobre os créditos extraconcursais, que conduziram à remensuração do passivo pelos assessores legais a cargo. No 4º trimestre de 2019, houve decisão favorável em impugnação de créditos concursais e liberação de aval, ambos listados na classe III produzindo uma redução do passivo naquela classe no valor de R\$18.766.

A Lupatech S/A teve assegurado o direito ao ressarcimento de PIS e da COFINS sobre ICMS, relativo aos impostos recolhidos de dezembro de 2001 a dezembro de 2014, que podem ser compensados com débitos futuros ou restituídos à empresa, após tomadas as medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis, medidas estas que tomam o devido tempo para surtir efeito. O trânsito em julgado parcial de dita decisão ocorreu no mês de outubro de 2019, sendo que a companhia segue litigando pelo direito a ressarcir os impostos pagos a maior a partir de 2015.

As medidas de obtenção de recursos supramencionadas, se efetivadas dentro do esperado, proporcionarão o capital de giro necessário para a elevação do nível de atividade e o serviço da dívida no curto prazo. Em horizonte mais longo, a Companhia poderá requerer recursos adicionais para financiar sua retomada, em montantes que dependerão da própria velocidade da retomada. Para fazer frente a essa necessidade, a Companhia empreende medidas que poderão ter efeito substancial a médio prazo.

Determinadas unidades de negócios têm tido suas operações substancialmente afetadas pelas condições de mercado de Óleo e Gás, pela crise econômica do Brasil e pelas repercussões do processo de Recuperação Judicial, tendo o seu nível de atividade e seu desempenho operacional limitado. Na avaliação da Companhia, estas unidades voltarão a operar em patamares superiores à medida que o ambiente de negócios se normalize, sempre que os recursos necessários ao seu capital circulante sejam conferidos.

Recentemente, a partir do final de 2019 e do início do ano de 2020, a Petrobras e outros clientes demandaram licitações de valor substancial para as unidades de negócio de Válvulas de Óleo e Gás e Cabos de Ancoragem. Tais eventos são importantes indicadores da esperada retomada da atividade na indústria.

Oportunidades estratégicas de acelerar a retomada da atividade e/ou mitigar riscos de continuidade por meio de fusões e aquisições são continuamente monitoradas pela Administração.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu em prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$26.544 na controladora e R\$30.283 no consolidado (prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$103.030 na controladora e R\$117.019 no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018) e em, 31 de dezembro de 2019, o total do ativo circulante da Companhia excedeu o passivo circulante em R\$5.341 na controladora, e no consolidado o total do ativo circulante excedeu o total de passivo circulante em

R\$115.836 (Em 31 de dezembro de 2018 o total de ativo circulante excedeu o total de passivo circulante em R\$28.527 na controladora, e no consolidado o total do ativo circulante excedeu o total do passivo circulante em R\$99.843). Em que pese a melhora nos resultados, a continuidade depende não só da melhoria do desempenho, mas também do êxito da Companhia em obter recursos adicionais necessários ao abastecimento do capital de giro e ao serviço da dívida.

1.2 Recuperação Judicial

I. *Processo de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech*

Em 25 de maio de 2015, a Lupatech S/A e suas controladas diretas e indiretas (Grupo Lupatech), obtiveram a aprovação do Conselho de Administração para o pedido de Recuperação Judicial da Companhia, nos termos do artigo 122, parágrafo único, da Lei 6.404/76.

Naquela mesma data, a Lupatech S/A e suas controladas: Lupatech Finance Limited; Amper Amazonas Perfurações Ltda; Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda; Lochness Participações S/A; Lupatech – Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda; Lupatech – Perfuração e Completação Ltda; Matep S/A Máquinas e Equipamentos; Mipel Indústria e Comércio de Válvulas Ltda; Prest Perfurações Ltda; Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S/A, ajuizaram, na Comarca de São Paulo, o pedido de recuperação judicial perante o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, o qual foi deferido em 22 de junho de 2015. Como administrador judicial foi nomeada a Alta Administração Judicial Ltda.

Inicialmente, o Grupo Lupatech apresentou um Plano de Recuperação Judicial, aprovado pelos credores em Assembleia Geral e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Capital de São Paulo em 11 de dezembro de 2015. Posteriormente, em 27 de junho de 2016, a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu provimento a agravos de instrumento interpostos por dois credores, anulando a decisão homologatória do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech.

A Companhia continua perseguindo, via recurso especial, a anulação de multa por litigância protelatória indevidamente aplicada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo que anulou o Plano de Recuperação Judicial anteriormente apresentado.

Em 5 de setembro de 2016, foi apresentado novo Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech junto ao juízo de origem, atendendo aos critérios estabelecidos nos acórdãos da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o qual fora aprovado em 8 de novembro de 2016, pela Assembleia Geral de Credores do Grupo Lupatech, tendo sido homologado pelo juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Capital de São Paulo, sem quaisquer ressalvas, no dia 15 de fevereiro de 2017. Diante da homologação final do juízo, o prazo para agravos contra a homologação do plano esgotou em 13 de março de 2017. A Administração do Grupo avaliou que a inexistência de agravos subsequentes confirmou integralmente a legalidade do plano e de seus efeitos a partir da sentença homologatória da decisão soberana da assembleia de credores, estando, portanto, o Grupo Lupatech e todos os credores sujeitos ao cumprimento do plano e obrigados legalmente a partir desta data.

Em 02 de julho de 2019 o Administrador Judicial do Grupo Lupatech submeteu o Quadro Geral de Credores ao Juízo, ao qual o Grupo Lupatech após relação de credores trabalhistas e cíveis ilíquidos

por demandas judiciais em curso, que foi acolhida com decisão judicial subsequente de que tais créditos, na medida em que originados antes do pedido de Recuperação Judicial, se submetam aos termos do Plano.

A Companhia utilizou três estratégias para saldar os compromissos com os credores Classe I. A primeira, correspondente a até cinco salários mínimos relativos a créditos de natureza estritamente salariais e vencidos nos três meses anteriores à data do pedido, foi pago em dinheiro, aos respectivos credores trabalhistas, estando devidamente cumprido o artigo 54, parágrafo único, da Lei de Falências. A segunda, sem atribuição de ordem de relevância, foi o pagamento de credores por meio da conversão do crédito em debêntures da Lupatech S/A, e a terceira ocorreu por meio da adjudicação das ações de sociedade de propósito específico (SPE), na forma do art. 50 XVI da lei nº 11.101.

Nesse contexto, em 28 de novembro de 2017 a Companhia anunciou a 3ª emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações da Lupatech S/A no montante de até R\$30.000. A emissão foi concluída em 31 de janeiro de 2018 com a subscrição de R\$29.313. A emissão foi direcionada aos credores da Classe I e aos credores não sujeitos à Recuperação Judicial, tendo sido o direito de preferência facultado aos acionistas.

Em 29 de outubro de 2018, o Grupo Lupatech apresentou uma proposta de ajustes ao fluxo de pagamento dos credores quirografários da Classe III que consistia no diferimento de parte dos pagamentos iniciais em contrapartida de aumento de 0,3% da taxa de juros (passando a TR + 3,3% a.a.). A Assembleia Geral dos Credores se reuniu em 30 de novembro de 2018 e aprovou a proposta da companhia. A decisão da AGC foi submetida ao juízo recuperacional e foi homologada havendo a respectiva sentença homologatória transitado em julgado sem que nenhum recurso fosse interposto no prazo hábil.

Naquela mesma data, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 3.404.528 (três milhões, quatrocentos e quatro mil, quinhentos e vinte e oito) Bônus de Subscrição para entrega em pagamento de 50% da dívida dos credores Classe III e IV e 35% dos credores Classe II. Os Bônus foram emitidos e escriturados em nome dos credores aptos à tal, havendo o juízo da Recuperação Judicial autorizando que a Companhia mantivesse em tesouraria os valores mobiliários correspondentes aos credores, que por falta de informações cadastrais, por impossibilidade operacional ou por falta de liquidez em seu crédito, não pudessem ter seus Bônus escriturados.

II. *Sobre o Plano de Recuperação Judicial, aprovado pelos credores em assembleia geral realizada em 08 de novembro de 2016, e homologado em 15 de fevereiro de 2017, pelo juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Capital de São Paulo.*

A adoção das medidas de recuperação específicas a seguir previstas pelo Plano tem por objetivos: (i) proceder ao reescalonamento do passivo do Grupo Lupatech, permitindo a sua futura quitação; (ii) permitir o ingresso de fluxo de caixa para manter e fomentar as atividades do Grupo Lupatech; (iii) alienar determinados bens tidos por não essenciais às atividades econômicas do Grupo Lupatech; (iv) obter novos recursos junto ao mercado de capitais para acelerar a recuperação; e (v) por meio do soerguimento do Grupo Lupatech, permitir a geração de empregos e o pagamento de impostos.

a. *Medidas de recuperação*

O Plano utiliza os seguintes meios de recuperação, na forma do artigo 50 da Lei de Falências: (i) concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações do Grupo Lupatech, com

a equalização de encargos financeiros, tendo como termo inicial a data da distribuição do pedido de recuperação judicial; (ii) aumento de capital social mediante emissão de valores mobiliários, com eventual alteração de controle societário; (iii) venda parcial, trespasse ou arrendamento de ativos do Grupo Lupatech; (iv) constituição de sociedade de propósito específico para a transferência de bens destinados ao pagamento dos credores; e (v) outras medidas a serem eventualmente submetidas à prévia aprovação do Juízo da Recuperação.

Aumento de capital: A fim de permitir a injeção de novo capital, a qualquer momento posterior à homologação Judicial do Plano, poderá o Grupo Lupatech realizar uma ou mais chamadas de aumento de capital social da Lupatech, que poderão ser destinadas a credores sujeitos ao Plano, credores não sujeitos ao Plano, e/ou terceiros investidores, conforme o caso.

O Plano prevê a entrega de bônus de subscrição a credores das Classes II, III e IV. Até a presente data foram emitidos pela Lupatech 3.404.528 (três milhões, quatrocentos e quatro mil, quinhentos e vinte e oito), que, se exercidos, serão convertidos em igual número de ações, parte dos quais remanesce em tesouraria aguardando que os créditos que pagarão se tornem líquidos ou que seja operacionalmente possível a sua entrega. Os créditos são trocados mediante a conferência de um bônus de subscrição a cada cem reais de crédito – relação proporcionalmente alterável na hipótese de grupamento, desdobramento ou bonificação da base acionária. O preço de exercício dos Bônus emitidos é de R\$0,88 por ação.

Na hipótese de qualquer aumento de capital permitir a capitalização de créditos sujeitos ao Plano, o exercício do direito de participar do referido aumento de capital será, sempre, opcional aos credores, e será sempre concedido de forma igualitária a cada uma das classes de credores sujeitos ao plano ou a toda a base de credores sujeitos ao Plano. No caso de um mesmo aumento de capital contemplar tanto credores sujeitos ao Plano quanto terceiros investidores, as condições de subscrição das ações oferecidas deverão ser as mesmas a ambos.

Garantias: Para garantir a captação de novos recursos, preservados os direitos dos credores com garantia real, o Grupo Lupatech poderá, além de outorgar garantias pessoais, constituir garantias reais e fiduciárias: (i) a partir da consolidação da propriedade em favor do Grupo Lupatech, sobre o imóvel localizado em São Leopoldo; e (ii) a partir da eventual desoneração de garantias dadas aos Credores com Garantia Real, sobre quaisquer dos ativos desonerados.

Alienação de ativos: O Grupo Lupatech, a partir da homologação Judicial do Plano, poderá alienar os bens do ativo permanente descritos no Plano, por meio de (i) procedimento competitivo; (ii) contrato particular firmado por preço não inferior ao apontado em laudos de avaliação preparados por empresa especializada; ou (iii) leilão particular, a ser realizado por empresa especializada na avaliação e venda de ativos por meio de leilões presenciais ou via Internet. Os proventos líquidos decorrentes de tais alienações serão utilizados para o pagamento de obrigações decorrentes da legislação do trabalho, encargos tributários e previdenciários, e de obrigações estabelecidas no Plano.

Alienação de Unidades Produtivas Isoladas (UPIs): O Grupo Lupatech, a partir da homologação Judicial do Plano, poderá alienar as UPIs descritas no Plano. A alienação das UPIs poderá ser feita de forma conjunta ou isolada, por meio de procedimento competitivo abrangendo, inclusive, uma ou mais UPIs ou bens do ativo permanente. Os proventos líquidos decorrentes de tais alienações serão utilizados para o pagamento de obrigações decorrentes da legislação do trabalho, encargos tributários e previdenciários, e de obrigações estabelecidas no Plano.

Quaisquer alienações de UPIs por meio de procedimento competitivo serão realizadas respeitando-se o disposto nos respectivos editais, nos termos da Lei de Falências, e atendidas as demais condições

previstas neste Plano. Fica a critério do Grupo Lupatech optar por quaisquer das modalidades de procedimento competitivo previstas nos artigos 142 a 145 da Lei de Falências.

As UPIs que forem alienadas por procedimento competitivo estarão livres de quaisquer ônus, e os seus respectivos adquirentes não responderão por nenhuma dívida ou contingência do Grupo Lupatech, inclusive as de caráter tributário e trabalhista, nos termos do art. 60 e 141 da Lei de Falências.

Na hipótese de alienação de qualquer das UPIs previstas no Plano por meio de procedimento competitivo, o Grupo Lupatech poderá incluir, como parte integrante da UPI, acesso de eventuais direitos de uso, em caráter oneroso e temporário, sobre os imóveis em que se localizam os equipamentos que constituem as UPIs alienadas.

Alienação de ativos de empresas não-recuperandas: O Grupo Lupatech poderá, ainda, alienar ativos de propriedade de sociedades estrangeiras nas quais detenha participação ou controle, não integrantes da Recuperação Judicial. Os proventos líquidos decorrentes de tais alienações ingressarão no caixa das recuperandas, e serão utilizados para o pagamento de obrigações decorrentes da legislação do trabalho, encargos tributários e previdenciários, e de obrigações estabelecidas no Plano.

Alienação de ativos dados em garantia real ou fiduciária: Mediante a anuência prévia do credor que detenha a respectiva garantia e/ou na forma da Lei ou do Plano, o Grupo Lupatech poderá alienar a terceiros, bens dados em garantia real ou fiduciária. Os recursos decorrentes da alienação de tais bens serão utilizados para a quitação dos créditos detidos pelo credor com garantia real ou do credor com garantia fiduciária. Eventuais valores excedentes serão utilizados para o pagamento de obrigações decorrentes da legislação do trabalho, encargos tributários e previdenciários, e de obrigações estabelecidas no Plano.

Constituição de SPEs: A fim de possibilitar ou facilitar a venda de quaisquer dos bens do ativo permanente ou das UPIs descritas no Plano, conforme o caso, o Grupo Lupatech poderá, de forma individualizada ou em conjunto, transferir um ou mais desses ativos ou UPIs a sociedades de propósito específico constituídas pelo Grupo Lupatech.

Aprovação para alienação de ativos: Sem prejuízo das hipóteses de alienação de ativos e alienação de ativos dados em garantia real ou fiduciária, será permitida qualquer outra modalidade de alienação, substituição ou oneração de bens mediante autorização do Juízo da Recuperação ou aprovação pela Assembleia Geral de Credores, respeitados os termos das legislações e dos contratos aplicáveis a tais ativos. Encerrada a Recuperação Judicial, o Grupo Lupatech poderá alienar livremente quaisquer bens de seu ativo circulante ou permanente, observados os gravames que recaírem sobre tais bens, não sendo mais aplicáveis as restrições previstas neste Plano ou no art. 66 da Lei de Falências, estando, porém, sujeitas às restrições usuais constantes dos contratos sociais e estatutos das sociedades do Grupo Lupatech e de novos instrumentos de dívida, conforme o caso.

Encerramento da Recuperação Judicial: Após o encerramento da Recuperação Judicial o Grupo Lupatech poderá dispor dos bens do seu ativo e dos recursos sem que se imponham as restrições e limitações previstas no Plano.

b. Reestruturação dos créditos sujeitos ao Plano

Observado o disposto no artigo 61 da Lei de Falências, todos os Créditos Sujeitos ao Plano, que serão pagos pela Lupatech e pela Lupatech Finance como devedoras principais, conforme o caso, em



solidariedade com as outras sociedades do Grupo Lupatech, que permanecem como coobrigadas e devedoras solidárias, com expressa renúncia a qualquer benefício de ordem.

Os créditos sujeitos ao Plano serão pagos nos prazos e formas estabelecidos no Plano, para cada classe de Credores Sujeitos ao Plano, ainda que os contratos que deram origem aos Créditos Sujeitos ao Plano disponham de maneira diferente. Com a referida novação, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, bem como quaisquer outras obrigações contratuais que sejam incompatíveis com as condições deste Plano, deixam de ser aplicáveis.

Os créditos não sujeitos ao Plano serão pagos na forma originalmente contratada ou na forma que for acordada entre o Grupo Lupatech e o respectivo credor, inclusive, se aplicável, mediante a implantação de medidas previstas no Plano.

Com o objetivo de reduzir os custos na administração dos pagamentos, será respeitado um valor mínimo de parcela de pagamento aos credores sujeitos ao Plano de duzentos e cinquenta reais por credor sujeito ao Plano habilitado na lista de credores nas classes III e IV, limitado ao saldo do seu respectivo crédito sujeitos ao Plano.

As formas de pagamento previstas aos credores das classes II, III, e IV têm por objetivo não só o reescalonamento de parte substancial dos créditos a ser feito em dinheiro; mas também permitir que os credores se beneficiem do soerguimento econômico perseguido pelo Grupo Lupatech através do exercício dos bônus de subscrição oferecidos em troca de parte do seu crédito.

Créditos que tenham a sua classificação contestada pelo Grupo Lupatech ou por qualquer parte interessada, nos termos da Lei de Falências, somente podem ser pagos depois de transitada em julgado a sentença que determinar a qualificação do crédito controvertido, respeitados os termos da Lei de Falências, iniciando-se os prazos para pagamento apenas após o trânsito em julgado da respectiva sentença.

Na hipótese de majoração de qualquer crédito, ou inclusão de novo crédito em decorrência de eventual impugnação de crédito ou do julgamento de qualquer ação judicial, o respectivo valor (em caso de inclusão) ou valor adicional (em caso de majoração) será pago por meio da distribuição proporcional do valor nas parcelas futuras. A eventual majoração ou inclusão de qualquer Crédito na lista de credores durante o prazo de pagamento não gerará ao credor cujos créditos forem majorados qualquer direito ao recebimento retroativo ou proporcional de parcelas já pagas.

c. Reestruturação dos Créditos Trabalhistas

As medidas de pagamento previstas aos credores Trabalhistas, foram e vem sendo cumpridas conforme apresentado no Plano de Recuperação Judicial.

Os créditos trabalhistas controvertidos que venham a ser objeto de acordo na Justiça do Trabalho devem ser pagos na forma estabelecida nos respectivos acordos devidamente homologados pela Justiça do Trabalho em decisão definitiva. Em nenhuma hipótese os créditos trabalhistas controvertidos poderão receber tratamento mais benéfico do que aquele dado aos créditos trabalhistas incontroversos.

d. Reestruturação dos créditos com garantia real

Além do pagamento previsto acima, o Grupo Lupatech poderá, a qualquer tempo e mediante anuência por parte do respectivo credor com garantia real, realizar o pagamento total ou parcial do saldo do respectivo crédito com garantia real por meio: (i) da dação em pagamento de quaisquer dos ativos dados em garantia real em favor do credor com garantia real; (ii) da dação em pagamento de créditos detidos pelo Grupo Lupatech, em valor suficiente à cobertura do saldo do respectivo Crédito com garantia real; ou (iii) da entrega dos recursos provenientes da alienação de quaisquer dos ativos dados em garantia real em favor do credor com garantia real, seja nos termos do Plano, mediante autorização judicial, ou nos termos do Artigo 60 da Lei de Falências.

Na hipótese de o pagamento alternativo ocorrer apenas de forma parcial, o respectivo credor com garantia real deverá liberar garantias reais excessivas em favor do Grupo Lupatech, na forma do Plano.

e. Reestruturação dos créditos quirografários

Os créditos quirografários que forem denominados em moeda estrangeira serão apurados em Reais com base no câmbio da data do pedido, e pagos em condições análogas às previstas no Plano, respeitada a variação do câmbio oficial do Banco Central do dia útil anterior ao pagamento. A variação cambial será apurada pela diferença entre o valor original do crédito quirografário denominado em moeda estrangeira e os valores efetivamente pagos em moeda estrangeira.

O Grupo Lupatech assegurará o pagamento, em dinheiro, de no mínimo dois mil reais por credor quirografário, tanto de moeda nacional como moeda estrangeira, até o limite do valor de seu respectivo crédito quirografário. Na hipótese de tal valor mínimo exceder a proporção de 50% do crédito quirografário, apenas o saldo restante do crédito quirografário será pago pela entrega de Bônus de Subscrição.

O pagamento dos créditos quirografários dos *Noteholders*, serão realizados em condições análogas às previstas no Plano, respeitada a variação cambial, mediante pagamento de 50% do valor do respectivo crédito quirografário, incluindo principal e juros e encargos incorridos, por meio da entrega de Novas Notes. E pagamento de 50% do valor do respectivo crédito quirografário, equivalentes ao saldo restante do principal, por meio da dação em pagamento de Bônus de Subscrição (*Warrants*).

Cancelamento dos Notes atuais: Após a homologação Judicial do Plano, e após a obtenção de decisão judicial no *Chapter* 15 reconhecendo a eficácia do Plano em território norte-americano, considerar-se-ão canceladas de pleno direito aos *Notes* atualmente detidas pelos *Noteholders*, as quais serão substituídas pelas Novas *Notes*, a serem emitidas em até 180 dias contados da obtenção da decisão judicial no *Chapter* 15.

f. Reestruturação dos Créditos de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)

O Grupo Lupatech assegurará o pagamento, em dinheiro, de no mínimo dois mil reais por credor ME e EPP, até o limite do valor de seu respectivo crédito de ME e EPP. Na hipótese de tal valor mínimo exceder a proporção de 50% do crédito ME e EPP, apenas o saldo restante do crédito de ME e EPP será pago pela entrega de Bônus de Subscrição.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2020.

2.1.1 *Demonstração de resultado anteriormente divulgada*

Tendo em vista a existência de operações descontinuadas para o exercício de 2019, em virtude da negociação de participação societária remanescente da Lupatech OFS Coöperatief U.A. e Lupatech OFS S.A.S, a Companhia está apresentando na nota explicativa nº 34 a demonstração de resultado para o exercício de 2018 e de 2019, para classificar separadamente o resultado das operações descontinuadas.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.4 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial e suas controladas.

2.4.1 *Empresas controladas*

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis da Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial e suas controladas diretas e indiretas, conforme demonstrado a seguir:

Empresas controladas diretas e indiretas	Participação direta e indireta (%)	
	31/12/2019	31/12/2018
Participações diretas		
Mípel Ind. e Com. de Válvulas Ltda. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Lupatech Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Lupatech Finance Limited - Em Recuperação Judicial - (Ilhas Cayman)	100,00	100,00
Lupatech II Finance Limited - (Ilhas Cayman)*	-	100,00
Recu S.A. - (Argentina)	95,00	95,00
Lupatech OFS Coöperatief U.A. - (Holanda)**	-	50,00
Lupatech Oil&Gas Coöperatief U.A. - (Holanda)	5,00	5,00
Lochness Participações S/A - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Participações indiretas		
Recu S.A. - (Argentina)	5,00	5,00
Lupatech OFS S.A.S. - (Colômbia)**	-	51,00
Lupatech Oil&Gas Coöperatief U.A. - (Holanda)	95,00	95,00
Lupatech Perfuração e Completação Ltda. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S/A - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Prest Perfurações Ltda. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Matep S.A. Máquinas e Equipamentos - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Amper Amazonas Perfurações Ltda. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
UNAP International Ltd. - (Ilhas Cayman)	100,00	100,00

* Empresa encerrada em dezembro de 2019.

** Em setembro de 2019, ocorreu a venda total de participação societária e entrega de controle para a EXEN Technology Corp.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4.2 Empresas controladas em conjunto

Controladas em conjunto são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pelo Grupo, em conjunto com outro(s) acionista(s), normalmente operados através de acordos de acionistas. Nas demonstrações financeiras da controladora e no consolidado, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

A Companhia possui participação nas seguintes empresas controladas em conjunto: Luxxon Participações Ltda. e Aspro do Brasil Sistemas de Compressão Ltda., conforme demonstrado abaixo, em 31 de dezembro de 2019:

Empresas controladas em conjunto	Participação direta e indireta (%)	
	31/12/2019	31/12/2018
<u>Participações diretas</u>		
Luxxon Participações Ltda. - (Brasil) (*)	45,20	45,20
<u>Participações indiretas</u>		
Aspro do Brasil Sistemas de Compressão Ltda. - (Brasil) (*)	45,20	45,20

(*) Investimento em Controladas em Conjunto (*Joint Venture*)

2.4.3 Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Se qualquer evento de combinação de negócios ou outra transação ou evento societário semelhante que afete as Opções com a diluição da posição acionária a que Beneficiário faria jus, o Conselho de Administração deverá alterar o Contrato de Opção de Compra de Ações Ordinárias, em até 30 dias da data do referido evento, para garantir que os Beneficiários permaneçam com Opções suficientes para aquisição do percentual estipulado de ações da Companhia contratado, conforme a nova composição acionária, onde o cronograma de exercício das Opções previsto no contrato seja preservado, mantidos os percentuais e prazos de exercício nele definidos.

3 Principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue:

3.1 Instrumentos Financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao custo amortizado.

3.1.1 *Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferido, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1.2 *Ativos e passivos financeiros não derivativos – mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorrido, são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, de liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão registradas pelos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não superam o valor de mercado, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento, desde que a Administração tenha a intenção e possua condições financeiras de manter a aplicação financeira até seu vencimento. Quando



a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda. Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado acrescido por juros, correção monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridos até a data das demonstrações financeiras. Os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, quando incorridas. Os ganhos e perdas acumulados registrados no Patrimônio Líquido são reclassificados para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

Contas a receber de clientes

São demonstradas pelos valores nominais dos títulos, acrescidos de variação cambial e ajustados a valor presente até a data do balanço, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida, quando necessário, com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as eventuais perdas estimadas na realização dos créditos.

3.1.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Empréstimos, financiamentos e debêntures (parcela referente ao instrumento de dívida) são demonstrados pelo custo amortizado. São demonstrados pelo valor captado, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos incorridos diretamente relacionados a transações de emissão de títulos e dívidas foram alocados, em conta redutora do correspondente passivo circulante e não circulante. Esses custos são apropriados ao resultado pelo período do financiamento como complemento do custo de captação, ajustando, assim, a taxa de juros efetiva da operação.

3.2 Ajuste a valor presente

Sobre as transações que dão origem a um ativo, passivo, receita ou despesa ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo não circulante, recebíveis ou exigíveis, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, é reconhecido ajuste a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

O ajuste a valor presente é apresentado como conta retificadora dos recebíveis e exigíveis e é alocado ao resultado como receitas ou despesas financeiras pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros.

3.3 Ajuste a valor justo

Para os ativos e passivos financeiros sem cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

O ajuste a valor justo é apresentado em conta específica, determinada como ajuste a valor justo e sua variação é alocada ao resultado como receitas ou despesas financeiras pelo regime de competência.

3.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio custo médio das compras ou de produção, tendo em conta o método de absorção total de custos industriais, inferior aos valores de realização.

No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

3.5 Intangíveis

a. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Conforme ICPC 9, o ágio de aquisições de controladas fundamentado em rentabilidade futura é registrado nas demonstrações financeiras individuais (controladora) como “investimentos” e nas demonstrações financeiras consolidadas como “ativo intangível”. A parcela fundamentada em mais valia de ativo imobilizado é classificada, no balanço da controladora, como “investimentos” e no consolidado ao saldo do correspondente ativo.

O ágio é testado anualmente, ou em um período menor, quando houver indicativo de deterioração do investimento, para verificar prováveis perdas (*impairment*).

O ágio é alocado nas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

b. Softwares e desenvolvimento de produtos e processos

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em 5 anos. A amortização destes valores é alocada, principalmente, na linha de custo dos produtos vendidos, na demonstração do resultado.

Os custos associados ao desenvolvimento, manutenção ou ao aprimoramento de novos produtos e processos, que apresentem objetivamente a geração de benefícios econômicos futuros através da formação de nova receita ou pela redução de custos, são ativados em conta específica e amortizados pela vida útil definida na qual os benefícios a serem gerados foram estimados.

3.6 Imobilizado*Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Reclassificação para ativos classificados como mantidos para venda

Quando da identificação de ativos que satisfaçam os critérios de classificação de “ativos mantidos para venda”, ou seja, cujo valor contábil do bem será recuperado por meio de uma operação de venda ao invés de ser utilizado na própria operação da Companhia, estes serão classificados para o ativo circulante e mensurados pelo menor valor entre o contábil registrado e o valor justo menos as despesas de venda. A depreciação desses ativos deve cessar.

Os valores dos ativos classificados como mantidos para venda serão apresentados separadamente no balanço patrimonial, assim como os resultados das operações descontinuadas também serão apresentadas separadamente na demonstração do resultado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa nova mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda por redução ao valor recuperável anterior na propriedade específica, qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio na

reserva de ajuste de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxas médias ponderadas de depreciação % ao ano
Terrenos	-
Prédios e construções	2%
Máquinas e equipamentos	9%
Moldes e matrizes	15%
Instalações industriais	5%
Móveis e utensílios	9%
Equipamentos para processamento de dados	14%
Benfeitorias	2%
Veículos	19%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados, caso seja apropriado.

3.7 Estimativa para redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)

a. Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

b. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora do respectivo ativo. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

c. Ativos classificados como disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Caso contrário, a reversão é reconhecida em outros resultados abrangentes.

d. Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

e. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme detalhado na nota explicativa nº 18.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a. Despesas de imposto de renda e contribuição social - corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recuperados que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. Despesas de imposto de renda e contribuição social - diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de

controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram vigentes até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.9 Benefícios a empregados e administradores

a. *Remuneração com base em ações*

A Companhia oferece um Plano de Outorga de Opção de Ações a profissionais a serem selecionados a exclusivo critério do Conselho de Administração dentre os administradores, executivos, colaboradores e prestadores de serviços e de nossas controladas. A outorga de opções é uma transação mercantil entre a empresa e o beneficiário pela qual lhe é oportunizada a aquisição de ações com recursos próprios. O valor justo das opções outorgadas é calculado em função sobretudo da diferença entre o preço de mercado das ações e o preço de exercício da opção, e é, calculado na data da outorga e reconhecido como despesa durante o período ao qual o direito é adquirido, por metodologia hábil ao cálculo do valor de opções. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas. O valor total da despesa reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, será reconhecida na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio, na conta “Reserva de Capital – Opções Outorgadas”.

b. *Participação nos resultados*

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base nos Planos de Participação nos Resultados e Plano de Remuneração Variável, quando aplicável, que leva em conta metas individualizadas e corporativas.

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.



As provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido (nota explicativa nº 20). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.11 Demais direitos e obrigações

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

3.12 Demonstração do resultado

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. A receita da venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens e serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau de normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais bens; c) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; d) o recebimento de contas a receber é provável; e) os custos incorridos ou a incorrer referentes às transações possam ser medidos com segurança.

Na unidade Lupatech Ropes o critério adotado para reconhecimento da receita de vendas e respectivos custos é o método conhecido como “Porcentagem de Conclusão (POC)” devido às características de atividade e comercialização dos produtos, as quais apresentam tempo médio de produção superior à periodicidade na qual as informações contábeis são divulgadas (trimestral). Neste critério, o reconhecimento da receita e os respectivos custos de produção são feitos com base no estágio de produção. As especificações técnicas dos produtos são determinadas pelo cliente e específicos para cada um dos projetos, sendo o processo de produção supervisionado diretamente pelo cliente ou pelos órgãos certificadores por eles indicados.

3.13 Conversão de saldos em moeda estrangeira

a. *Transações e saldos*

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores na data das transações são reconhecidos na demonstração do resultado.

A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

Empresas controladas diretas e indiretas	Moeda Funcional	País
Participações diretas		
Mípel Ind. e Com. de Válvulas Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Lupatech Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Lupatech Finance Limited - Em Recuperação Judicial	Dólar Americano	Ilhas Cayman
Recu S.A.	Peso Argentino	Argentina
Lochness Participações S/A - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Lupatech Oil&Gas Coöperatief U.A. - (Holanda)	Dólar Americano	Holanda
Participações indiretas		
Recu S.A.	Peso Argentino	Argentina
Lupatech Oil&Gas Coöperatief U.A. - (Holanda)	Dólar Americano	Holanda
Lupatech Perfuração e Completação Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S/A - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Prest Perfurações Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Matep S.A. Máquinas e Equipamentos - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Amper Amazonas Perfurações Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
UNAP International Ltd.	Dólar Americano	Ilhas Cayman
Empresas controladas em conjunto		
Participações diretas		
Luxxon Participações Ltda.	Reais	Brasil
Participações indiretas		
Aspro do Brasil Sistemas de Compressão Ltda.	Reais	Brasil

b. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas do Grupo utilizadas como base para avaliação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação conforme abaixo:

- (i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do balanço;
- (ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio;
- (iii) Os saldos de ágios por expectativa de rentabilidade futura originados da aquisição de entidades no exterior, realizada após a adoção dos CPCs/IFRS, e quaisquer ajustes de valor justo nos valores contábeis de ativos e passivos originados da aquisição dessa entidade no exterior são tratados como ativos e passivos de entidade no exterior. Desse modo, eles são expressos na moeda funcional da respectiva entidade adquirida no exterior e são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço; e
- (iv) Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes, na linha “Ajustes Acumulados de Conversão”, subconta do grupo “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.

3.14 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício.



O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

3.15 Investimentos em controladas (Controladora)

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e o resultado dessa avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações cambiais sobre investimentos no exterior (controladas que possuem operação própria), as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, para serem reconhecidas em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento.

Conforme ICPC 9, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), representado pela diferença positiva entre o valor pago (ou valores a pagar) e o montante líquido proporcional adquirido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida é registrado nas demonstrações financeiras individuais (controladora) como “investimentos” e nas demonstrações financeiras consolidadas como “ativo intangível”.

3.16 Relatório por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para as tomadas de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva. As tomadas das decisões estratégicas do Grupo são de responsabilidade do Conselho de Administração

3.17 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 12 – Imobilizado;
- Nota explicativa 13 – Intangíveis;
- Nota explicativa 18 – Impostos de renda e contribuição social;
- Nota explicativa 20 – Processos contingentes e depósitos judiciais;
- Nota explicativa 22 - Passivos a valor justo.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

a. *Imposto de renda diferido*

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de estimativa de lucros tributáveis futuros. É calculado usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração do Grupo. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização, levando também em consideração as projeções de resultados tributáveis futuros.

b. *Vida útil de ativos de longa duração*

A Companhia reconhece a depreciação e/ou amortização de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, e reflete significativamente a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

c. *Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios*

Em 2012 e em anos anteriores, conforme descrito na nota explicativa nº 11, foram realizadas combinações de negócios. De acordo com o IFRS 3, aplicado para as aquisições ocorridas após a data de transição para o IFRS, os custos da entidade adquirida devem ser alocados aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença a maior entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio. A Companhia exerce julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, avaliando tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. Em determinados casos são contratados especialistas externos de avaliação para auxiliar na avaliação de ativos e passivos, particularmente quando esta avaliação requer alta qualificação técnica. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que podem incluir estimativas de fluxos de caixa futuros descontados pelas taxas apropriadas. O uso das premissas para avaliação inclui estimativas de fluxos de caixa descontados ou taxas de descontos e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

d. *Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa*

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Não importando se existe ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos de ágio oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, ou período menor quando existem circunstâncias que requeiram análises por período menor que o anual. Quando o valor residual de um ativo excede seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil destes ativos.

Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Exceto para uma perda de recuperabilidade do ágio, uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo da provisão para perda do correspondente ativo.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado. A Companhia realizou novos testes de recuperabilidade de ágios para todas as suas unidades geradoras de caixa, as quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração e é baseado em projeções de expectativas de fluxo de caixas descontados e que levam em consideração as seguintes premissas: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes usados para fins de perpetuidade do fluxo de caixa, metodologia para determinação do capital de giro e previsões econômico financeiras de longo prazo.

O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A avaliação das unidades geradoras de caixa da Companhia, baseada em fluxos de caixa projetados, pode ser negativamente impactada se a recuperação da economia e das taxas de crescimento acontecerem em uma velocidade inferior à prevista, bem como se os planos da Administração para os negócios da Companhia, descritas na nota explicativa nº 1 não se concretizaram como esperado no futuro.

As avaliações e teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa, tem como pressuposto a continuidade operacional da Companhia e suas controladas.



5 Normas, alterações e interpretações de normas

Em vigor

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB, em vigor desde 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotou as novas normas e a administração avaliou os impactos de sua adoção, não identificando ajustes para divulgação.

(i) IFRS 16 Leases (CPC 06 R2 - Arrendamentos)

A nova norma substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passem a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações trimestrais, não identificou mudanças que pudessem ter impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis a seguinte interpretação técnica:

ICPC 22 / IFRIC 23 - Incertezas em Relação a Tratamentos Tributários

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro (IAS 12 Income Taxes) quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

Esta interpretação entrou em vigor a partir de períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2019 e seus impactos foram avaliados pela Administração da Sociedade não resultando impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Desde 1º de janeiro de 2018 as seguintes normas estão em vigor:

(ii) IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente)

A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida. Substitui o IAS 11 – “Contratos de Construção”, o IAS 18 – “Receitas” e correspondentes interpretações. As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Empresa tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perdas de valor. A administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações trimestrais, não identificou mudanças que pudessem ter impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(iii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros)

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 são os novos critérios de classificação de ativos financeiros

em duas categorias (mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado) dependendo da característica de cada instrumento podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente, o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros sendo um híbrido de perdas esperadas e incorridas. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Na aplicação deste modelo de avaliação, a Companhia considerou seu procedimento atual de avaliação baseado no histórico de perda, suas políticas de análise de crédito e a característica do risco de crédito das suas operações. A alteração no modelo não resultou em impacto relevante em suas informações financeiras. O detalhamento dos Instrumentos Financeiros encontra-se na Nota Explicativa nº 24.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

6 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários restritos

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Caixa e bancos</u>				
No Brasil	47	10	180	57
No exterior	-	-	-	259
Total	47	10	180	316
<u>Equivalentes de caixa</u>				
Certificado de depósito bancário	129	125	5.654	929
Total	129	125	5.654	929
Caixa e equivalentes de caixa	176	135	5.834	1.245

Os valores de equivalentes de caixa são referentes a aplicações de liquidez imediata, com risco insignificante de modificação do valor e referem-se a recursos aplicados em renda fixa e certificado de depósito bancário. As taxas de remuneração das aplicações financeiras de certificado de depósito bancário têm como parâmetro o Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Títulos e valores mobiliários - Restrito

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui R\$1.788, registrado como “Títulos e valores mobiliários – restritos” no ativo não circulante (R\$847 no ativo circulante e R\$941 no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2018), na controladora e no consolidado, referentes a depósito de garantia a pagamento de eventuais passivos indenizáveis, conforme cláusula contratual de compra e venda da unidade Metalúrgica Ipê para Duratex, denominado *Escrow Account*, aplicado em CDB.

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Mercado nacional	9.087	10.326	14.823	35.901
Mercado externo	597	694	795	971
	9.684	11.020	15.618	36.872
Menos: estimativa para perda de créditos de liquidação duvidosa	(4.257)	(4.316)	(4.823)	(5.515)
	5.427	6.704	10.795	31.357
Circulante	5.427	6.704	10.795	31.357
Não circulante	-	-	-	-

A composição da carteira de clientes por vencimentos é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	3.302	4.584	4.703	24.521
Vencidos até 30 dias	468	1.138	483	1.674
Vencidos de 31 a 90 dias	307	1.915	1.264	2.638
Vencidos de 91 a 180 dias	56	98	618	395
Vencidos há mais de 180 dias	5.551	3.285	8.550	7.644
	9.684	11.020	15.618	36.872

O valor do risco de eventuais perdas encontra-se apresentado como estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa.

O risco de crédito das contas a receber advém de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhando permanentemente o seu saldo devedor. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente, por parte de sua Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa teve a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial do período	4.316	4.174	5.515	5.186
Constituição	60	310	138	481
Baixa por perda	-	(17)	(14)	(21)
Recuperação	(119)	(151)	(321)	(166)
Efeito de conversão de balanço	-	-	(495)	35
Saldo final do exercício	4.257	4.316	4.823	5.515

Qualidade do crédito das contas a receber de clientes

A qualidade dos créditos de contas a receber de clientes que não estão vencidos ou deteriorados (*impaired*) pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Abaixo está apresentada a abertura dos créditos conforme classificação interna do Grupo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Grupo 1	202	488	817	1.568
Grupo 2	3.525	4.315	6.224	26.757
Grupo 3	1.700	6.217	3.754	8.547
	<u>5.427</u>	<u>11.020</u>	<u>10.795</u>	<u>36.872</u>

Legenda:

- **Grupo 1** – Novos clientes (menos de 6 meses de relacionamento com o Grupo).
- **Grupo 2** – Clientes existentes (mais de 6 meses sem histórico de inadimplência).
- **Grupo 3** – Clientes existentes (mais de 6 meses com algum histórico de inadimplência. Toda inadimplência foi recuperada).

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Produtos prontos	4.639	2.735	6.073	10.282
Mercadorias para revenda	1.604	887	3.408	3.072
Produtos em elaboração	7.733	7.222	12.109	12.045
Matéria-prima e materiais auxiliares	17.675	14.952	45.427	49.067
Perdas com obsolescência de estoques	(6.266)	(6.753)	(36.581)	(35.516)
Total	<u>25.385</u>	<u>19.043</u>	<u>30.436</u>	<u>38.950</u>

No exercício de 2019 houve reversão no resultado, respectivo a perdas com obsolescência de estoques no montante de R\$487 na controladora e estimativa de perda de R\$1.065 no consolidado (no exercício de 2018, houve reversão no resultado de R\$763 na controladora e R\$861 no consolidado), conforme demonstrado na movimentação abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial do período	(6.753)	(7.516)	(35.516)	(36.377)
Estimativa de perda	(153)	(302)	(2.078)	(603)
Reversão	640	1.065	1.013	1.464
Saldo final	(6.266)	(6.753)	(36.581)	(35.516)

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ICMS a recuperar	10.612	12.090	10.995	12.462
PIS e COFINS s/ ICMS	28.485	-	29.812	-
IPI a recuperar	1.403	1.462	1.657	1.765
PIS a recuperar	28	290	412	678
COFINS a recuperar	128	1.379	1.778	3.107
Antecipação de IRPJ e CSLL	-	-	-	11.966
IRF e IRPJ a recuperar	224	241	41.355	40.510
CSLL a recuperar	88	102	6.986	6.002
INSS a recuperar	46	44	193	644
ISS a recuperar	-	-	34	34
Outros	70	72	185	205
Total	41.084	15.680	93.407	77.373
Circulante	1.371	2.736	38.271	23.637
Não circulante	39.713	12.944	55.136	53.736

A origem dos créditos acima relacionados é a seguinte:

- **COFINS, PIS e IPI a recuperar** – decorrem, basicamente, de créditos sobre compras de matérias-primas utilizadas em produtos exportados e venda de produtos tributados à alíquota zero. A realização destes créditos tem sido efetuada através de compensação com outros tributos federais.
- **Imposto de renda e contribuição social a recuperar** – são decorrentes de impostos sobre o lucro, pagos a maior ao longo de anos anteriores, ou na forma de antecipação no exercício corrente, e de impostos retidos na fonte sobre operações financeiras e serviços prestados por terceiros. Estes impostos vêm sendo compensados com impostos a pagar apurados de mesma natureza ou objeto de pedido de restituição, quando aplicável.
- **ICMS** - refere-se a créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos cuja venda está sujeita à base de cálculo reduzida de ICMS, bem como a créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação.
- **PIS e COFINS s/ ICMS** – refere-se ao montante apurado pela companhia em virtude de trânsito em julgado parcial de decisão favorável à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Ações vêm sendo tomadas para utilizar esses créditos fiscais acumulados, seja pelo seu consumo na operação, compensação com débitos ou restituição em dinheiro.

10 Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui os seguintes saldos registrados como outras contas a receber no ativo circulante e não circulante, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outras contas a receber - circulante				
Adiantamento a funcionários	316	308	340	520
Lucros e dividendos a receber	-	-	1.664	1.664
Outras contas a receber	1.278	1.370	1.839	3.199
Debêntures conversíveis em ações	4.559	4.359	17.360	21.555
Total	6.153	6.037	21.203	26.938
Outras contas a receber - não circulante				
Valores a receber da Unifit	6.935	6.935	6.935	6.935
Valores a receber da Luxxon	163	163	6.091	6.091
Outras contas a receber	-	-	-	479
Total	7.098	7.098	13.026	13.505

11 Investimentos

11.1 Investimentos em controladas e coligadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Em controladas	204.218	184.022	-	-
Em controladas em conjunto (joint venture)	-	-	-	-
Em coligadas	-	-	-	-
Total	204.218	184.022	-	-
Ágio na aquisição dos investimentos	6.065	6.065	-	-
Total	210.283	190.087	-	-

	Mipel	Recu	LESP	Finance	LO&G	LOFS	Lochness	Controladora	
								31/12/2019	31/12/2018
Dados dos investimentos									
Quantidade de ações ou cotas									
Ações ordinárias (mil)	-	3.000	-	-	-	-	716.004		
Cotas do capital social (mil)	21.425	-	391.430	50	-	-	-		
Percentual de participação	100	95	100	100	5	-	100		
Patrimônio líquido	1.848	302	34.354	82.836	2.830	-	83.770		
Resultado no período	(5.510)	-	(2.745)	332	(1.174)	4.236	(27.839)		
Lucros não realizados	(309)	-	-	-	-	-	-		
Movimentação dos investimentos									
Saldo inicial no período	7.078	439	36.758	78.907	196	15.924	44.720	184.022	370.397
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	1.292	1.292	(131.241)
Aumento de capital	-	-	251	-	-	-	54.960	55.211	55.862
Venda de participação em controlada	-	-	-	-	-	(18.662)	-	(18.662)	(17.450)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.539)	-	(2.745)	1.852	(59)	2.118	(27.839)	(32.212)	(134.736)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(152)	90	2.077	4	620	11.928	14.567	41.190
Saldo final no período	1.539	287	34.354	82.836	141	-	85.061	204.218	184.022



As razões sociais das controladas e coligadas são as seguintes: Mipel - Mipel Ind. Com. Válvulas Ltda. - Em Recuperação Judicial; Recu - S/A; LESP - Lupatech - Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda. - Em Recuperação Judicial; Finance - Lupatech Finance Limited - Em Recuperação Judicial; LO&G - Lupatech Oil&Gas Coöperatief U.A. e Lochness Participações S/A - Em Recuperação Judicial.

O resultado da equivalência patrimonial é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Em controladas	(32.212)	(134.736)	-	-
Em controladas em conjunto (<i>joint venture</i>)	2.194	(8.269)	2.194	(8.269)
Total	(30.018)	(143.005)	2.194	(8.269)

11.2 Investimentos em controladas em conjunto (*joint venture*)

Luxxon Participações Ltda é a entidade controlada em conjunto do Grupo Lupatech com a Axxon Group. A Companhia divide com os outros sócios a administração conjunta das atividades relevantes dessa entidade.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu investimentos em controlada em conjunto (*Joint Venture*) referente à Luxxon Participações Ltda, como provisão para passivo a descoberto, no montante de R\$1.033 (R\$4.906 em 31 de dezembro de 2018).

Os investimentos controlados em conjunto são mensurados pelo método da equivalência patrimonial.

11.3 Propriedade para Investimento

É constituída de terrenos e área construída, localizados em Macaé no Rio de Janeiro, Caxias do Sul no Rio Grande do Sul e Nova Odessa em São Paulo. Tais propriedades estavam classificadas como imobilizado e mensuradas pelo seu valor contábil de R\$6.276. Após avaliação da administração da Companhia, baseada no CPC 28 – Propriedade para Investimento, estes imóveis foram reclassificados para investimentos.

Não existem atividades operacionais exercidas no imóvel de Macaé – RJ. Os imóveis localizados em Caxias do Sul – RS e Nova Odessa – SP são parcialmente ocupados com atividades administrativas e manufatureiras. Estas parcelas não utilizadas são reservadas a outra destinação que possa ser mais rentável e eficiente para a Companhia, quais sejam, a locação, o desenvolvimento imobiliário ou a venda a longo prazo.

Conforme laudo técnico realizado por empresa independente, o valor justo total apurado para os imóveis e parcelas de imóveis destinados a investimento é de R\$50.452.

	Controladora			Consolidado		
	Terrenos	Prédios e Construções	Total	Terrenos	Prédios e Construções	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de imobilizado	5.418	430	5.848	5.617	659	6.276
Adições	21.059	1.603	22.662	41.162	3.014	44.176
Saldo em 31 de dezembro de 2019	26.477	2.033	28.510	46.779	3.673	50.452

12 Imobilizado

	Taxas médias ponderadas de depreciação % ao ano	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
		liquido	liquido	liquido	liquido
Terrenos	-	5.969	11.366	5.903	12.639
Prédios e construções	2%	26.485	27.599	35.191	37.316
Máquinas e equipamentos	9%	17.412	20.863	16.187	49.458
Moldes e matrizes	15%	392	512	491	599
Instalações industriais	5%	5.469	5.989	7.118	7.670
Móveis e utensílios	9%	690	809	477	1.082
Equipamentos para processamento de dados	14%	74	78	18	255
Benfeitorias	2%	146	157	774	804
Veículos	19%	46	70	1	790
Vasilhames	-	-	-	2	3
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	-	-	-	8.396	9.917
Imobilizações em andamento	-	331	274	9.597	15.404
Total		57.014	67.717	84.155	135.937

Síntese de movimentação do imobilizado:

Controladora								
	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado bruto								
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.366	35.882	89.611	11.721	3.848	3.884	274	157.070
Adições	-	-	3.298	7	-	31	57	3.402
Baixas	(53)	(99)	(11)	(11)	-	(2)	-	(161)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	74	-	(3.235)	-	-	-	-	(3.161)
Reclassificação para propriedade para investimento	(5.418)	(752)	-	-	-	-	-	(6.170)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.969	35.031	89.663	11.717	3.848	3.913	331	150.960

Controladora								
	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Total
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(8.283)	(68.236)	(5.575)	(3.039)	(3.806)	-	(89.353)
Adições	-	(897)	(3.632)	(533)	(119)	(35)	-	(5.246)
Baixas	-	30	9	6	-	2	-	49
Reclassificação para ativos mantidos para venda	-	282	-	-	-	-	-	282
Reclassificação para propriedade para investimento	-	322	-	-	-	-	-	322
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(8.546)	(71.859)	(6.102)	(3.158)	(3.839)	-	(93.946)

Controladora								
	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Total
Imobilizado líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.366	27.599	21.375	6.146	809	78	274	67.717
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.969	26.485	17.804	5.615	690	74	331	57.014

Consolidado								
	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado bruto								
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12.639	50.448	173.064	15.728	5.943	10.831	15.404	301.893
Adições	-	-	3.514	7	-	31	57	3.618
Baixas	(53)	(1.269)	(65.595)	(171)	(757)	(515)	(1.133)	(71.083)
Transferências	-	35	2.987	-	-	-	(2.723)	(299)
Efeito financeiro capitalizado	-	-	(3)	-	-	-	-	(228)
Reversão de provisão pela não recuperabilidade de ativos	-	-	2.399	-	(389)	(1)	(3.020)	(1.982)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	74	695	54.192	149	337	(3.186)	3.939	57.778
Reclassificação para propriedade para investimento	(5.617)	(1.267)	-	-	-	-	-	(6.884)
Efeito da conversão de controladas no exterior	-	-	1.315	-	-	-	(1.804)	(489)
Efeito alienação de participação societária de controlada	(1.140)	(372)	(70.764)	-	(583)	(1.674)	(1.123)	(82.969)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.903	48.270	101.109	15.713	4.551	5.486	9.597	199.354

Consolidado								
Depreciação acumulada	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(13.132)	(123.007)	(7.254)	(4.861)	(10.576)	-	(168.656)
Adições	-	(1.352)	(3.763)	(596)	(130)	(40)	-	(5.916)
Baixas	-	1.187	31.605	152	698	515	-	35.737
Efeito da conversão de controladas no exterior	-	-	(491)	-	-	-	-	(491)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	-	(572)	(36.991)	(123)	(276)	3.061	-	(36.479)
Reclassificação para propriedade para investimento	-	608	-	-	-	-	-	608
Efeito alteração de participação societária de controlada	-	182	48.216	-	495	1.572	-	56.998
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(13.079)	(84.431)	(7.821)	(4.074)	(5.468)	-	(115.199)

Consolidado								
Imobilizado líquido	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12.639	37.316	50.057	8.474	1.082	255	15.404	135.937
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.903	35.191	16.678	7.892	477	18	9.597	84.155

Há bens do ativo imobilizado vinculados a garantias de passivos em 31 de dezembro de 2019, passivos estes nos seguintes montantes:

Passivo garantido	Imobilizado	
	Controladora	Consolidado
Tributário (execuções fiscais)	14.791	14.949
Empréstimos e financiamentos	36.467	39.557
Total	51.258	54.506

Arrendamentos mercantis

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui arrendamento mercantil financeiro, porém em 31 de dezembro de 2018 através da controlada indireta Lupatech OFS S.A.S. possuía o montante de R\$5.527.

13 Intangíveis

	Taxa ponderada de amortização % ao ano	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
		líquido	líquido	líquido	líquido
Ágios na aquisição de investimentos (*)	-	55.414	55.414	82.166	102.802
Softwares e outras licenças	20%	2.553	3.442	2.606	3.597
Desenvolvimento de novos produtos	20%	1.982	9.311	2.238	9.571
Total		59.949	68.167	87.010	115.970

Síntese de movimentação do intangível:

Controladora				
	Ágios na aquisição de investimentos	Software e outras licenças	Desenvolvimento de novos produtos	Total
Custo do intangível bruto				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	55.414	13.239	17.287	85.940
Adições	-	6	44	50
Provisão pela não recuperabilidade de ativos	-	-	(7.027)	(7.027)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	55.414	13.245	10.304	78.963
Controladora				
	Ágios na aquisição de investimentos	Software e outras licenças	Desenvolvimento de novos produtos	Total
Amortização acumulada				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	(9.797)	(7.976)	(17.773)
Adições	-	(895)	(346)	(1.241)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(10.692)	(8.322)	(19.014)
Controladora				
	Ágios na aquisição de investimentos	Software e outras licenças	Desenvolvimento de novos produtos	Total
Intangível líquido				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	55.414	3.442	9.311	68.167
Saldos em 31 de dezembro de 2019	55.414	2.553	1.982	59.949
Consolidado				
	Ágios na aquisição de investimentos	Software e outras licenças	Desenvolvimento de novos produtos	Total
Custo do intangível bruto				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	102.802	16.300	18.634	137.736
Adições	-	6	45	51
Provisão pela não recuperabilidade de ativos	-	-	(7.027)	(7.027)
Efeito alteração de participação societária de controlada	(22.912)	-	-	(22.912)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	79.890	16.306	11.652	107.848
Consolidado				
	Ágios na aquisição de investimentos	Software e outras licenças	Desenvolvimento de novos produtos	Total
Amortização acumulada				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	(12.703)	(9.063)	(21.766)
Adições	-	(997)	(351)	(1.348)
Efeito alteração de participação societária de controlada	2.276	-	-	2.276
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.276	(13.700)	(9.414)	(20.838)
Consolidado				
	Ágios na aquisição de investimentos	Software e outras licenças	Desenvolvimento de novos produtos	Total
Intangível líquido				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	102.802	3.597	9.571	115.970
Saldos em 31 de dezembro de 2019	82.166	2.606	2.238	87.010

a. Desenvolvimento de novos produtos

Refere-se aos custos com desenvolvimento de novos produtos, processos e equipamentos, realizados.

A amortização destes projetos, cujo prazo não supera 5 anos, é feita a débito do resultado do exercício, na conta de custo dos produtos vendidos.

b. Softwares e outras licenças

Inclui todos os sistemas de processamento de dados e licenças de uso, os quais são registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma linear.



A amortização de softwares é feita a débito do resultado do exercício, na conta de custo dos produtos vendidos e despesas operacionais, pelo prazo de 5 anos.

c. Ágios na aquisição de investimentos

Os ágios são alocados às unidades geradoras de caixa para os quais podem ser identificados nos fluxos de caixa das Unidades Geradoras de Caixa – “UGC”.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso e/ou valor de venda menos gastos para a venda. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

O saldo do ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de “*impairment*” anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia avaliou a recuperabilidade dos ágios por unidade geradora de caixa (UGC).

As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado para teste do “*impairment*” incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da Administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento. Não foram consideradas as taxas de crescimento da perpetuidade, nem as taxas de inflação na projeção.

Sempre que possível, a Administração efetua a comparação entre os valores em uso e os valores estimados de venda das UGCs a fim de identificar eventuais distorções nos cálculos.

As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste. A taxa de desconto utilizada foi de 8,66 % a.a., com base no custo de capital ponderado do segmento de negócio a que pertence, considerando a inflação segundo a metodologia CAPM para o cenário de encerramento do ano de 2019.

O saldo de ágio não é amortizado, sendo sujeito a teste de “*impairment*” anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. Em 2019 e 2018 não foram identificados indícios de perda de valor na recuperabilidade de ágios.

Cabe destacar que eventos ou mudanças significativas no panorama podem levar a perdas significativas por recuperabilidade de ágio. Como principais riscos podemos destacar eventual deterioração do mercado siderúrgico, queda significativa na demanda dos setores automotivos e construção, paralisação de atividades de plantas industriais da Companhia ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem um aumento de percepção de risco de redução de liquidez e capacidade de refinanciamento.

Segue abaixo um resumo da alocação do saldo do ágio por nível de Unidade Geradora de Caixa:

UGCs	Ágios na aquisição de investimentos			
	Investimentos (Nota nº 11)		Intangível	
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Segmento Produtos				
Mipel Industria e Comércio de Válvulas Ltda	6.065	6.065	6.065	6.065
Unidade Lupatech Ropes	55.414	55.414	55.414	55.414
Lupatech – Equipamentos e Serviços para Petróleo – Unidade Fiberware	-	-	20.687	20.687
Segmento Serviços				
Unidade Lupatech OFS SAS. (Colômbia)*	-	-	-	20.636
Total	61.479	61.479	82.166	102.802
Investimento	6.065	6.065	-	-
Intangível	55.414	55.414	82.166	102.802

* Empresa vendida em setembro de 2019

Os ágios são alocados às unidades geradoras de caixa para os quais podem ser identificados nos fluxos de caixa das Unidades Geradoras de Caixa – “UGC”.

O ágio alocado ao grupo de unidades Carbonox e Valmicro não é relevante no comparativo com o valor contábil total dos ágios, motivo pelo qual não estão sendo apresentadas informações individuais destas UGCs.

Segue abaixo resumo dos valores registrados como perda pela não recuperabilidade do ágio por Unidade Geradora de Caixa:

UGCs	Ágio na aquisição de investimento	Impairment	Ágio líquido
Segmento Produtos			
Mipel Industria e Comércio de Válvulas Ltda	6.065	-	6.065
Unidade Lupatech Ropes	125.414	(70.000)	55.414
Lupatech - Equipamentos e Serviços para Petróleo - Unidade Oil Tools	9.149	(9.149)	-
Unidade Tecval	55.680	(55.680)	-
Lupatech - Equipamentos de Serviços para Petróleo - Unidade Monitoring Systems	9.884	(9.884)	-
Lupatech – Equipamentos de Serviços para Petróleo – Unidade Fiberware	20.687	-	20.687
Segmento Serviços			
Lupatech – Equipamentos de Serviços para Petróleo	59.227	(59.227)	-
Unidade Lupatech OFS SAS. (Colômbia)*	-	-	-
Total	286.106	(203.940)	82.166

* Empresa vendida em setembro de 2019

14 Fornecedores

	31/12/2019						31/12/2018					
	Controladora			Consolidado			Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Fornecedores												
sujeitos à recuperação judicial												
Nacionais	3.874	99.628	103.502	3.874	99.628	103.502	4.695	107.824	112.519	4.695	107.824	112.519
Estrangeiros	137	16.901	17.038	137	16.901	17.038	871	8.746	9.617	871	8.746	9.617
(-) Ajuste a valor presente	-	(59.840)	(59.840)	-	(59.840)	(59.840)	-	(56.743)	(56.743)	-	(56.743)	(56.743)
	4.011	56.689	60.700	4.011	56.689	60.700	5.566	59.827	65.393	5.566	59.827	65.393
Fornecedores												
não sujeitos à recuperação judicial												
Nacionais	3.492	-	3.492	7.549	-	7.549	6.013	-	6.013	24.144	-	24.144
Estrangeiros	77	-	77	78	-	78	119	-	119	1.394	-	1.394
	3.569	-	3.569	7.627	-	7.627	6.132	-	6.132	25.538	-	25.538
Total de fornecedores	7.580	56.689	64.269	11.638	56.689	68.327	11.698	59.827	71.525	31.104	59.827	90.931

De acordo ao plano de Recuperação Judicial em vigor, 50% dos créditos quirografários de fornecedores serão pagos por meio da dação em pagamento de bônus de subscrição e os 50% restantes serão pagos em dinheiro no prazo de 15 anos, com acréscimo de juros e correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR +3% ao ano para a Classe IV e TR + 3.3% ao ano para a Classe III, a serem pagos respectivamente 30 dias ou em quatro parcelas trimestrais após o vencimento da última parcela do principal, conforme proposto nos termos de pagamentos dos credores quirografários do novo Plano.

Em 31 de dezembro de 2019, houve realização do ajuste a valor presente sobre os fornecedores sujeitos à recuperação judicial no montante de R\$3.097 (R\$2.164 em 31 de dezembro de 2018).

O saldo de ajuste a valor presente sobre os fornecedores sujeitos à recuperação judicial em 31 de dezembro de 2019 é de R\$59.840 (R\$56.743 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e no consolidado, considerando a taxa de desconto de 13,65% ao ano.

Notas Explicativas



LUPATECH S.A.
CNPJ/MF nº 89.463.822/0001-12



15 Empréstimos e financiamentos

			31/12/2019				31/12/2018								
Descrição	Indexador	Taxas de juros ponderada	Controladora			Consolidado			Controladora			Consolidado			
			Circulante	circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	
Sujeito à Recuperação Judicial															
Moeda nacional															
Credores com garantia real	FIXO	3,00% a.a. + TR	1.495	39.650	41.145	1.495	39.650	41.145	1.245	39.910	41.155	1.245	39.910	41.155	
Capital de giro / expansão			1.495	39.650	41.145	1.495	39.650	41.145	1.245	39.910	41.155	1.245	39.910	41.155	
(-) Ajuste a valor presente			-	(17.798)	(17.798)	-	(17.798)	(17.798)	-	(19.963)	(19.963)	-	(19.963)	(19.963)	
Credores quirografários	FIXO	3,3% a.a. + TR	934	86.364	87.298	934	86.364	87.298	2.817	90.343	93.160	2.817	90.343	93.160	
Capital de giro / expansão			130	13.580	13.710	130	13.580	13.710	401	12.866	13.267	401	12.866	13.267	
Capital de giro / expansão			111	11.624	11.735	111	11.624	11.735	343	11.012	11.355	343	11.012	11.355	
Capital de giro / expansão			235	15.475	15.710	235	15.475	15.710	457	14.661	15.118	457	14.661	15.118	
Financiamento para pesquisa e desenvolvimento			55	5.696	5.751	55	5.696	5.751	168	5.397	5.565	168	5.397	5.565	
Aval prestado - Garantia por carta de fiança			-	-	-	-	-	-	266	8.520	8.786	266	8.520	8.786	
Debêntures			403	39.989	40.392	403	39.989	40.392	1.182	37.887	39.069	1.182	37.887	39.069	
(-) Ajuste a valor presente			-	(42.818)	(42.818)	-	(42.818)	(42.818)	-	(45.290)	(45.290)	-	(45.290)	(45.290)	
Moeda estrangeira															
Credores quirografários	FIXO	3,3% a.a. + TR	-	-	-	1.256	98.164	99.420	-	-	-	2.445	92.743	95.188	
Alteholders			-	-	-	1.256	98.164	99.420	-	-	-	-	-	-	
(-) Ajuste a valor presente			-	-	-	-	(38.167)	(38.167)	-	-	-	-	(36.173)	(36.173)	
			2.429	65.398	67.827	3.685	125.395	129.080	4.062	65.000	69.062	6.507	121.570	128.077	
Não sujeito à Recuperação Judicial															
Moeda nacional															
Capital de giro / expansão	CDI	6,80% a.a.	2.692	-	2.692	2.692	-	2.692	2.376	-	2.376	2.376	-	2.376	
Capital de giro / expansão	TJLP	4,84% a.a.	5.034	-	5.034	8.648	-	8.648	11.790	-	11.790	21.353	-	21.353	
Títulos descontados	-	2,00% a.m.	648	-	648	648	-	648	1.694	-	1.694	1.853	-	1.853	
Cheque especial	FIXO	7,00% a.m.	-	-	-	1	-	1	48	-	48	99	-	99	
Moeda estrangeira															
Capital de giro / expansão	DÓLAR	7,48% a.a.	1.215	-	1.215	2.520	-	2.520	2.692	-	2.692	4.478	-	4.478	
Capital de giro / expansão	PESO COP	12,55% a.a.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.038	1.121	8.159	
			9.589	-	9.589	14.509	-	14.509	18.600	-	18.600	37.197	1.121	38.318	
			12.018	65.398	77.416	18.194	125.395	143.589	22.662	65.000	87.662	43.704	122.691	166.395	

De acordo ao plano de Recuperação Judicial em vigor, 35% dos créditos com garantia real sujeitos à Recuperação Judicial devem ser pagos por meio da dação em pagamento de bônus de subscrição e os 65% restantes serão pagos em dinheiro no prazo de 15 anos, com acréscimo de juros e correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR +3% ao ano, a serem pagos 30 dias após o vencimento da última parcela do principal, conforme proposto nos termos de pagamentos dos credores com garantia real do novo Plano.

No caso dos créditos quirografários de empréstimos e financiamentos, de acordo com plano de Recuperação Judicial em vigor, 50% serão pagos por meio da dação em pagamento de bônus de subscrição e os 50% restantes serão pagos em dinheiro no prazo de 15 anos, com acréscimo de juros e correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR+3% ao ano (Classe IV) ou TR +3.3% ao ano e 0.4% em moeda estrangeira (Classe III), a serem pagos em 30 dias (Classe IV) ou quatro parcelas trimestrais (Classe III) após o vencimento da última parcela do principal, conforme aprovado nos termos de pagamentos dos credores quirografários do novo Plano.

Em 31 de dezembro de 2019, houve registro de ajuste a valor presente dos empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial no montante de R\$4.637 na controladora (R\$3.840 em 31 de dezembro de 2018) e de R\$2.644 no consolidado (R\$956 em 31 de dezembro de 2018).

O saldo de ajuste a valor presente sobre os empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial em 31 de dezembro de 2019 é de R\$60.616 (R\$65.253 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e R\$98.783 (R\$101.427 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado, considerando a taxa de desconto de 13,65% ao ano.

Os vencimentos das parcelas não circulantes dos financiamentos estão conforme segue:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	2.088	-	4.876
2021	2.806	2.508	4.062	4.841
2022	3.282	2.508	4.995	4.691
2023	4.116	2.508	6.628	4.691
2024	6.785	2.508	10.780	4.691
2025	7.955	2.508	12.711	4.691
A partir de 2026	40.454	50.372	86.219	94.210
	65.398	65.000	125.395	122.691

As garantias dos empréstimos e financiamentos foram concedidas conforme abaixo, com posição em 31 de dezembro de 2019:

		Valor da garantia			
		Controladora		Consolidado	
		Saldo Contábil (*)	Valor de avaliação (**)	Saldo Contábil (*)	Valor de avaliação (**)
Sujeito e não sujeitos à Recuperação Judicial					
Moeda nacional	Garantia				
Capital de giro / expansão	Hipoteca / edificações	33.961	112.207	34.355	134.149
Capital de giro / expansão	Máquinas e equipamentos	2.506	2.749	5.202	8.292
		36.467	114.956	39.557	142.441

* Valores líquidos de depreciação.

** Avaliação conforme laudos elaborados pela Appraisal Avaliações e Engenharia Limitada, em julho de 2015, apresentados ao Juízo da Recuperação Judicial, demonstrados no quadro acima por mera referência. Com os novos laudos realizados em dezembro de 2018, não houve alteração no valor de avaliação.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía o saldo de R\$4.865 de notificação de cobrança pelo Banco Votorantim S/A referente à liquidação de aval prestado - garantia por carta de fiança solicitada pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A para quitação de empréstimo entre Unifit - Unidade de Fios Industriais de Timbaúba Ltda e o BNB, no montante de R\$31.180, do qual a Companhia era garantidora em 50%. O débito estava computado na dívida sujeita à Recuperação Judicial. No quarto trimestre de 2019, o caso foi saciado pela Unifit, e a Lupatech foi desobrigada desta dívida pelo credor.

Devido ao Plano de Recuperação Judicial, os *Notes* e as Debêntures passaram a ser tratados e registrados junto aos empréstimos sujeitos à recuperação judicial, no passivo não circulante, devido à sua classificação como credores quirografários do Plano, onde possuem incidência de juros e de correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3.3% ao ano em reais, conforme determinação para pagamento desses credores no Novo Plano de Recuperação Judicial.

16 Debêntures

Terceira Emissão de Debêntures

Objetivando a obtenção de captação de recursos para promover o pagamento de parte dos créditos de natureza trabalhista, e outros créditos não sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial, o Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 28 de novembro de 2017, a 3ª emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, em série única, de espécie quirografária, para colocação privada, dentro do limite do capital autorizado, no montante de trinta milhões de reais, mediante a emissão de 30.000.000 de Debêntures.

A Emissão respeitou o direito de preferência aos acionistas da Companhia e foi direcionada ao pagamento de créditos da Classe I da Recuperação Judicial e a titulares dos outros créditos.

Em 5 de fevereiro de 2018, foi realizado em RCA, a homologação parcial da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia, conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de novembro de 2017, no montante de R\$29.313, mediante a emissão de 29.313.394 Debêntures, dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

Considerando o montante total da emissão de 30.000.000 de Debêntures, remanesceram, ainda, 686.606 Debêntures não subscritas, que foram canceladas pela Companhia, nos termos da Emissão.

As conclusões dos processos de conversão em ações da companhia ocorreram conforme o exposto abaixo:

Evento	Data da Conversão	Ações ordinárias (unidades)	Conversão de Debêntures em R\$
Conclusão do processo de conversão de debêntures em ações da Companhia	28 de fevereiro de 2018	5.265.949	15.482
1ª Conversão Mandatória de Debêntures em Ações da Companhia	28 de fevereiro de 2018	470.456	1.383
2ª Conversão Mandatória de Debêntures em Ações da Companhia	18 de junho de 2018	358.682	1.055
3ª Conversão Mandatória de Debêntures em Ações da Companhia	20 de agosto de 2018	364.282	1.070
4ª Conversão Mandatória de Debêntures em Ações da Companhia	21 de novembro de 2018	369.542	1.087
5ª Conversão Mandatória de Debêntures em Ações da Companhia	27 de fevereiro de 2019	375.225	1.103
6ª Conversão Mandatória de Debêntures em Ações da Companhia	29 de maio de 2019	380.467	1.119
7ª Conversão Mandatória de Debêntures em Ações da Companhia	30 de agosto de 2019	386.318	1.136
8ª Conversão Mandatória de Debêntures em Ações da Companhia	22 de novembro de 2019	392.168	1.153

O saldo de Debêntures remanescentes em 31 de dezembro de 2019 registrado no Passivo Circulante é de R\$5.187 (R\$9.336 em 31 de dezembro de 2018).

As principais características da 3ª emissão de debêntures são:

Série: Única
Data da emissão: 18/12/2017 (para todos os efeitos legais)
Data de vencimento: Sem prazo de vencimento
Quantidade emitida: 29.313.394
Valor nominal: R\$1,00
Valor da emissão: R\$29.313

Conversibilidade:

As Debêntures são mandatoriamente conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, a critério dos debenturistas, de acordo com as condições e opções abaixo:

- a) em até 10 dias úteis contados da Data de Integralização das Debêntures, os debenturistas puderam solicitar a conversão de até 100% das Debêntures por eles detidas em ações, de R\$2,94 por ação. O cálculo para conversão das Debêntures decorreu da divisão entre (i) o valor nominal unitário das Debêntures, acrescido da remuneração e (ii) o preço de conversão de R\$2,94 por ação ordinária de emissão da Companhia. Eventuais frações decorrentes do cálculo para conversão foram desconsideradas; ou

- b) após decorridos 10 dias úteis contados da data de integralização das Debêntures, caso os debenturistas não tenham solicitado a conversibilidade das suas Debêntures nos termos e condições dispostos no item (a) acima, as Debêntures serão obrigatoriamente convertidas em Ações, conforme a periodicidade, porcentagem e preço abaixo indicados:

Datas de conversão	Porcentagem a ser convertida das Debêntures de cada debenturista	Preço por ação em R\$
15 de fevereiro de 2018	10%	2,94
15 de maio de 2018	7,5%	2,94
15 de agosto de 2018	7,5%	2,94
15 de novembro de 2018	7,5%	2,94
15 de fevereiro de 2019	7,5%	2,94
15 de maio de 2019	7,5%	2,94
15 de agosto de 2019	7,5%	2,94
15 de novembro de 2019	7,5%	2,94
15 de fevereiro de 2020	7,5%	2,94
15 de maio de 2020	7,5%	2,94
15 de agosto de 2020	7,5%	2,94
15 de novembro de 2020	7,5%	2,94
15 de fevereiro de 2021	7,5%	2,94

Na hipótese de a Ação completar 22 pregões consecutivos com valores de fechamento superiores ao preço da última conversão realizada, o debenturista poderá, a seu exclusivo critério, durante os 10 dias corridos seguintes, antecipar a última conversão prevista de acordo com o cronograma acima. Encerrado o período de 10 dias corridos para exercício da faculdade de conversão antecipada, se apuradas novamente as condições para conversão antecipada, os debenturistas poderão, a seu exclusivo critério, fazer novas conversões antecipadas nos mesmos termos. Nesses casos, as Debêntures serão convertidas nos termos do cronograma, com a remuneração calculada *pro rata temporis* até a data da conversão antecipada.

O debenturista que detiver mais de uma Debênture poderá agrupar as frações de ações a que tenha direito, com o fim de atingir um número inteiro, de modo a receber o maior número de ações possível. Após as frações de ações resultantes da conversão das Debêntures de cada debenturista terem sido agrupadas, apenas quantidades inteiras de ações serão entregues a referido debenturista, desprezando-se qualquer fração.

O número de ações a serem entregues por Debênture será simultânea e proporcionalmente ajustado aos aumentos de capital por bonificação, desdobramentos ou grupamentos de ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da Companhia, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da data de emissão, sem qualquer ônus para os titulares das Debêntures e na mesma proporção estabelecida para tais eventos.

Subscrição e integralização:

As Debêntures subscritas foram integralizadas em 31 de janeiro de 2018 (“Data de Subscrição”), pelo preço de subscrição correspondente ao seu valor nominal unitário, sem atualização monetária, juros ou outros encargos. As Debêntures foram integralizadas à vista, no ato da subscrição (“Data de Integralização”), fora do âmbito da B3, com créditos trabalhistas Incontrovertidos, conforme definido no Plano de Recuperação Judicial, ou créditos detidos por sociedade de propósito específico em



decorrência da assunção de créditos trabalhistas, ou com outros créditos, em todos os casos detidos em face da Companhia, mediante a integralização com os créditos correspondentes. As importâncias pagas por detentores de direito de preferência, nos termos do artigo 171, §2º e §3º, da Lei das Sociedades por Ações, devem ser entregues proporcionalmente aos titulares dos créditos integralizados.

Para cada R\$1,00 (um real) em créditos trabalhistas incontroversos, créditos detidos pela SPE, ou outros créditos, foi subscrito e integralizado R\$1,00 (um real) de valor nominal de Debênture, desconsiderando-se frações de real de forma que a integralização do número inteiro de debêntures imediatamente inferior ao valor do crédito.

As Debêntures que não foram subscritas, bem como as Debêntures subscritas que não foram integralizadas nos termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, foram canceladas.

Juros remuneratórios:

Cada Debênture faz jus à remuneração, a partir da data de integralização, calculada pela taxa referencial, calculada e divulgada pelo Banco Central do Brasil ("TR"), acrescida exponencialmente de um *spread* ou sobretaxa de 6% ao ano, calculado com base 252 dias úteis, calculado de forma composta, anualmente, *pro rata temporis* por dia, sobre o valor nominal unitário das Debêntures, desde a data de integralização (inclusive) até a data de aviso aos acionistas, que deve ocorrer no final de cada período de capitalização, a ser calculada nos termos da Escritura de Emissão.

A Remuneração *pro rata temporis* será integralmente adicionada ao percentual do valor nominal unitário das Debêntures para fins de conversão em cada data de conversão, conforme descritas na tabela constante acima, ocorrendo o último pagamento em 15 de fevereiro de 2021, data na qual, obrigatoriamente, todo o saldo remanescente será convertido em ações. Esta disposição se aplica igualmente à conversão antecipada.

Resgate antecipado facultativo total ou parcial e amortização facultativa parcial:

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos debenturistas, realizar, a qualquer tempo, (i) o resgate antecipado total; e/ou (ii) a amortização antecipada parcial das Debêntures, limitada a 98% do saldo do valor nominal unitário das Debêntures.

Por ocasião do resgate antecipado facultativo ou da amortização antecipada facultativa, os Debenturistas farão jus ao recebimento do valor nominal unitário das Debêntures, acrescido da remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a data de integralização até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado facultativo ou da amortização antecipada facultativa. Não haverá pagamento de prêmios.

O resgate antecipado facultativo ou a amortização antecipada facultativa somente poderão ocorrer mediante o envio de comunicação da Companhia aos debenturistas, com antecedência mínima de 5 dias úteis da data prevista para a realização do resgate antecipado facultativo ou da amortização antecipada facultativa, informando (i) o valor a ser pago pelas Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, conforme aplicável; (ii) a data da realização do resgate antecipado facultativo ou da amortização antecipada facultativa; e (iii) demais informações necessárias para a operacionalização do resgate ou amortização das Debêntures.

Na hipótese de realização do resgate antecipado facultativo ou da amortização antecipada facultativa, a Companhia poderá efetuar a compensação com eventuais créditos que detiver contra os Debenturistas, nos termos do artigo 368 e seguintes do Código Civil, fora do âmbito da B3.

Diluição:

Como foi assegurado aos atuais acionistas da Companhia seu direito de preferência nos termos do artigo 57, §1º, e do artigo 171, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, apenas ocorreu diluição pelo não exercício do direito de preferência. Caso contrário, os acionistas mantiveram suas respectivas participações no capital social. O preço de conversão das Debêntures em ações de emissão da Companhia no âmbito da Emissão foi fixado sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, nos termos do inciso III do §1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações.

17 Partes relacionadas

17.1 Controladora

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação. Os detalhes a respeito das transações entre a controladora e suas controladas estão apresentados a seguir:

	Controladora					31/12/2019	31/12/2018
	SABR	Mipel Sul	Lupatech Finance	LESP	OFS		
ATIVO							
CIRCULANTE							
Duplicatas a receber	-	1.012	-	-	-	1.012	1.865
Outras contas a receber	3.626	2.496	-	41.344	-	47.466	93.640
NÃO CIRCULANTE							
Mútuos e empréstimos	21.930	-	-	-	-	21.930	27.858
	<u>25.556</u>	<u>3.508</u>	<u>-</u>	<u>41.344</u>	<u>-</u>	<u>70.408</u>	<u>123.363</u>
PASSIVO							
CIRCULANTE							
Duplicatas a pagar	-	52	-	3	-	55	1.928
Outras contas a pagar	-	-	1.251	1.222	-	2.473	2.480
Mútuos e empréstimos	-	-	-	38.129	-	38.129	36.654
NÃO CIRCULANTE							
Mútuos e empréstimos	-	-	146.797	-	-	146.797	140.583
	<u>-</u>	<u>52</u>	<u>148.048</u>	<u>39.354</u>	<u>-</u>	<u>187.454</u>	<u>181.645</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO						<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Vendas de produtos	-	-	-	-	-	-	2.628
Compras de produtos	-	5.273	-	-	-	5.273	5.509
Receitas financeiras	24	-	-	-	-	24	20
Despesas financeiras	-	-	547	-	-	547	1.016
Varição cambial	-	-	-	-	-	-	6.696
	<u>24</u>	<u>5.273</u>	<u>547</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.844</u>	<u>15.869</u>

		Controladora					
	Data transação	Duração	Taxa de juros	Montante envolvido R\$	Saldo existente US\$	31/12/2019	31/12/2018
Mútuos ativos							
Moeda estrangeira							
Contrato 1	jul-14	Indeterminado	105% do DI-Cetip	20.992	5.214	21.714	27.674
Contrato 2	dez-14	Indeterminado	12,000% a.a.	288	54	216	184
				<u>21.280</u>	<u>5.268</u>	<u>21.930</u>	<u>27.858</u>
Mútuos passivos							
Moeda estrangeira							
Contrato 3	dez-15	Indeterminado	-	36.951	9.460	38.129	36.654
Contrato 4	jan-18	Indeterminado	0,4%a.a	225.416	36.420	146.797	140.583
				<u>262.367</u>	<u>45.880</u>	<u>184.926</u>	<u>177.237</u>
				<u>262.367</u>	<u>45.880</u>	<u>184.926</u>	<u>177.237</u>

As transações são praticadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes.

Os contratos de mútuos e empréstimos em moeda estrangeira entre Controladora e Lupatech Finance estão apresentados em 31 de dezembro de 2019 pelo montante líquido de R\$146.797 (saldo remanescente de R\$140.583 em 31 de dezembro de 2018) no passivo da Controladora.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2019, contrato de mútuo com a Unifit – Unidade de Fios Industriais de Timbaúba Ltda no montante de R\$6.935, o mesmo saldo apresentado em 31 de dezembro de 2018. Esse montante encontra-se registrado em outras contas a receber no ativo não circulante.

A Companhia possui contrato de mútuo com a controlada em conjunto Luxxon Participações Ltda no montante de R\$6.091 em 31 de dezembro de 2019, o mesmo saldo foi apresentado em 31 de dezembro de 2018. Esse montante encontra-se registrado em outras contas a receber no ativo não circulante.

a. *Avais concedidos*

As operações com partes relacionadas não possuem garantias atreladas a operação, resumindo-se a transações comerciais ordinárias (compra e venda de insumos), as quais não estão lastreadas em garantias, assim como operações de mútuos com empresas do Grupo, as quais também não apresentam garantias na sua composição.

b. *Condições de preços e encargos*

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil são atualizados monetariamente pela taxa mensal DI-Cetip de captação no mercado.

17.2 Pessoal chave da Administração

a. *Remuneração da Administração*

A Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial registrou um total de R\$3.440 no exercício de 2019 referente à remuneração da Administração (R\$2.860 no exercício de 2018) tendo sido aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 13 de maio de 2019, a remuneração fixa e variável global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2019 no montante de até R\$5.840, sendo assim subdivida: até R\$2.406 para a remuneração fixa global da Diretoria, incluindo benefícios e encargos; até R\$2.224 para a remuneração variável global da Diretoria; e até R\$1.210 para remuneração fixa global do Conselho de Administração.

No exercício de 2017 e 2018 a Companhia não efetuou pagamento de remuneração variável, referente plano de retenção dos executivos e pessoal chave na Companhia. Sem embargo, constam provisionados valores para cobrir remuneração variável dos respectivos períodos de 2017 e 2018 de R\$1.600 e R\$1.920 para fazer face aos objetivos contratados. Para o exercício de 2019 foi provisionado R\$600.

17.3 Empréstimos com acionistas

Em 31 de dezembro de 2019 o montante de empréstimo com a GPCM, LLC (Coligada do acionista Oilfield Services Holdco LLC) é de R\$7.766 (R\$8.371 em 31 de dezembro de 2018), e está registrado no passivo não circulante junto aos empréstimos sujeitos a recuperação judicial.

18 Imposto de renda e contribuição social

Para as empresas sediadas no Brasil, dependendo da situação de cada empresa, se tributadas pelo lucro real, a provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 9%, calculada e contabilizada sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação fiscal. As empresas tributadas com base no lucro presumido calculam o imposto de renda à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e contribuição social à alíquota de 9%, sobre um lucro estimado de 8% a 32% para imposto de renda e 12% para contribuição social aplicados sobre o faturamento bruto de vendas e serviços das controladas, observadas as normas fiscais em vigor.

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2019 na controladora e no consolidado, todos os saldos ativos foram reconhecidos na proporcionalidade dos passivos existentes. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos não circulantes existentes são apresentados conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivo Não Circulante				
Ajuste a valor presente de fornecedores, multas, empréstimos e debêntures	(28.669)	(29.035)	(37.752)	(37.644)
Custo Atribuído	-	-	(14.284)	(16.809)
Outros	(7.705)	-	(15.020)	(29)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(36.374)	(29.035)	(67.056)	(54.482)

Encontra-se registrado no resultado em 31 de dezembro de 2019, imposto de renda e contribuição social diferidos, referente ao resultado do exercício de 2019, nos montantes de R\$366 na controladora e R\$108 no consolidado (R\$1.984 na controladora e R\$10.464 no consolidado referente ao exercício de 2018).

b. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladoria		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos das operações continuadas	(26.544)	(103.030)	(30.283)	(117.019)
Prejuízo antes dos impostos das operações descontinuadas	-	-	8.526	5.547
Prejuízo antes dos impostos	(26.544)	(103.030)	(21.757)	(111.472)
Adição e exclusões				
Equivalência patrimonial	30.018	143.005	(2.194)	8.269
Provisão de perdas com obsolescência de estoques	(487)	(763)	1.065	(861)
Provisão perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	-	11.246	(9.676)
(Reversão) Perdas estimadas para devedores duvidosos	(692)	142	(692)	206
Juros indebitáveis	-	13.221	-	13.221
Provisão de perdas de contingências	-	1.073	-	4.381
Despesas não dedutíveis	7	-	3.051	-
Ajuste a valor presente	1.540	6.005	(454)	1.137
Ajuste a valor justo	-	(152.128)	-	(27.923)
Investimento avaliado pelo valor de patrimônio	(29.401)	-	(29.401)	-
Provisão de juros sobre fornecedores	3.957	238	4.203	3.550
Provisão de variação cambial	7.565	63.075	12.515	70.876
Outros	(1.582)	(7.433)	(32.074)	(12.559)
Base de cálculo	(15.619)	(36.595)	(54.492)	(60.851)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social correntes de controladas	-	(265)	(23)	122
Imposto de renda e contribuição social diferidos	366	1.984	(108)	10.464

19 Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui os seguintes saldos registrados como outras contas a pagar no passivo circulante e não circulante, conforme composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outras a pagar - Circulante				
Provisão de energia elétrica	357	357	357	357
Provisão de honorários	354	535	354	535
Contingências trabalhistas a pagar	420	312	528	413
Provisões diversas	552	102	1.003	986
Outras contas a pagar	2.104	526	2.667	1.068
Total	3.787	1.832	4.909	3.359
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outras a pagar - Não Circulante				
Resultado de exercícios futuros	-	1.080	-	1.080
Contingências trabalhistas a pagar	-	-	2.607	-
Outras contas a pagar	1.572	-	1.572	2.426
Total	1.572	1.080	4.179	3.506

20 Processos contingentes e depósitos judiciais

20.1 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia, por intermédio de seus advogados, vem discutindo algumas questões de natureza tributária, trabalhista e civil na esfera judicial. A provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis foi apurada pela Administração com base em informações disponíveis e suportadas pela opinião de seus advogados quanto à expectativa de desfecho, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis.

		Controladora		Consolidado	
		Expectativa de perda		Expectativa de perda	
		Possível	Provável	Possível	Provável
Tributários (i)					
ICMS - Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços	(i.1)	79.260	-	80.341	-
CSLL - Contribuição Social s/ Lucro líquido	(i.2)	-	-	14.841	-
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(i.3)	17.532	-	133.712	-
INSS - Instituto Nacional de Seguro Social	(i.4)	-	-	1.691	-
IRRF - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte	(i.5)	48.554	-	48.554	-
IPI - Imposto s/ Produtos Industrializados		498	-	498	-
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	(i.6)	-	-	508	-
ISS - Imposto sobre Serviços	(i.7)	-	-	6.825	153
CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	1.071	-
Outras provisões tributárias	(i.8)	-	1.051	18.619	2.125
		145.844	1.051	306.660	2.278
Trabalhistas (ii)		2.102	7.613	23.683	46.317
Cíveis (iii)		7.941	190	26.953	9.418
Total em 31 de dezembro de 2019		155.887	8.854	357.296	58.013
Total em 31 de dezembro de 2018		138.723	6.107	226.352	53.913

Estes valores abrangem a totalidade das empresas do Grupo e incluem valores em discussão judicial e administrativa bem como situações incorridas onde, mesmo sem a existência de lançamentos ou questionamento formal por parte das autoridades, possam ensejar riscos de perdas futuras.

A provisão para recursos envolvidos nas demandas judiciais nos montantes acima expostos (R\$8.854 na controladora e R\$58.013 no consolidado em 31 de dezembro de 2019 e R\$6.107 na controladora e R\$53.913 no consolidado em 31 de dezembro de 2018) e referentes às esferas abaixo elencadas leva em conta a probabilidade de perda provável, sendo esta, configurada quando uma saída de benefícios econômicos é presumível diante da matéria discutida, dos julgamentos havidos em cada demanda e do entendimento jurisprudencial de cada caso.

As demandas com probabilidade de perda possível estão excluídas da provisão.

As demandas judiciais são divididas em três esferas, sendo elas:

(i) Contingências tributárias

Discussões envolvendo tributos na esfera estadual e federal, dentre estes IRPJ, PIS, COFINS, INSS, ICMS e IPI. Existem processos em todas as fases processuais, desde a instância inicial até as Cortes Superiores, STJ e STF. Os principais processos e valores são conforme abaixo:

Principais processos contingentes classificados como de perda possível em 31 de dezembro de 2019

- (i.1) Ação Anulatória que objetiva desconstituir crédito de ICMS, lançado em razão da Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial, não ter realizado o recolhimento do imposto por ocasião da exportação ficta de mercadorias ao abrigo do REPETRO, haja vista tal operação ser imune à incidência do imposto, tal como prevê o art. 155, X, “a”, da Constituição da República e o art. 6º da Lei nº 9.826/99. Interpusemos Recursos Especial e Extraordinário contra o acórdão que negou provimento ao seu. Recurso de Apelação, os quais estão pendentes do exame de admissibilidade. Processo sujeito a perda possível de R\$62.325.

Execução fiscal contra a Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial distribuído em 22 de outubro de 2015, por meio da qual o Estado de São Paulo objetiva a cobrança de ICMS na importação. O Juízo acolheu a defesa apresentada, o que motivou a interposição de recurso por parte da Fazenda Estadual. Processo sujeito a perda possível de R\$8.664.

Ação Anulatória ajuizada pela Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial contra o Estado de São Paulo, distribuído em 22 de outubro de 2015, com o objetivo de desconstituir dívida de ICMS. Defende-se, em síntese, que a fiscalização ignorou o fato de que as Notas Fiscais de entrada foram emitidas para anular notas fiscais de saída indevidamente emitidas. Em 17 de maio de 2016 foi concedida a tutela de urgência suspendendo a exigibilidade dos créditos. Processo sujeito a perda possível de R\$3.040.

Execução Fiscal da Fazenda do Estado de São Paulo contra a Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial para cobrança de débito de ICMS e multa, decorrente do auto de infração nº 3149008, distribuída em 26 de setembro de 2012. A empresa ofereceu imóvel em garantia, estando o processo paralisado desde então. Processo sujeito a perda possível de R\$1.851.

- (i.2) Trata-se de Ação Ordinária da União Federal contra Lupatech Perfuração e Completação Ltda - Em Recuperação Judicial distribuída em 14 de dezembro de 2011, que objetiva a declaração de extinção, por compensação, nos termos do art. 156, II, do Código Tributário, dos débitos objeto de processos administrativos. Aguarda-se julgamento do recurso de apelação da Empresa. Processo sujeito a perda possível de R\$2.884.

Auto de infração da Receita Federal do Brasil contra Sotep - Sociedade Técnica de Perfuração S/A – Em Recuperação Judicial, distribuído em 13 de julho de 2011, referente à cobrança de contribuições sociais incidentes sobre a folha de pagamento tipificadas no art. 22 da Lei 8.212/91, bem como incidentes sobre a remuneração paga, devida ou creditada, aos contribuintes individuais aos seus serviços. A defesa administrativa argumenta, em síntese, que o lançamento é nulo, uma vez que não se considerou na apuração das contribuições os valores que foram objeto de retenções efetuadas pelos tomadores de serviços, a teor do disposto no art. 31 da Lei nº 8.212/91. Processo sujeito a perda possível de R\$1.997.

Execução fiscal ajuizada contra a Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial, por meio da qual a União Federal objetiva a cobrança de créditos de CSLL objeto de processo administrativo, decorrente do arbitramento do lucro. Foi apresentada Exceção de Pré-executividade defendendo a ausência de liquidez do título, tendo em vista a existência de decisão anterior à inscrição dívida ativa determinando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Processo sujeito a perda possível de R\$7.050.

- (i.3) Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil contra Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial, imputando supostas irregularidades na apuração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no exercício 2013. Foram alegadas questões de nulidade pelo cerceamento ao direito defesa e, em relação aos lançamentos de PIS e COFINS relacionados às receitas de “Vendas de Serviços – Mercado Nacional”, no valor de R\$2.965, tratar-se-ia de meras provisões que fizeram parte do faturamento de janeiro de 2013. Processo sujeito a perda possível de R\$24.960.

Mandado de Segurança impetrado pela Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial para garantir o direito líquido e certo de ter analisados todos os documentos apresentados na impugnação administrativa, os quais demonstram o equívoco incorrido pela Autoridade Fazendária ao arbitrar o lucro da Empresa nos anos de 2008 e 2009. A anulação do julgamento administrativo foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Processo distribuído em 12 de junho de 2017 sujeito a perda possível de R\$29.244.

Auto de infração da Receita Federal do Brasil, lavrado em decorrência do arbitramento do lucro da empresa Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial no ano calendário 2010. O arbitramento se deu em virtude de deficiências na transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD). A defesa administrativa fez prova de que o arbitramento se deu de forma equivocada, pois as irregularidades apontadas na ECD foram saneadas. Atualmente aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário apresentado pela Empresa ao CARF. Processo sujeito a perda possível de R\$14.327.

Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil contra Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial, objetivando a cobrança de contribuição previdenciária e contribuição a terceiros referentes ao período de 2012. Além das questões de nulidade, discute-se a possibilidade de tributação de bônus de incentivo, se foram pagos ou apenas provisionados. Processo sujeito a perda possível de R\$5.738.

Pedido de compensação da Lupatech Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda – Em Recuperação Judicial, referente a saldo negativo do IRPJ (2009/2010) que gerou processos de cobrança. Em 19 de agosto de 2015 foi apresentada manifestação de inconformidade. Defende-se que a não homologação das compensações deixou de considerar documento retificador apresentado antes do despacho decisório. Desde 13 de dezembro de 2016 o processo se encontra no serviço de recepção e triagem DRJ-RJO-RJ. Processo sujeito a perda possível de R\$6.009.

Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil contra Prest Perfurações Ltda – Em Recuperação Judicial para exigir multa decorrente da não homologação de DCOMP's relacionadas a processo administrativo. Defende-se a inconstitucionalidade da multa. Processo sujeito a perda possível de R\$1.687.

Processo administrativo da Receita Federal do Brasil, de pedido de compensação de imposto pela Sotep - Sociedade Técnica de Perfuração S/A – Em Recuperação Judicial. Processo sujeito a perda possível de R\$3.400.

Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil contra a Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial para constituição de crédito tributário de IRPJ e CSLL referentes aos anos-calendário de 2009 e 2010, em razão da suposta irregularidade da antecipação de exclusões decorrentes da amortização de ágio. Atualmente discute-se o mérito da cobrança por meio de Ação Anulatória. Processo sujeito a perda possível de R\$17.461.

Execução fiscal ajuizada contra a Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial, por meio da qual a União Federal objetiva a cobrança de créditos de IRPJ objeto de processo administrativo, decorrente do arbitramento do lucro. Foi apresentada Exceção de Pré-executividade defendendo a ausência de liquidez do título, tendo em vista a existência de decisão anterior à inscrição dívida ativa determinando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Processo sujeito a perda possível de R\$22.888.

- (i.4) Auto de Infração lavrado para cobrança da DEBCAD nº 37.142.030-0, relativa à conversão de obrigação acessória em obrigação principal, consistente da falta de declaração em GFIP das contribuições devidas no período compreendido entre janeiro de 1999 e junho de 2007, da empresa Sotep - Sociedade Técnica de Perfuração S/A – Em Recuperação Judicial. Defende-se a decadência parcial do lançamento, a nulidade de fundamentação defeituosa e a necessidade de redução da multa. Processo sujeito a perda possível de R\$1.691.
- (i.5) Execução Fiscal da Fazenda Nacional contra a Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial, referente à cobrança de débito de IRRF. A discussão de mérito é travada nos autos de Mandado de Segurança, no qual foi proferida sentença reconhecendo que parcela substancial dos créditos tributários decorrentes de processo administrativo é improcedente. Processo sujeito a perda possível de R\$48.554.
- (i.7) Execução Fiscal do Município de Três Rios – RJ, contra a Sotep - Sociedade Técnica de Perfuração S/A- Em Recuperação Judicial para cobrança de ISS referente aos períodos de 2013 e 2014. Processo sujeito a perda possível de R\$3.187.
- (i.8) Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil contra a Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial para cobrança de multas em razão do alegado descumprimento do regime aduaneiro especial de admissão temporária. Defende-se que a liturgia legal não foi respeitada, que não possível aplicação da multa de 75% em razão de o lançamento em questão se dar por homologação, que o crédito tributário foi integralmente adimplido no âmbito do PERT e, subsidiariamente, que é impossível a cumulação de multa de multas distintas pela mesma infração. Processo sujeito a perda possível de R\$12.063.

Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil contra a Sotep - Sociedade Técnica de Perfuração S/A – Em Recuperação Judicial para cobrança de multas em razão do alegado descumprimento do regime aduaneiro especial de admissão temporária. Defende-se que a liturgia legal não foi respeitada, que não possível aplicação da multa de 75% em razão de o lançamento em questão se dar por homologação, que o crédito tributário foi integralmente adimplido no âmbito do PERT e, subsidiariamente, que é impossível a cumulação de multa de multas distintas pela mesma infração. Processo sujeito a perda possível de R\$3.369.

(ii) *Contingências trabalhistas*

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza trabalhista referente a discussões que envolvem, principalmente, reclamações de horas-extras, danos materiais e morais, insalubridade e periculosidade, entre outros. Nenhuma das reclamationárias se refere a valores individualmente significativos.

(iii) *Contingências cíveis*

As principais discussões nesta área, classificados como perda possível em 31 de dezembro de 2019 estão relacionadas a:

- (iii.1) Ação ordinária de obrigação movido por Weatherford Indústria e Comércio Ltda. e Weus Holding INC na qual alegam apropriação indevida de desenhos técnicos confidenciais de sua propriedade. O processo possui classificação de risco de perda como provável aproximado de R\$624, como perda possível de R\$2.080 e remota de R\$52.024. Atualmente está em fase de execução/liquidação de sentença, pendente de conclusão dos trabalhos da perícia de engenharia.
- (iii.3) Ação de regresso por perdas e danos e ação indenizatória, empresa Aerólero Táxi Aéreo S/A, sujeita a perda possível de R\$4.190.
- (iii.4) Execução de Título Extrajudicial feita pelo Banco Pine S/A contra a Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial. Processo sujeito a perda possível de R\$2.713.
- (iii.5) Ação de cobrança da Smith International do Brasil Ltda. Processo sujeito a perda possível de R\$2.739.
- (iii.7) Execução de Título Extrajudicial movido por STMS Manutenção Comércio e Serviços de Máquinas Ltda-ME contra a Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial. Sujeito a perda possível de R\$2.470.

As principais discussões nesta área classificados como perda provável em 31 de dezembro de 2019 estão relacionadas a:

- (iii.8) Ação indenizatória da Meio dia Refeições Industriais Ltda - EPP, contra a Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial. Processo sujeito a perda provável de R\$4.616.
- (iii.9) Ação indenizatória da empresa Aeróleo Taxi Aéreo S/A. Processo sujeito a perda provável de R\$3.124.

A movimentação do saldo da provisão, em 31 de dezembro de 2019, é conforme segue:

	Controladora				Consolidado			
	Tributário	Trabalhista	Cíveis	Total	Tributário	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	214	5.718	175	6.107	4.645	41.083	8.185	53.913
Adições no período	837	2.101	15	2.953	1.855	11.967	1.163	14.985
Baixas no período	-	(206)	-	(206)	(4.222)	(6.733)	70	(10.885)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.051	7.613	190	8.854	2.278	46.317	9.418	58.013

20.2 Ativos Contingentes

O demonstrativo contendo informações sobre contingências ativas, conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado com a possibilidade de ganho.

	Probabilidade de ganho provável	
	Controladora	Consolidado
Tributários (i)	4.068	7.832
Cíveis (ii)	14.476	65.222
Total em 31 de dezembro de 2019	18.544	73.054
Total em 31 de dezembro de 2018	4.441	93.782

(i) **Contingências tributárias**

A Companhia é autora em diversas ações judiciais, no âmbito estadual e federal nas quais são discutidas as seguintes matérias:

Principais processos contingentes ativos se referem à:

- O Grupo Lupatech possui demandas judiciais pleiteando o reconhecimento da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A matéria foi decidida pelo STF em repercussão geral, pelo que a empresa espera que esses processos tramitem com decisões favoráveis. Por ainda serem objeto de disputa, sujeitos a efeitos de eventual modulação em resposta a embargos de declaração opostos pela Fazenda, a mantém-se o tratamento contábil de ativos contingentes até que estejam presentes os elementos para reconhecer os créditos tributários correspondentes.

(i) **Contingências cíveis**

Principais processos contingentes ativos se referem à:

- Procedimento arbitral movido contra Cordoaria São Leopoldo e José Teófilo Abu Jamra visando a aplicação de penalidades contratuais por violação de acordo de não concorrência decorrente da aquisição da unidade de Cabos de Ancoragem. O procedimento se encontra em fase de esclarecimentos sobre a sentença, pendente o Tribunal emitir a decisão final sobre o caso.
- A Companhia tem direito a ser ressarcida ao limite nominal de R\$50.000 referente a prejuízos que venha a incorrer em decorrência de eventuais contingências não conhecidas, conforme cláusula de indenizações prevista no Acordo de Investimento. Em 4 de abril de 2017, a Companhia apresentou perante a Câmara de Arbitragem do Mercado requerimento de instauração de arbitragem contra a GP Investments e seus veículos buscando o ressarcimento pelas perdas incorridas pela Companhia e oriundas de (i) contingências não conhecidas das Sociedades San Antonio, e (ii) descumprimento de obrigações e quebra de declarações e garantias. Também é pleiteada na arbitragem a majoração do limite nominal de R\$50.000 para as indenizações.

20.3 Depósitos Judiciais

A Companhia apresenta os seguintes saldos de depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2019, que estão atrelados aos passivos contingentes:

	Depósitos judiciais	
	Controladora	Consolidado
Contingências tributárias	3	3.020
Contingências trabalhistas	1.557	20.616
Contingências cíveis	134	1.350
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.694	24.986
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.149	25.410

21 Impostos a Recolher

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui os seguintes saldos registrados como impostos a recolher no passivo circulante e não circulante, conforme composição abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Impostos a recolher - Circulante				
Parcelamento PERT	-	-	3	3
Parcelamento Ordinário (PIS/COFINS/Contribuição Previdenciária)	1.607	853	2.132	974
Parcelamento INSS	1.416	-	2.146	300
Parcelamento SESI/SENAI	-	-	11	11
INSS	1.391	1.136	1.813	2.454
IRRF	979	721	1.020	784
CSLL	65	21	98	26
COFINS	629	202	865	462
PIS	291	44	349	100
FGTS	2.228	1.886	3.521	3.003
ICMS	23	35	1.133	10.464
Outros impostos diversos	128	266	755	1.546
Total	8.757	5.164	13.846	20.127

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Impostos a recolher - Não Circulante				
Parcelamento INSS	4.437	3.214	6.144	5.137
Parcelamento IRPJ	3.672	3.672	3.672	3.672
Parcelamento CSLL	1.329	1.329	1.329	1.329
Parcelamento COFINS	643	643	643	643
Parcelamento ICMS	-	-	894	-
Parcelamento Ordinário (PIS/COFINS/Contribuição Previdenciária)	5.140	2.962	6.074	3.885
Parcelamento ISS	17	-	461	541
Parcelamento SESI/SENAI	-	-	16	16
Adiantamento REFIS da Crise	(335)	(345)	(335)	(345)
Atualização monetária	8.541	8.541	8.541	8.541
Outros impostos diversos	55	72	262	72
	23.499	20.088	27.701	23.491
Depósitos judiciais vinculados ao parcelamentos de IRPJ/CSLL	(10.407)	(10.459)	(10.407)	(10.459)
Total	13.092	9.629	17.294	13.032

Em 14 de novembro de 2017, a Companhia promoveu a adesão de diversas sociedades controladas e investidas do Grupo Lupatech ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº. 783/2017 e pela Lei nº. 13.496/2017. Em 28 de dezembro de 2018, por ocasião da consolidação do programa, a Companhia registrou R\$17,9 milhões em valores adicionais das contingências aderidas, sobre os quais refletiram descontos em juros, multas e encargos que no montante de R\$6.850.

A Companhia, através dessa ação, reorganizou o montante de R\$123.000 de seu passivo relacionado a contingências e obrigações fiscais, o qual veio acompanhado de descontos em juros, multas e encargos num total de R\$48.000.

A adesão exigiu pagamento de R\$5.288 em espécie, e para a liquidação do restante, foram utilizados R\$52.084 em prejuízos fiscais acumulados do Grupo e mais R\$18.000 de prejuízos fiscais de sociedades investidas e coobrigados tributários, em conformidade com as condições do PERT.

Devido a questões operacionais do processo de adesão, parte significativa (73%) dos passivos aderidos não foram ainda consolidados. Isto decorre de uma questão operacional/sistêmica da Receita Federal – os passivos que não se encontrem listados nos sistemas disponibilizados para o processamento pelos contribuintes tem de ser tratados manualmente. No caso da Companhia, um grande número de processos, em especial aduaneiros, foram abarcados nesse contexto. A companhia tomou tempestivamente as medidas administrativas e legais preventivas indicadas por seus consultores tributários para assegurar o direito ao processamento da adesão.

22 Passivos a Valor Justo

Nos termos do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech, foi contratada em caráter definitivo a troca de parte do passivo sujeito ao Plano por bônus de subscrição emitidos em dezembro de 2018. Desta forma, com o fim exclusivo de cumprir com as normativas contábeis, a Companhia aplicou as disposições do ICPC 16. Assim, foi apurada a diferença entre o valor do passivo trocado por bônus (R\$28.253 em 31 de dezembro de 2018) e o valor justo estimado (R\$330 em 31 de dezembro de 2018) nos instrumentos patrimoniais emitidos, a qual foi contabilizada em resultado financeiro. Em dezembro de 2019 não houve movimentação de passivos a valor justo.

23 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social atual integralizado é composto apenas por ações ordinárias, com 100% de direito de *Tag Along*:

	Controladora e Consolidado	
	Quantidade de Ações	Capital Social
	Mil	RS
Saldo em 31 de dezembro de 2018	16.223	1.873.761
Conversão mandatória de debêntures em ações	1.534	4.511
Emissão de novas ações	4.758	6.994
Saldo em 31 de dezembro de 2019	22.515	1.885.266

De acordo com o Plano de Recuperação Judicial homologado em 16 de fevereiro de 2017, o Grupo utilizou como uma de suas estratégias para saldar os compromissos com os Credores da Classe I a Conversão dos créditos em debêntures da Lupatech S/A. Em decorrência da conversão de debêntures em ações da Companhia, o capital social aumentou em de R\$24.588 no período contemplado entre 28 de fevereiro de 2018 até 22 de novembro de 2019.

No dia 8 de agosto de 2019, houve emissão de Novas Ações no total de R\$6.994.

b. Dividendos

Aos acionistas é prevista, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária e do estatuto social.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior e sobre os ágios originados em aquisições de investimentos no exterior, cuja moeda funcional segue aquela a que a operação no exterior está sujeita. O efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de ajuste a avaliação patrimonial é de R\$151.261 (R\$121.681 em 31 de dezembro de 2018).

d. Opções outorgadas

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de reserva de opções outorgadas é de R\$13.600 (R\$13.549 em 31 de dezembro de 2018). Em 22 de novembro de 2019, conforme nota explicativa nº 26 foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, para respectivos profissionais chaves, a outorga futura de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia.

e. Reserva de capital a realizar

Nos termos do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech, foi contratada em caráter definitivo a troca de parte do passivo sujeito ao Plano por bônus de subscrição a serem emitidos em até 2 anos da homologação judicial do Plano. Desta forma, com o fim exclusivo de cumprir com as normativas contábeis, a Companhia aplicou as disposições do ICPC 16. Assim, os valores de passivo trocado por bônus de subscrição (R\$298.493 em 31 de dezembro de 2016) e o ajuste a valor justo estimado (R\$292.152 em 31 de dezembro de 2016) foram registrados como reserva de capital a realizar no montante líquido de R\$6.341.

Em 29 de outubro de 2018 a Lupatech S.A. – Em Recuperação Judicial comunicou aos seus acionistas e ao público em geral que seu Conselho de Administração aprovou a 1ª Emissão de Bônus de Subscrição em série única e onerosa no montante de R\$340.453. A emissão ocorreu no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e demais sociedades de seu grupo, para promover o pagamento dos credores das Classes II, III e IV da Recuperação Judicial cujos créditos vierem a integralizar os Bônus de Subscrição.

Foram emitidos, o total, de 3.404.528 de bônus de subscrição, à proporção de 1 bônus para cada R\$100,00 (cem reais) em dívida. Os bônus foram subscritos e integralizados no dia 11 de dezembro de 2018 (“Prazo para Subscrição”).

Os Bônus de Subscrição poderão ser exercidos, durante sua vigência, pelo preço fixo de R\$0,88 por Ação.

Seguindo o Plano de Recuperação Judicial, do total emitido, R\$326.746 foram destinados aos credores sendo que parte remanesce em poder da Companhia até que operacionalmente seja possível a entrega aos credores, nos quais mensurados a valor justo de R\$0,88 cada bônus, sendo registrado uma reserva de capital a realizar de R\$2.875. O saldo remanescente de R\$13.707 refere-se a reserva subscrita para contingências ilíquidas sujeitas à Recuperação.

24 Instrumentos financeiros

24.1 Gestão de Riscos Financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo, através do uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central, segundo os princípios estabelecidos, exceto para as controladas em conjunto, as quais são compartilhadas com os demais acionistas controladores. A tesouraria do Grupo identifica e avalia a posição da Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, uso de instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos.

(i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar norte-americano.

O risco cambial decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A Administração estabeleceu princípios de gestão de risco cambial que exigem que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais a Companhia busca equilibrar a sua balança comercial entre compras e vendas em moedas diferentes da moeda funcional. As restrições creditícias e de disponibilidades enfrentadas pela Companhia, limitam significativamente as possibilidades de contratação de derivativos cambiais, comumente utilizados na gestão do risco cambial.

A Companhia tem certos investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial.

Nos exercícios de 2019 e de 2018, a Companhia e suas controladas possuíam ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos conforme tabelas abaixo:

Itens	Valores em US\$ mil			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber	126	151	126	151
Outros ativos	-	-	14.915	20.863
Partes relacionadas - Ativo	5.441	7.190	-	-
Empréstimos	(301)	(695)	(25.291)	(25.722)
Partes relacionadas - Passivo	(45.880)	(45.741)	-	-
Outros passivos	(19)	(20)	(201)	(850)
Exposição líquida em dólar norte-americano	(40.633)	(39.115)	(10.451)	(5.558)

Em 31 de dezembro de 2019, a cotação do dólar norte-americano em relação ao real era US\$1,00 = R\$4,0307 (US\$1,00 = R\$3,8748 em 31 de dezembro de 2018). Se a moeda real se desvalorizar 10% em relação ao dólar norte-americano oficial de encerramento do exercício, sendo mantidas todas as demais variáveis, o impacto no resultado é uma perda de aproximadamente R\$10.809 na controladora e R\$2.780 no consolidado.

Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira, das variações na taxa de juros e dos riscos envolvendo operações com derivativos

Conforme citado acima, a Companhia está exposta a riscos de flutuação de taxa de juros e a moedas estrangeiras (diferentes da sua moeda funcional, o “Real”), principalmente ao dólar norte-americano em seus empréstimos e financiamentos. A análise leva em consideração 3 cenários de flutuação nestas variáveis. Na definição dos cenários utilizados a Administração acredita que as seguintes premissas possam ser realizadas, com suas respectivas probabilidades, contudo cabe salientar que estas premissas são exercícios de julgamento efetuado pela Administração e que podem gerar variações significativas em relação aos resultados reais apurados em função das condições de mercado, que não podem ser estimadas com segurança nesta data para o perfil completo das estimativas.

Conforme determinado pela CVM, por meio da Instrução 475 a Administração da Companhia apresenta a análise de sensibilidade, considerando:

Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) provável estimada pela Administração:

Taxa de juros para o ano de 2020: 4,5%

US\$: 4,00

Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) possível, com deterioração de 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada como provável:

Taxa de juros para o ano de 2020: Aumento para 5,6%

US\$: 5,00

Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) remota, com deterioração de 50% (cinquenta por cento), na variável de risco considerada como provável:

Taxa de juros para o ano de 2020: Aumento para 6,8%

US\$: 6,00

O impacto apresentado na tabela abaixo refere-se ao período de 1 ano de projeção:

Operação	Risco	Cenário conforme definição acima					
		Controladora			Consolidado		
		Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
Empréstimos e financiamentos	Alta do dólar	10	314	637	107	543	1.194
Empréstimos e financiamentos	Alta de taxa de juros	19	24	29	28	35	42
Contratos mútuos e financiamentos	Alta do dólar	1.550	48.953	99.457	-	-	-
Total (ganho) perda		1.579	49.291	100.123	135	578	1.236

(ii) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos captados às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos do Grupo às taxas variáveis são principalmente mantidos em “Reais”. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota as práticas de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas, visando adequá-las ao mercado.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos. Com base nestes cenários o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representem as principais posições com juros.

Com base nas simulações realizadas, considerando o perfil do endividamento do Grupo em 31 de dezembro de 2019, o impacto sobre o resultado, depois do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, com uma variação em torno de 0,11 pontos percentuais nas taxas de juros variáveis, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, corresponderia um aumento aproximado de R\$19 no ano da despesa com juros. A simulação é feita trimestralmente para verificar se o potencial máximo de prejuízo está dentro do limite determinado pela Administração.

As restrições creditícias e de disponibilidades enfrentadas pela Companhia, limitam significativamente as possibilidades de gestão do risco de taxa de juros.

(iii) *Risco de crédito*

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras são aceitos títulos de entidades classificadas pela Administração da Companhia como de primeira linha. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com limites estabelecidos pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente e registrada quando aplicável provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Nossas receitas apresentam montantes envolvendo o cliente Petrobrás, direta e indiretamente, o qual respondeu no exercício de 2019 cerca 11,8% (2,35% no exercício de 2018) das receitas totais da Companhia e suas controladas.

(iv) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios do Grupo, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez do Grupo, considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende linhas de créditos não utilizadas, caixa e equivalentes de caixa. Geralmente, isso é realizado em nível corporativo do Grupo, de acordo com a prática e os limites estabelecidos pelo Grupo. Esses limites variam por localidade para levar em consideração a liquidez do mercado em que a Companhia atua. Além disso, os princípios de gestão de liquidez do Grupo envolvem a projeção de fluxos de caixa nas principais moedas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

24.2 Estimativa do Valor Justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos, é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção dos instrumentos derivativos) é determinado de acordo com modelos de precificação que utilizam como base os fluxos de caixa estimados descontados, a partir dos preços de instrumentos semelhantes praticados nas transações realizadas em um mercado corrente observável.

O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Quando esses preços não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável de acordo com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Para os derivativos contendo opções são utilizados modelos de precificação de opções.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

a. Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - restrito

Os saldos em caixa e equivalentes de caixa e em títulos e valores mobiliários têm seus valores similares aos saldos contábeis, considerando o giro e liquidez que apresentam. O quadro abaixo apresenta esta comparação, em 31 de dezembro de 2019:

Itens	Controladora		Consolidado	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	176	176	5.834	5.834
Títulos e valores mobiliários	1.788	1.788	1.788	1.788

b. Empréstimos e financiamentos

O valor estimado de mercado foi calculado com base no valor presente do desembolso futuro de caixa, usando taxas de juros que estão disponíveis à Companhia e a avaliação indica que os valores de mercado, em relação aos saldos contábeis, são conforme abaixo, em 31 de dezembro de 2019:

Itens	Controladora		Consolidado	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Empréstimos e financiamentos Não RJ	9.589	9.157	14.509	13.797
Empréstimos e financiamentos RJ	67.827	67.827	129.080	129.080
Total	77.416	76.984	143.589	142.877

24.3 Instrumentos Financeiros por Categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio de Resultado	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio de Resultado
Ativos financeiros				
Titulos e valores mobiliários	1.788	1.788	1.808	1.808
Contas a receber de clientes	5.427	5.427	6.704	6.704
Caixa e equivalentes de caixa	176	176	135	135
Partes relacionadas	70.408	70.408	123.363	123.363
Total	77.799	77.799	132.010	132.010

	Controladora					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Sujeitos a Recuperação Judicial	Não sujeitos a Recuperação Judicial	Valor Justo por Meio de Resultado	Sujeitos a Recuperação Judicial	Não sujeitos a Recuperação Judicial	Valor Justo por Meio de Resultado
Passivos financeiros						
Empréstimos	67.827	9.589	77.416	65.000	18.600	83.600
Fornecedores	60.700	3.569	64.269	60.557	6.132	66.689
Partes relacionadas	-	187.454	187.454	-	181.645	181.645
Total	128.527	200.612	329.139	125.557	206.377	331.934

	Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio de Resultado	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio de Resultado
Ativos financeiros				
Titulos e valores mobiliários	1.788	1.788	1.808	1.808
Contas a receber de clientes	10.795	10.795	31.357	31.357
Caixa e equivalentes de caixa	5.834	5.834	1.245	1.245
Total	18.417	18.417	34.410	34.410

	Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Sujeitos a Recuperação Judicial	Não sujeitos a Recuperação Judicial	Valor Justo por Meio de Resultado	Sujeitos a Recuperação Judicial	Não sujeitos a Recuperação Judicial	Valor Justo por Meio de Resultado
Passivos financeiros						
Empréstimos	129.080	14.509	143.589	121.570	38.318	159.888
Fornecedores	60.700	7.627	68.327	60.557	25.538	86.095
Total	189.780	22.136	211.916	182.127	63.856	245.983

25 Cobertura de Seguros

É princípio da Companhia, manter cobertura de seguros para bens do ativo imobilizado e estoques sujeitos a riscos, na modalidade “Compreensivo Empresarial”. Também possui cobertura de seguros de responsabilidade civil geral, conforme demonstrado abaixo:

Finalidade de seguro	Importância segurada	
	31/12/2019	
- Seguro compreensivo empresarial	R\$	68.834
- Seguro de responsabilidade civil geral	R\$	14.136
- Seguro de frota internacional *	US\$	400

* Valor em US\$ mil.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

26 Plano de opção de compra de ações – “Stock option”

Em 19 de maio de 2017, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado a outorga de opções aos Srs. Rafael Gorenstein e Paulo Prado da Silva, nos termos do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de abril de 2017, sendo os contratos de Opção de Compra de Ações Ordinárias celebrados de forma individual, com cada um dos beneficiários e a Companhia.

As condições gerais propostas no Plano de Opção e os principais objetivos são os seguintes:

- Estimular a retomada dos níveis históricos de atividade operacional da Companhia e o atendimento das metas empresariais estabelecidas, mediante a criação de incentivos para alinhamento dos interesses e objetivos dos profissionais chave da Companhia com seus acionistas, em especial o cumprimento das obrigações contidas no seu Plano de Recuperação Judicial;
- Possibilitar à Companhia obter e manter os serviços de seus profissionais chave, oferecendo-lhes, como vantagem adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, nos termos, condições e formas previstos neste Plano; e
- Promover o bom desempenho da Companhia e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo por parte de seus profissionais chave.

Ao Sr. Rafael Gorenstein, atual Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia, opção para subscrever até 5% do capital social da Companhia que, na data de 31 de dezembro de 2019 equivale a 1.125.754 ações ordinárias; e

Ao Sr. Paulo Prado da Silva, atual Diretor sem designação específica, opção para subscrever até 1,5% do capital social da Companhia que, na data de 31 de dezembro de 2019, equivale a 337.726 ações ordinárias.

Para ambos, ao preço de aquisição das ações é de R\$1,176 (um real e cento e setenta e seis centésimos de real) por ação e deverá ser pago em moeda corrente nacional no prazo de até 10 dias a contar da data em que o Conselho de Administração aprovar o aumento de capital, com prazo para exercício da opção de 7 anos, a partir de 27 de abril de 2017.

A obtenção do direito de exercício da Opção dar-se-á em parcelas sucessivas e anuais de 20%, sendo a primeira parcela exercível a partir da data da assinatura do Contrato, e os outros 80% poderão ser

exercidos ao final dos anos subsequentes, a contar do primeiro ano inclusive, totalizando, portanto, 4 anos para a aquisição do direito sobre o total da quantidade de Opções. O preço de aquisição das Opções ainda não exercidas será ajustado para ser o menor entre R\$2,35 e 80% do preço estabelecido no Evento Societário. As disposições acima alcançam tão somente os Eventos Societários contratados no período de 36 meses, a contar da assinatura do Contrato, limitados a operações de até R\$150.000.

Em 13 de maio de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o Novo Plano de Outorga de Opção de Compra de ações da Companhia, a fim de viabilizar a atração e retenção de profissionais-chave, possibilitando e incentivando a subscrição de ações com créditos detidos contra a Companhia oriundos de remuneração, fixa ou variável, com a consequente preservação do caixa. O Plano de 2019 complementa o Plano de 2017 por consistir em opções de prazo mais curto de exercício, de 24 (vinte e quatro) meses, a partir 11 de julho de 2019 conforme Reunião do Conselho de Administração, realizada na mesma data.

O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano 2019 não excederá 3.000.000 de ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, dentro do limite estabelecido. O preço da aquisição das ações é de R\$1,176:

- Ao Sr. Rafael Gorenstein, Diretor Presidente e de Relações com Investidores, opção para subscrever até 2.687.103 (duas milhões, seiscentas e oitenta e sete mil, cento e três);
- Ao Sr. Paulo Prado da Silva, Diretor sem designação específica da Companhia, opção para subscrever até 312.897 (trezentas e doze mil, oitocentas e noventa e sete).

Em 22 de novembro de 2019, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, para respectivos profissionais chaves, a outorga futura de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia, subordinada ao Plano de Outorga de Opção, e vinculada ao Plano de Remuneração Variável. O preço de exercício da opção será de R\$1,37 (um real e trinta e sete centavos). O prazo para exercício da opção das ações para estes profissionais, se extingue em 30 de abril de 2021 respeitando as quantidades e janelas de exercícios:

- 37.184 (trinta e sete mil, cento e oitenta e quatro) opções, até 30 de outubro de 2019;
- 37.186 (trinta e sete mil, cento e oitenta e seis) opções, até 30 de abril de 2020;
- 37.188 (trinta e sete mil, cento e oitenta e seis) opções, até 30 de abril de 2020.

27 Demonstração da receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de vendas e/ou serviços				
No Brasil	37.350	34.938	37.945	40.626
No exterior	513	651	1.247	1.248
	37.863	35.589	39.192	41.874
Deduções da receita bruta				
Impostos incidentes sobre vendas	(6.405)	(6.452)	(6.516)	(7.198)
Receita líquida de vendas e/ou serviços	31.458	29.137	32.676	34.676

28 Prejuízo por ação

a. Básico

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período.

Itens	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício das operações continuadas e descontinuadas	(26.178)	(101.311)
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(26.178)	(101.311)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	2.460	15.260
Lucro (Prejuízo) básico por ação - R\$	(10,64)	(6,64)

b. Diluído

O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão em ações ordinárias dos instrumentos que possam ocasionar diluição.

Os instrumentos patrimoniais têm efeito diluidor quando resultarem na emissão de ações por valor inferior ao preço vigente da ação.

Em 31 de dezembro de 2019 foram verificados os efeitos dilutivos referentes às opções de compra de ações dos administradores, conforme nota explicativa nº 26, aos bônus de subscrição dos credores sujeitos à Recuperação Judicial conforme nota explicativa nº 1.2, e às debêntures conversíveis da 3ª emissão da Companhia conforme nota explicativa nº 16. Não foi constatado efeito dilutivo desses instrumentos, seja pelos respectivos preços de exercício, seja pela impossibilidade do exercício.

29 Resultado financeiro

Itens	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas Financeiras				
Rendas de aplicações financeiras	59	74	225	117
Rendimentos de contratos de mútuo	24	20	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	1.995	-
Ajuste a valor justo	-	152.128	-	27.923
Variação monetária	14.288	292	16.151	1.014
Juros sobre recebíveis	6	3	11	9
Receita redução de multa, juros e encargos adesão ao PERT	-	1.266	-	-
Outras receitas financeiras	1.270	62	1.309	17.244
Total receitas financeiras	15.647	153.845	19.691	46.307
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(7.818)	(7.575)	(9.611)	(10.009)
Juros sobre <i>Bonds</i>	-	-	(394)	(363)
Juros sobre debêntures	(361)	(100)	(361)	(100)
Ajuste a valor presente	(1.540)	(6.005)	(1.541)	(1.137)
Juros de contratos de mútuo	(347)	(1.016)	-	-
Descontos concedidos	(14)	(117)	(26)	(118)
Provisão de juros sobre fornecedores	(3.957)	(238)	(4.203)	(3.550)
Multas e juros sobre impostos	(804)	(3.032)	(1.479)	(7.294)
Despesas bancárias, IOF e outros	(2.412)	(3.958)	(1.446)	(5.977)
Total das despesas financeiras	(17.453)	(22.041)	(19.061)	(28.548)
Variação cambial ativa	44.475	68.806	47.246	98.557
Variação cambial passiva	(52.152)	(136.718)	(57.490)	(168.099)
Variação cambial líquida	(7.677)	(67.912)	(10.244)	(69.542)

30 Outras receitas e despesas operacionais

Itens	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outras receitas operacionais				
Reversão de provisão para perdas processos judiciais	34	1.801	3.820	2.815
Remensuração passivo - BNDES	10.718	-	19.074	-
Remensuração passivo - impugnação de créditos	18.775	-	19.124	-
Ganho na alienação de ativo imobilizado	-	86	12.679	6.924
Reversão de provisão de perdas com obsolescência de estoques	640	1.065	1.013	1.231
Receita de venda de investimento	28.343	13.496	28.343	13.496
Recuperação de tributos e contribuições	14.209	1	14.947	2.110
Reversão de provisão de perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	-	1.469	9.676
Outros	167	25	3.658	742
Total de outras receitas operacionais	72.886	16.474	104.127	36.994
Outras despesas operacionais				
Provisão para perdas processos judiciais	(3.226)	(1.073)	(11.319)	(4.381)
Perda na alienação de ativo imobilizado	(132)	-	(27.872)	(20.184)
Perda pela não recuperabilidade de impostos	(2.947)	-	(2.947)	-
Provisão de perdas pela não recuperabilidade de ativos	(7.027)	-	(9.609)	-
Provisão de perdas com obsolescência de estoques	(153)	(302)	(2.078)	(370)
Despesa de ociosidade de produção	(10.639)	(9.947)	(14.120)	(13.711)
Custo de investimento vendido	(21.584)	(16.299)	(21.584)	(16.299)
Impostos e contribuições	(735)	(16)	(1.241)	(8.527)
Outros	(759)	(284)	(4.157)	(390)
Total de outras despesas operacionais	(47.202)	(27.921)	(94.927)	(63.862)
Outras despesas operacionais líquidas	25.684	(11.447)	9.200	(26.868)

31 Despesas por natureza

Itens	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Encargos de depreciação e amortização	(6.487)	(6.746)	(7.264)	(7.760)
Despesas com pessoal	(17.110)	(15.410)	(25.605)	(23.700)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(8.247)	(8.574)	(14.803)	(25.943)
Serviços prestados por terceiros	(7.762)	(5.880)	(9.996)	(8.176)
Valor residual na baixa de imobilizado	(7.159)	-	(37.481)	(20.184)
Custo de investimento vendido	(21.584)	(16.299)	(21.584)	(16.299)
Outras (despesas) receitas	(23.038)	(16.619)	(42.933)	(26.575)
	(91.387)	(69.528)	(159.666)	(128.637)
Classificados como:				
Custos dos produtos vendidos	(26.047)	(26.026)	(32.656)	(32.863)
Despesas com vendas	(5.262)	(5.051)	(6.162)	(5.906)
Despesas gerais e administrativas	(9.436)	(7.670)	(22.481)	(21.226)
Remuneração dos administradores	(3.440)	(2.860)	(3.440)	(4.780)
Outras despesas operacionais	(47.202)	(27.921)	(94.927)	(63.862)
	(91.387)	(69.528)	(159.666)	(128.637)

32 Informações por segmento de negócio e região geográfica

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração e considera que os mercados de atuação estão segmentados nas linhas de **Produtos** e **Serviços**, mesma composição apresentada na nota explicativa nº 1.

Geograficamente, a Administração considera o desempenho dos mercados brasileiros e América do Sul em geral. A distribuição por região é considerada a localização das empresas do Grupo e não a localização do cliente.

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, principalmente de:

- a. **Produtos:** cabos de ancoragem de plataformas em águas profundas, válvulas manuais e automatizadas para uso em aplicação, exploração, produção, transporte e refino de petróleo e cadeia de hidrocarbonetos, equipamentos de completação de poços de petróleo, revestimentos e inspeção de tubos de perfuração e produção.
- b. **Serviços:** serviços de sondas de perfuração e *workover*, intervenção em poços e *drilling*. A Companhia prossegue com a desmobilização das atividades através das vendas de equipamentos.

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes. A receita de partes externas informadas à Diretoria-Executiva foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado.

Os valores relativos ao total do ativo são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras. Esses ativos são alocados com base nas operações do segmento e no local físico do ativo. Os valores relativos ao total do passivo são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras. Esses passivos são alocados com base nas operações do segmento.

As informações por segmento estão demonstradas abaixo:

	Produtos		Serviços		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita Líquida de vendas	32.443	34.329	233	347	32.676	34.676
Custo dos produtos vendidos	(28.961)	(31.800)	(3.695)	(1.063)	(32.656)	(32.863)
Lucro (Prejuízo) bruto	3.482	2.529	(3.462)	(716)	20	1.813
Despesas de vendas	(5.340)	(5.810)	(822)	(96)	(6.162)	(5.906)
Despesas administrativas	(11.038)	(9.489)	(11.443)	(11.737)	(22.481)	(21.226)
Remuneração dos administradores	(3.410)	(2.517)	(30)	(2.263)	(3.440)	(4.780)
Equivalência patrimonial	2.194	(8.269)	-	-	2.194	(8.269)
Outras receitas (despesas), líquidas	24.467	(11.870)	(15.267)	(14.998)	9.200	(26.868)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	10.355	(35.426)	(31.024)	(29.810)	(20.669)	(65.236)

	Produtos		Serviços		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos identificáveis (1)	209.145	183.887	93.602	204.340	302.747	388.227
Clientes	6.665	7.097	4.130	24.260	10.795	31.357
Estoques	25.942	22.300	4.494	16.650	30.436	38.950
Impostos a recuperar	43.414	16.592	49.993	60.781	93.407	77.373
Aplicação restrita	1.788	1.808	-	-	1.788	1.808
Imobilizado	69.857	74.611	14.298	61.326	84.155	135.937
Ágio	61.479	61.479	20.687	41.323	82.166	102.802
Passivos identificáveis (2)	69.069	32.211	139.573	220.279	208.642	252.490
Fornecedores	30.001	14.277	35.052	71.818	65.053	86.095
Empréstimos	39.068	17.934	104.521	148.461	143.589	166.395

	Produtos		Serviços		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Depreciação e amortização	(7.129)	(7.426)	(136)	(334)	(7.264)	(7.760)
Aquisição de imobilizado	3.430	114	2	2.549	3.432	2.663

(1) Ativos identificáveis: Clientes, estoques, imobilizado, ágio, impostos a recuperar e aplicação restrita

(2) Passivos Identificáveis: Fornecedores e empréstimos

As informações por região geográfica estão demonstradas abaixo:

	Brasil		Outros		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita Líquida de vendas	32.676	34.676	-	-	32.676	34.676
Custo dos produtos vendidos	(32.656)	(32.863)	-	-	(32.656)	(32.863)
Lucro (Prejuízo) Bruto	20	1.813	-	-	20	1.813
Despesas de vendas	(6.162)	(5.906)	-	-	(6.162)	(5.906)
Despesas administrativas	(22.481)	(21.180)	-	(46)	(22.481)	(21.226)
Remuneração dos administradores	(3.440)	(4.780)	-	-	(3.440)	(4.780)
Equivalência patrimonial	2.194	(8.269)	-	-	2.194	(8.269)
Outras receitas (despesas), líquidas	10.255	(27.212)	(1.055)	344	9.200	(26.868)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(19.614)	(65.534)	(1.055)	298	(20.669)	(65.236)

	Brasil		Outros		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos identificáveis (1)	302.747	298.061	-	90.166	302.747	388.227
Clientes a receber	10.795	11.192	-	20.165	10.795	31.357
Estoque	30.436	27.524	-	11.426	30.436	38.950
Impostos a recuperar	93.407	65.407	-	11.966	93.407	77.373
Aplicação Financeira Restrita	1.788	1.808	-	-	1.788	1.808
Imobilizado	84.155	109.964	-	25.973	84.155	135.937
Ágio	82.166	82.166	-	20.636	82.166	102.802
Passivos identificáveis (2)	207.386	232.899	1.256	19.591	208.642	252.490
Fornecedores	65.053	77.107	-	8.988	65.053	86.095
Empréstimos	142.333	155.792	1.256	10.603	143.589	166.395

	Brasil		Outros		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Depreciação e amortização	(7.264)	(7.760)	-	-	(7.264)	(7.760)
Aquisição de imobilizado	3.432	127	-	2.536	3.432	2.663

(1) Ativos identificáveis: Clientes, estoques, imobilizado, ágio, impostos a recuperar e aplicação restrita

(2) Passivos Identificáveis: Fornecedores e empréstimos

33 Ativos classificados como mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2019, consta como ativos mantidos para venda, imobilizados do segmento de serviços, no qual não estão em operação e em processo de negociação para venda. Esses bens montam um total líquido de depreciação registrados no ativo circulante R\$3.236 e não circulante da controladora de R\$3.092 e R\$71.957 no consolidado (R\$68.670 no ativo circulante e R\$3.287 no ativo não circulante). Em 31 de dezembro de 2018 o saldo apresentado no ativo não circulante da controladora é de R\$3.449 e R\$93.256 no consolidado (R\$89.401 no ativo circulante e R\$3.855 no ativo não circulante).

No contexto das ações de reestruturação das operações da Companhia, a Administração tem conduzido ações e negociações que poderão resultar na alienação de determinados ativos. A alienação de tais ativos somente será considerada altamente provável à medida que haja um entendimento prévio entre as partes e, principalmente, haja autorização judicial para a concretização do negócio, uma vez que tal autorização é requisito essencial no processo de recuperação judicial.

34 Resultado das operações descontinuadas

No exercício de 2019 e de 2018, a Companhia apresenta como resultado de operações descontinuadas as empresas Lupatech OFS Coöperatief U.A e Lupatech OFS S.A.S., devido a venda da participação societária remanescente, concluída em setembro de 2019.

	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	73.662	91.877
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(54.670)	(74.565)
LUCRO BRUTO	18.992	17.312
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Com vendas	(845)	(710)
Gerais e administrativas	(3.163)	(4.310)
Outras receitas, despesas operacionais líquidas	-	386
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	14.984	12.678
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	223	216
Despesas financeiras	(2.602)	(2.886)
Variação cambial, líquida	5	141
Participação não-controladores	(4.084)	(4.602)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.526	5.547
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Correntes	(4.290)	(425)
Diferidos	-	-
LUCRO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	4.236	5.122

35 Fluxo de caixa das operações descontinuadas

O fluxo de caixa das operações descontinuadas está apresentado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.895	11.651
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1.231)	(3.056)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(508)	(9.189)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	156	594

36 Eventos subsequentes

Aumento de Capital Social

Em 10 de janeiro de 2020 e 11 de fevereiro de 2020 conforme atas das reuniões divulgadas nas respectivas datas, o Conselho de Administração homologou o aumento de Capital da Companhia por meio de exercício parcial realizado das opções outorgadas. O aumento realizado foi de R\$3.114.

Coronavírus (COVID-19)

Ainda não é possível mensurar os efeitos financeiros e econômicos decorrentes da pandemia do Coronavírus (COVID-19), nem toda a extensão de seu impacto sobre as atividades da companhia. Contudo, é razoável tecer prognósticos sobre os principais riscos subjacentes, sem a pretensão de exaurir todas as possibilidades.

No que tange aos suprimentos, tivemos atrasos na fabricação e transporte de produtos oriundos da China, mas que vêm paulatinamente se regularizando e não terão impactos materiais nos negócios. Já os suprimentos domésticos permaneceram normais até a presente data, mas é razoável esperar que haja impacto tanto na fabricação como na circulação de insumos produtivos, o que pode ter impacto leve ou moderado nos prazos de entrega. Em se tratando de vendas, não houve até a data alteração perceptível no influxo de pedidos, mas há reportes meramente qualitativos de arrefecimento no influxo de consultas de clientes do segmento industrial. Não houve qualquer cancelamento de pedidos decorrente do evento. Contudo, tendo em vista o desenrolar dos fatos, é razoável esperar nos próximos dias ocorra um arrefecimento da demanda. Impossível antecipar em que patamares e em que duração.

Atividades administrativas e de produção. A partir de 16 de março a companhia tomou diversas medidas preventivas visando produzir o “afastamento social” recomendado pelas autoridades. Grande parte dos funcionários administrativos passou a trabalhar domesticamente, e as equipes de produção foram divididas em turnos de trabalho quando possível, visando mitigar a interrupção total das atividades. Todas as recomendações de conduta para afastamento de pessoas com sintomas estão sendo implementadas. Como a companhia vem trabalhando com ociosidade, é provável que parte dos atrasos decorrentes das ineficiências introduzidas seja mitigada, mas existem setores fabris que podem constituir gargalos relevantes se tiverem de ser paralisados. Sob o ângulo financeiro, no que toca às entradas de recursos, a companhia está atenta ao potencial aumento da inadimplência de clientes, que passou a ser observado a partir da presente semana, com a eclosão da crise no Brasil. É possível que transações envolvendo ativos que vinham sendo negociados sejam postergadas ou mesmo canceladas. Quanto às saídas de recursos, dependendo da combinação e amplitude de todos efeitos ora descritos, a companhia pode ver, ou não, a sua capacidade de pagamento substancialmente reduzida, o que, no limite, poderia chegar a afetar o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos
Conselheiros e Diretores
Lupatech S.A. – Em Recuperação Judicial
Nova Odessa - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lupatech S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lupatech S.A. – Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Recuperação judicial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras, em 8 de novembro de 2016, a Lupatech S.A. e suas controladas diretas e indiretas, tiveram seu novo plano de recuperação judicial aprovado pela Assembléia Geral de Credores do Grupo Lupatech, tendo sido homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sem quaisquer ressalvas, em 1 de dezembro de 2016. A Companhia apresentou embargos de declaração uma vez que o despacho da homologação não mencionou uma das empresas do Grupo em recuperação judicial. No dia 15 de fevereiro de 2017 o juízo corrigiu seu despacho de homologação incluindo a empresa não mencionada. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve apresentação de nenhum agravo contra o plano homologado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas têm gerado prejuízos recorrentes e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 incorreram em prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social de R\$26.544 mil na controladora e R\$30.283 mil no consolidado e não têm gerado caixa em montante suficiente para a liquidação de suas obrigações. Essas condições, juntamente com o fato da Companhia e suas controladas terem ingressado no processo de recuperação judicial, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. A reversão desta situação de prejuízos recorrentes e dificuldade na geração de caixa, bem como a capacidade de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal do negócio da Companhia, dependem do sucesso dos planos de readequação da estrutura financeira e patrimonial da Companhia e suas controladas, das ações para concretização das projeções realizadas, que incluem retomada de atividades e processos de licitações, assim como o cumprimento do plano de recuperação judicial, descritos na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Incerteza relevante na adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Conforme mencionado na nota explicativa nº 21, durante o exercício de 2018 a Companhia promoveu a adesão de diversas sociedades controladas e investidas do Grupo Lupatech ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº. 783/2017 e pela Lei nº. 13.496/2017. A Companhia, por meio dessa ação, reorganizou o montante de R\$123.000 mil de seu passivo relacionado a contingências e obrigações fiscais, o qual veio acompanhado de descontos em juros, multas e encargos num total de R\$48.000 mil. Devido a questões operacionais nos processos de adesão e processamento das informações pela Receita Federal do Brasil, até a data de emissão desse relatório, parte significativa (73%) dos passivos aderidos não foram consolidados pela Receita Federal do Brasil. A Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, tomou tempestivamente as medidas administrativas e legais preventivas indicadas para assegurar o direito ao processamento da adesão, considerada como provável pelos consultores jurídicos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Reapresentação das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1 1, a existência de operações descontinuadas para o exercício de 2019, em virtude da negociação de participação societária remanescente da Lupatech OFS Coöperatief U.A. e Lupatech OFS S.A.S, a Companhia está apresentando na nota explicativa nº 34 a demonstração de resultado para o exercício de 2018 e de 2019, para classificar separadamente o resultado das operações descontinuadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação de perda ao valor recuperável ("impairment") de imobilizado e ágio (goodwill) – Controladora e Consolidado

Conforme descrito na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas têm enfrentado dificuldades na geração de lucros e de fluxos de caixa suficientes em suas operações e estão em processo de recuperação judicial. Com a identificação desses indicadores a Companhia avaliou a existência de redução ao valor recuperável em relação às suas unidades geradoras de caixa ("UGCs") onde estão alocados o imobilizado e o ágio conforme as notas explicativas nº 12 e nº 13. Para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras. A determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos requer o uso de premissas e julgamentos significativos pela Companhia que estão sujeitos a um alto grau de incerteza sobre a realização de premissas futuras de negócios, sobre os indicadores de mercado utilizados na determinação de taxas de desconto, bem como incerteza significativa sobre a capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, o que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. Por essa razão, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como esse assunto foi conduzido na auditoria

Avaliamos a integridade matemática e das premissas relevantes utilizadas na preparação da projeção dos fluxos de caixa descontados para cada UGC, incluindo também a comparação das previsões com o desempenho passado, a avaliação da existência de um mercado ativo para as UGCs avaliadas e de outras evidências sobre a determinação do valor justo utilizado na determinação do valor recuperável, tais como laudos a valor de mercado preparados por especialistas, quando aplicável, e a avaliação e consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração.

Efetuamos ainda a análise de sensibilidade para as principais premissas utilizadas na projeção elaborada pela Companhia e suas controladas. Avaliamos ainda a adequação das divulgações relacionadas ao assunto.

Provisões e passivos contingentes - tributárias, trabalhistas e cíveis – Controladora e Consolidado

Conforme descrito na nota explicativa nº 20, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia é requerida a exercer julgamento significativo para determinar o montante apropriado de provisões para refletir prováveis exigências de recursos financeiros para liquidar essas obrigações e também é requerido julgamento significativo para determinar os riscos associados a posições fiscais tomadas e divulgações necessárias das causas avaliadas como perda possível. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas à Companhia, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem refletir em um impacto significativo no nível de provisões constituídas para essa finalidade, bem como nas divulgações requeridas. Devido ao grau de incerteza, à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes que podem impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como esse assunto foi conduzido na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para a mensuração de perdas, incluindo a avaliação do julgamento significativo sobre a determinação das probabilidades e dos montantes a serem registrados como provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e/ou divulgados, e se o julgamento foi aplicado de forma adequada e consistente durante todos os períodos apresentados. Para determinarmos a adequada utilização de premissas no julgamento realizado pela Companhia, analisamos os posicionamentos e opiniões dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia que fundamentaram os seus entendimentos e julgamentos. Para as estimativas de perdas trabalhistas e cíveis, recalculamos os critérios de constituição de provisão com base na política determinada pela Companhia e comparamos com dados e informações. Com o auxílio de nossos especialistas em impostos, obtivemos o adequado entendimento da exposição a riscos tributários relacionados aos requerimentos legais impostos ao negócio e opiniões legais obtidas pela Companhia. Avaliamos também se as divulgações efetuadas estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativas aos principais assuntos tributários, trabalhistas e cíveis que a Companhia está envolvida.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe

incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de março de 2020.

Crowe Macro Auditores Independentes
CRC-2SP033508/O-1

Diego Del Mastro Monteiro
Contador – CRC-1SP302957/O-3

Sérgio Ricardo de Oliveira
Contador – CRC-1SP186070/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Nova Odessa, 19 de março de 2020.

Rafael Gorenstein – Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Paulo Prado da Silva - Diretor sem designação específica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Nova Odessa, 19 de março de 2020.

Rafael Gorenstein – Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Paulo Prado da Silva - Diretor sem designação específica